



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

TIAGO SOUZA MONTEIRO DE ANDRADE

**AS ORAÇÕES VERBAIS SIMPLES EM KAINGANG:
UMA PROPOSTA DE ANÁLISE**

LONDRINA
2012

TIAGO SOUZA MONTEIRO DE ANDRADE

**AS ORAÇÕES VERBAIS SIMPLES EM KAINGANG:
UMA PROPOSTA DE ANÁLISE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ludoviko Carnasciali dos Santos.

LONDRINA
2012

TIAGO SOUZA MONTEIRO DE ANDRADE

**AS ORAÇÕES VERBAIS SIMPLES EM KAINGANG:
UMA PROPOSTA DE ANÁLISE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UEL – Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de mestre. Examinada pela seguinte comissão:

Prof. Dr. Ludoviko Carnasciali dos Santos
UEL – Londrina - Pr

Profa. Dra. Mariângela Peccioli Galli Joanilho
UEL – Londrina - Pr

Prof. Dr. Rogério Vicente Ferreira
UFMS

Londrina, 19 de abril de 2012.

Dedico o presente trabalho aos meus pais Edmundo e Maria Aparecida que sempre me deram amor e compreensão e que, em momentos difíceis, sempre estiveram ao meu lado.

Sempre acreditaram em minhas potencialidades e em meus ideais, sempre assistiram às minhas conquistas de “camarote”, sempre torceram por mim, sempre mostraram que a vida não pode ser compreendida olhando-se para trás, mas pode ser vivida olhando-se para frente.

A vocês, meus pais, o meu muito obrigado por SEMPRE marcarem presença em minha vida; se estou aqui hoje alcançando mais uma vitória é pelo voto de confiança que me foi instaurado.

AGRADECIMENTOS

Encerrei a Dissertação e começo a recordar o caminho percorrido até aqui. Felizmente, fui privilegiado ao contar com o apoio de Doutores, amigos e familiares.

Num trabalho dessa magnitude, em que não localizamos exatamente quando foi iniciado, o número de pessoas que, de um modo ou de outro, participaram é muito extenso e fica difícil agradecer minuciosamente sem que muitas delas sejam esquecidas.

Faço aqui uma tentativa de sintetizar meus agradecimentos, destacando pessoas que participaram em momentos cruciais ou em tarefas que foram decisivas para a realização desse trabalho.

Desse modo, inicio agradecendo a Deus, figura divina, que sempre me auxiliou e por quem buscava auxílio quando não tinha ninguém ao meu lado, a Quem lá do céu estava olhando por mim e me direcionando para direções corretas.

Ao meu orientador Prof. Dr. Ludoviko Carnasciali dos Santos, pela atenção e confiança e, sobretudo, pela amizade e orientação dada ao trabalho. Agradeço, imensamente, por ter aceitado ser meu orientador e contribuído para que eu pudesse avançar mais uma etapa na carreira acadêmica.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação da UEL que participaram ativamente das disciplinas ministradas, demonstrando conhecimento no que foi transmitido.

À Profa. Mariângela, cujas preocupações comigo sempre foram sinceras. Acompanhou meu percurso desde quando entrei no Programa de Pós-Graduação, sendo muito solícita em todos os momentos que precisei. Agradeço, sobretudo, por ter aceitado fazer parte tanto da banca de qualificação como da banca de defesa desta dissertação.

Ao Prof. Rogério Ferreira, a quem sou grato por ter aceitado fazer parte da banca examinadora desta dissertação.

Aos meus pais, mais uma vez, a quem dedico este trabalho, pela confiança.

Aos meus irmãos Diego, Danieli e Gabriel, agradeço pelo companheirismo e amizade.

Ao amigo Luccas e à minha madrinha Maria Fernandes que, mesmo distantes, sempre torceram pelas minhas conquistas.

Às minhas companheiras e amigas de curso, em especial à Bruna Botelho, por ter me acolhido em sua casa sempre que precisei e, às amigas Silvane e Lia pela atenção e preocupação.

Às minhas “mãezonas”: D. Luiza, D. Maria, D. Maria Melchior e D. Vanda que, na ausência de minha mãe, mostraram-se prestativas e carinhosas em minhas necessidades.

Aos amigos Júlio Cesar, Ingrid, Silvana, Terezinha e Kelly, o meu muito obrigado pelos momentos agradáveis que passamos, assim como os maus momentos compartilhados juntos. E ainda por me compreenderem quando, ao ser chamado para os “fervos”, dizia eu que não podia porque “tinha que comer letras”.

Finalmente, às agências de fomento à pesquisa: inicialmente, à Fundação Araucária e, em seguida, à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Foi-me de fundamental importância o suporte concedido por essas instituições.

Enfim, os meus mais sinceros votos de agradecimento e reconhecimento a todas essas figuras brilhantes acima elencadas e a todas aquelas que participaram indiretamente, apoiando em mais um obstáculo suplantado.

O meu muito obrigado !!!!!

“Tudo é precioso para aquele que foi, por muito tempo, privado de tudo”.
(Friedrich Nietzsche)

“Quando uma criatura humana desperta um grande sonho e sobre ele lança a força de sua alma, todo o universo conspira a seu favor”.
(Goethe)

“O fácil fiz ontem, no passado, o difícil faço hoje, no presente e o impossível farei amanhã, no futuro, pois não cheguei ao ponto final e sim ao ponto de partida”.
(Tiago Souza Monteiro de Andrade)

ANDRADE, Tiago Souza Monteiro de. *As orações verbais simples em Kaingang: uma proposta de análise*. 2012. 132 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). UEL – Universidade Estadual de Londrina. Londrina-PR. 2012.

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma descrição morfossintática das orações simples da Língua Kaingang, a qual pertence à família Jê do Tronco Linguístico Macro-Jê, sendo falada por aproximadamente 25.000 indígenas distribuídos em mais de trintas Terras Indígenas nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O objetivo desta dissertação é descrever aspectos morfossintáticos correspondentes às orações verbais simples da Língua Kaingang, procurando explicar a organização e o funcionamento dessas orações. Com a finalidade de descobrir o mecanismo que esta língua utiliza para funcionar como meio de comunicação, o presente trabalho se encontra dividido do seguinte modo: a) apresentação, na qual são fornecidas informações relativas ao modo como se iniciou o trabalho, além da sua importância e do seu objetivo; b) na parte seguinte, detivemo-nos em expor informações sobre tronco linguístico, família, língua, dialeto e povo kaingang; c) em seguida, expomos os estudos relacionados às línguas indígenas, assim como pesquisas sobre a Língua Kaingang; d) logo depois, apresentamos os princípios gerais da gramática Kaingang; e) noutro momento, expomos aspectos teóricos e, finalmente, f) no último capítulo da dissertação, realizamos a descrição das orações simples da Língua Kaingang. Os critérios utilizados para fazê-lo foram baseados nos propostos por Givón (2001), por Dryer (2007) e por Comrie (1985). Ao passarmos por todos esses momentos que compõem esta dissertação, podemos ter uma visão geral do comportamento das orações simples da Língua Kaingang.

Palavras-chave: Morfossintaxe. Línguas indígenas. Família Jê. Língua Kaingang.

ANDRADE, Tiago Souza Monteiro de. *The simple verbal clauses in Kaingang: an analysis proposal*. 2012. 132 p. Dissertation (Master's Degree in Language Studies). UEL – Universidade Estadual de Londrina. Londrina-PR. 2012.

ABSTRACT

This dissertation presents a morphosyntactic description of the simple clauses in Kaingang, which belongs to the family Ge in the Linguistic Branch Macro Ge and is spoken by about 25,000 indigenous people distributed in over thirty indigenous lands in the states of Sao Paulo, Parana, Santa Catarina and Rio Grande do Sul. The goal of this dissertation is to describe morphosyntactic aspects related to the simple verbal clauses in the Kaingang language and try to explain the organization and functioning of these clauses. In order to discover this language mechanism to function as a mean of communication, this paper is divided as follows: a) presentation, in which information is given concerning the way the work began, its importance and goal, b) in the next part, we stopped to expose information about linguistic branch, family, people, language and dialect c) then expose the studies related to indigenous languages, as well as research on the Kaingang language; d) after we present the general principles of grammar of the Kaingang e) at another time, we conducted a general linguistic overview, and finally, f) in the last chapter of this dissertation, we conducted a simple description of the clauses in Kaingang. This work was based on the criteria proposed by Givón (2001), by Dryer (2007), and by Comrie (1985). Throughout the development of this dissertation, we give an overview of the behavior of simple clauses in Kaingang language.

Key-words: Morphosyntax. Indigenous languages. Family Ge, Kaingang Language.

ANDRADE, Tiago Souza Monteiro de. *Las cláusulas simples verbales en Kaingang: una propuesta de análisis*. 2012. 132 p. Disertación (Mestrado em Estudos de la Lengua). UEL – Universidade Estadual de Londrina. Londrina-PR. 2012.

RESUMEN

Esta disertación de maestría presenta una descripción morfosintáctica de las cláusulas simples en Kaingang, que pertenece a la familia de la Ge lingüística Macro sucursal Ge y es hablado alrededor de 25.000 indígenas distribuidos en más de treinta tierras indígenas en los estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina y Rio Grande do Sul. El objetivo de esta tesis es describir los aspectos morfosintácticos en relación con las cláusulas del lenguaje verbal simple Kaingang, tratando de explicar la organización y funcionamiento de estas cláusulas. Con el fin de descubrir el mecanismo que utiliza este lenguaje para funcionar como un medio de comunicación, este trabajo se divide de la siguiente manera: a) La presentación, en el que se facilita información sobre la forma en que se comenzó a trabajar, y su importancia y su objetivo, b) en la siguiente parte, nos detuvimos para exponer información sobre la rama lingüística, familia, pueblo, lengua y dialecto Kaingang c) a continuación, exponer los estudios relacionados con las lenguas indígenas, así como la investigación sobre el lenguaje Kaingang; d) después de que presente los principios generales de la gramática de la e Kaingang, e) en otro momento, se realizó una descripción lingüística general, y, finalmente, f), en el último capítulo de esta tesis, se realizó una descripción simple de las cláusulas de Kaingang. Los criterios para ello se basaron en las propuestas por Givón (2001), por Dryer (2007) y por Comrie (1985). Cuando pasamos por todos esos momentos que componen esta tesis, tenemos una visión general del comportamiento de las cláusulas en lenguaje sencillo Kaingang.

Palabras-clave: Morfosintaxis. Lenguas indígenas. Grupo GE. Lenguaje Kaingang.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Classificação das Línguas Indígenas do Tronco Macro-Jê.....	23
Figura 2 - Línguas Indígenas Brasileiras – Tronco Macro-Jê.....	25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fonemas Vocálicos Orais.....	51
Tabela 2 – Fonemas Vocálicos Nasais.....	52
Tabela 3 – Fonemas Consonantais.....	52
Tabela 4 – Vogais.....	52
Tabela 5 – Consoantes e semivogais.....	53
Tabela 6 – Pronomes Pessoais.....	57
Tabela 7 – Pronomes Possessivos.....	57
Tabela 8 – Pronomes Interrogativos.....	58
Tabela 9 – Pronomes Indefinidos.....	58
Tabela 10 – Pronomes Demonstrativos.....	58
Tabela 11 – Pronomes Reflexivos.....	59
Tabela 12 – Pronomes Relativos.....	59
Tabela 13 – Tempo específico em Kaingang.....	60
Tabela 14 – Tempo geral em Kaingang.....	60
Tabela 15 – Sequenciadores dos eventos em Kaingang.....	60
Tabela 16 – Unidades que ligam eventos e expressam a atitude do falante.....	61
Tabela 17 – Sistematização do modo em Kaingang.....	61
Tabela 18 – Sistematização de aspecto e modo em Kaingang I.....	61
Tabela 19 – Sistematização de aspecto e modo em Kaingang II.....	62
Tabela 20 – Verbos de alternância causativa e inacusativa.....	63
Tabela 21 – Estrutura das orações causativas (verbos intransitivos).....	64
Tabela 22 – Estruturas das orações causativas (verbos monotransitivos).....	64
Tabela 23 – Estrutura das orações causativas (verbos ditransitivos).....	65
Tabela 24 - Sistematização da concordância de número em Kaingang.....	65
Tabela 25 – Paradigma formal X Paradigma funcional.....	74
Tabela 26 - Gramática Formal X Gramática Funcional.....	75

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

adj. = adjetivo

ag. pas. = agente da passiva

adv. = advérbio

conj. = conjunção

d.o. = direct object (objeto direto)

f. = feminino

i.o. = indirect object (objeto indireto)

ind. asp. = indicador de aspecto

ind. circ. = indicador de circunstância

ind. ex. = indicador de existência

ind. m. = indicador modo

loc. = locativo

m.asp. = marcador de aspecto

m. f. = marcador de feminino

m.pl. = marcador de plural

m.s. = marcador de sujeito

o.d. = objeto direto

o.i. = objeto indireto

pas. = passado (tempo)

pl. = plural

posp. = posposição

pred. = predicate (predicado)

pron. = pronome

pr. ind. = pronome indefinido

pr.pes. = pronome pessoal

pr.pos. = pronome possessivo

subj. = subject (sujeito)

sub. = substantivo

sub. dep. = substantivo dependente

sujeito

v. = verbo

v.desc. = verbo descritivo

v.i. = verbo intransitivo

v.t.d. = verbo transitivo direto

v.t.i. = verbo transitivo indireto

1.p.sg. = primeira pessoa do singular

3.p.sg. = terceira pessoa do singular

? = quando não se tem certeza da tradução

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Contextualização e objetivos da pesquisa	15
Metodologia	17
Caracterização da Pesquisa	17
Método	19
Metodologia Teórica	20
CAPÍTULO 1 - Tronco linguístico, família, Língua Kaingang, dialeto e povo	22
1.1 TRONCO LINGUÍSTICO	22
1.2 FAMÍLIA JÊ	26
1.3 LÍNGUA KAINGANG	27
1.3.1 Dialeto	29
1.4 POVO	32
CAPÍTULO 2 - Estudos das Línguas Indígenas	39
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS	39
2.2 ESTUDOS REALIZADOS SOBRE A LÍNGUA KAINGANG	43
CAPÍTULO 3 - Elementos Gerais da Gramática Kaingang	51
3.1 QUADROS GERAIS DA FONOLOGIA DA LÍNGUA KAINGANG ¹	51
3.2 SISTEMA ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA KAINGANG	53
3.3 PADRÕES SILÁBICOS.....	55
3.4 ORDEM ORACIONAL DA LÍNGUA KAINGANG	55
3.5 SISTEMA PRONOMINAL DA LÍNGUA KAINGANG.....	57
3.6 A MARCAÇÃO DE MODO, TEMPO E ASPECTO EM KAINGANG.....	59
3.7 OS TIPOS DE MARCADORES DE ASPECTO DA LÍNGUA KAINGANG E SUAS FUNÇÕES	62
3.8 AS CONSTRUÇÕES CAUSATIVAS EM KAINGANG	63
3.9 A CONCORDÂNCIA ENTRE SUJEITO E PREDICADO EM KAINGANG	65

¹ Um trabalho que merece destaque sobre esse assunto é o de CAVALCANTE (1987), nele a autora faz uma comparação fonológica entre os dialetos de São Paulo e Paraná. Além disso, segue-se, em anexo (ANEXO C), a matriz fonética para o Kaingang do Paraná.

CAPÍTULO 4 - Referencial Teórico: à guisa de uma fundamentação	67
4.1 LINGUÍSTICA FUNCIONAL	67
4.2 FUNCIONALISMO X FORMALISMO (GERATIVISMO)	70
4.3 LINGUÍSTICA DESCRITIVA	75
4.4 LINGUÍSTICA TIPOLOGICA	78
CAPÍTULO 5 - Orações verbais simples em Kaingang	82
5.1 ASPECTOS TEÓRICOS	82
5.2 ESTADOS, EVENTOS E AÇÕES	83
5.3 PAPÉIS SEMÂNTICOS.....	87
5.4 RELAÇÕES GRAMATICAIS.....	92
5.5 TRANSITIVIDADE	94
5.5.1 Definição Semântica.....	94
5.5.2 Definição Sintática	95
5.6 CLASSIFICAÇÃO DOS VERBOS E DAS ORAÇÕES SIMPLES	97
5.7 VERBOS DESCRITIVOS	100
5.8 CÓPULA ZERO	103
5.9 ORAÇÕES INTRANSITIVAS	104
5.10 ORAÇÕES TRANSITIVAS.....	108
5.11 ORAÇÕES BITRANSITIVAS/DITRANSITIVAS.....	112
5.11.1 Objetos Dativo-benefactivos	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	119
GLOSSÁRIO - KAINGANG – PORTUGUÊS	124
GLOSSÁRIO	125
ANEXOS	129
ANEXO A - Mapa da distribuição das Línguas do Tronco Macro-Jê Mapa da Distribuição das Línguas do TRONCO MACRO-JÊ (Brasil).....	130
ANEXO B - Relação das Terras Indígenas Kaingang.....	131
ANEXO C - Matriz fonética para o Kaingang no Paraná	132

INTRODUÇÃO

Contextualização e objetivos da pesquisa

A realização deste trabalho foi motivada, a princípio, pela participação, ainda na qualidade de aluno especial, em uma das disciplinas, oferecidas pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UEL², intitulada – Morfossintaxe – na qual o Professor Ludoviko Carnasciali dos Santos, trabalhou com aspectos relacionados à Linguística Descritiva, utilizando construções da Língua Kaingang, com a finalidade de verificar determinados fenômenos linguísticos discutidos na teoria. Não tardou muito e o interesse pelo assunto aumentou gradativamente, na medida em que se buscavam mais informações. Logo, percebi a necessidade de cursar mais uma disciplina, ainda como aluno especial, optando, desta vez, pela – Tipologia Linguística – cujo assunto direcionava-se a informações relacionadas às línguas indígenas. No mesmo ano, participei do concurso para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UEL e fui aprovado.

Ao longo do percurso de leituras direcionadas a línguas indígenas, particularmente à língua Kaingang, constatou-se a carência de estudos nessa área³. Desse modo, surgiu a necessidade de intervir na tentativa de alterar esse quadro, pois, segundo Rodrigues (1999) “qualquer língua que seja falada por menos de 100 mil pessoas tem sua sobrevivência ameaçada”⁴. Ora, todas as línguas indígenas do Brasil são faladas por menos de 40 mil falantes e a maior, a língua da tribo Tikuna, não passa de 30 mil falantes. Fica evidente o perigo de extinção e podemos concluir, portanto, que a tarefa de pesquisa, estudo, análise e descrição destas línguas são de grande urgência. Nesse sentido, a realização do presente trabalho justifica-se pela importância de se contribuir para uma maior visibilidade de uma língua carregada de cultura, assim como subsidiar a elaboração de um material pedagógico que atenda as necessidades das escolas indígenas, para a manutenção da língua Kaingang.

O estudo das línguas indígenas no Brasil vem ao encontro da necessidade do conhecimento e documentação delas. No Brasil existem, aproximadamente, 180 línguas

² Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UEL – Universidade Estadual de Londrina, composto por duas áreas de pesquisa: Linguagem e Significação (linhas de pesquisa – 1. Análise e Descrição Linguística e 2. Texto e Discurso) e Linguagem e Educação (linhas de pesquisa - 3. Formação de professores de língua materna e 4. Formação de professores de línguas estrangeiras e outras linguagens.)

³ Cf. Abreu (2009, p.21).

⁴ RODRIGUES, Ayrton Dall’Igna. *Originalidade das línguas indígenas brasileiras*, 1999. Disponível em: <<http://orbita.starmedia.com/i.n.d.i.o.s/textos>>

indígenas⁵, visto que um período de tempo os estudos dessas línguas estiveram restritos aos missionários protestantes e católicos. Algumas, hoje, têm sido estudadas graças a projetos de Educação que estão privilegiando os aspectos cultural e linguístico. Contudo, essas pesquisas do campo educacional não são amplamente estudadas ou, até mesmo, divulgadas, havendo uma grande carência nas suas descrições.

Sabe-se que muito ainda está por ser feito. Todavia, nas últimas duas décadas a Linguística Indígena experimentou uma maior atenção quer por parte do governo, quer por parte de pesquisadores acadêmicos, possivelmente pelo fato de os indígenas passarem a ter uma maior representabilidade no cenário nacional.

Quanto à língua indígena em estudo, Kaingang⁶, pertence à família linguística Jê do tronco Macro-Jê. É falada por aproximadamente 25.000 indígenas distribuídos em mais de trintas Terras Indígenas⁷ nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em suas escolas, os kaingang, a partir da 3ª série, têm suas aulas tanto em português como em kaingang. No entanto, a chance de sucesso das escolas kaingang será maior se tiverem um material pedagógico adequado em sua língua nativa.

O objetivo desta dissertação é descrever aspectos morfossintáticos correspondentes às orações verbais simples da Língua Kaingang, procurando explicar a organização e o funcionamento dessas orações.

A estrutura deste trabalho foge ao estilo dos trabalhos tradicionais acerca de línguas indígenas, nos quais se observa, em geral, uma descrição sistemática da fonologia, morfologia e sintaxe da língua estudada. O viés pretendido é a descrição da manifestação das orações simples da Língua Kaingang.

Expor alguns aspectos da Língua Kaingang, em forma de dissertação, além dos já existentes, é dar mais um passo para conhecermos mais sobre essa língua. O desafio nunca é pequeno e nem simples, seja ele uma descrição, seja uma discussão teórica qualquer.

⁵ Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/linguas/troncos-e-familias>.

⁶ Neste texto, ao citar a Língua Kaingang refiro-me à variante do Kaingang falada na Terra Indígena Apucarantina (ponto 05 do mapa ANEXO B). Logo, os resultados obtidos na análise dos dados coletados nesta TI podem ser diferentes dos resultados obtidos com os estudos de outras variantes do kaingang.

⁷ No Brasil, quando se fala em Terras Indígenas, há que se ter em mente, em primeiro lugar, a definição e alguns conceitos jurídicos materializados na Constituição Federal de 1988 e também na legislação específica, em especial no chamado Estatuto do Índio (Lei 6.001/73), que está sendo revisto pelo Congresso Nacional. A definição de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios encontra-se no parágrafo primeiro do artigo 231 da Constituição Federal: são aquelas "por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

Ao estarmos defronte a indivíduos que possuem uma língua e cultura, percebemos que o desafio aumenta e ultrapassa as fronteiras da linguística.

Para entender os propósitos do presente trabalho, nessa introdução me detive expor uma ampla contextualização da situação dos estudos sobre Língua Indígena no Brasil, bem como apresentar a justificativa e os objetivos norteadores dessa pesquisa.

No Capítulo 1, considereei essencial expor informações em relação aos seguintes assuntos: tronco linguístico, família, povo, Língua Kaingang e dialeto. Uma vez que é de grande importância contextualizar esses elementos, a fim de que fique claro ao leitor a procedência da língua indígena em estudo.

Em relação ao Capítulo 2, é exposto um levantamento dos estudos realizados em língua indígena, assim como estudos feitos na Língua Kaingang. Nesse sentido, será observado o momento que se deu os primeiros interesses pelas línguas indígenas em geral e, particularmente, pela Língua Kaingang.

Quanto ao Capítulo 3, são apresentados os “Elementos gerais da gramática Kaingang”, cujo conteúdo expõe, de maneira geral, por não ser o foco do trabalho, no que diz respeito aos quadros gerais da fonologia do Kaingang; ao sistema ortográfico; aos padrões silábicos, à ordem das orações em Kaingang; ao sistema pronominal; à marcação de tempo, modo e aspecto; aos tipos de marcadores de aspecto e suas funções; à causatividade; e, finalmente, às questões de concordância entre sujeito e predicado.

O Capítulo 4 expõe um “Referencial Teórico” relacionado às correntes funcional e formal. Será ainda feito um sobrevoo no tocante à Linguística Descritiva e à abordagem Tipológico-funcional, cujos pressupostos conduzem a direção desta dissertação.

Finalmente, o Capítulo 5 apresenta a descrição das orações simples da Língua Kaingang, confirmando ou excluindo hipóteses que surgiram no percurso do trabalho.

Espero, nesta apresentação, ter realizado o que dela se aguardava. Era de seu mister esclarecer a justificativa e os objetivos, bem como uma elucidação dos assuntos envolvidos em cada capítulo.

Metodologia

Caracterização da Pesquisa

Uma pesquisa é um processo sistemático de construção do conhecimento

que tem como metas principais gerar novos conhecimentos, e/ou corroborar ou refutar algum conhecimento pré-existente. É basicamente um processo de aprendizagem tanto do indivíduo que a realiza quanto da sociedade na qual esta se desenvolve. A pesquisa como atividade regular também pode ser definida como o conjunto de atividades orientadas e planejadas pela busca de um conhecimento.

Segundo Severino (2006), “pesquisa científica é um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para os problemas propostos mediante o emprego de métodos científicos.” Pensando nisso, qualquer trabalho dessa natureza deve respeitar procedimentos que condizem com a asserção do autor. Dessa forma, a pesquisa é classificada de acordo com: I) *a área da ciência*; II) *a natureza*; III) *os objetivos*; IV) *os procedimentos*; V) *o objeto* e, por fim, VI) *a forma de abordagem*.

Quanto à *área da ciência*, trata-se de uma pesquisa teórica e aplicada. Por um lado, teórica, por ter como objetivo a ampliação de generalizações, a definição leis mais amplas e a estruturação de sistemas e de modelos teóricos. Por outro lado, aplicada, por ter como objetivo a investigação, comprovação ou rejeição de hipóteses propostas por modelos teóricos.

Em relação à *natureza*, corresponde a um trabalho científico original. Os *objetivos* dizem respeito a uma pesquisa de cunho descritivo, pois os dados foram coletados, observados, registrados, analisados, classificados e interpretados.

No tocante *aos procedimentos*, caracteriza-se por ser uma pesquisa de campo, uma vez que o trabalho de campo utiliza a metodologia do empirismo para obter seus resultados, descrevendo os fatos tal como ocorrem. A partir da observação, se percebe a principal contribuição do trabalho de campo: a consciência de que tudo é formado a partir da relação de interdependência entre os envolvidos. Nesse sentido, segundo Santos (1997), a coleta de dados deve ser realizada de maneira que proporcione uma interação entre o trabalho do lingüista e o trabalho do informante. Assim como o lingüista aprende coletando dados, o informante estabelece relações mais estreitas com a língua ponte: a língua portuguesa.

No que diz respeito ao *objeto*, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pois recupera o conhecimento científico acumulado sobre o problema em estudo.

Finalmente, a *forma de abordagem* traduz-se por ser qualitativa, ou seja, não se traduz em números como é o caso da pesquisa quantitativa. Além disso, os dados são descritos e analisados indutivamente, não podendo ser quantificáveis.

Método

A primeira característica do método científico é a sua natureza convencional, a de servir de marco de geração do conhecimento objetivo. Por isso, existem múltiplas características em função da perspectiva com que se classifiquem, se estudem e, inclusive, se denominem esses métodos.

O método utilizado tratou-se do *indutivo*⁸, que, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Sendo assim, o método indutivo cria leis a partir da observação dos dados, mediante a generalização do comportamento observado.

Em relação à coleta de dados, foram realizadas duas visitas a Terra Indígena de Apucarantina em posse de questionários previamente estudados e compostos por orações, cujo conteúdo estava relacionado e direcionado aos objetivos da pesquisa. Esta dissertação é, portanto, o resultado dessa investigação. No entanto, restam-nos muitas outras questões a serem resolvidas, uma vez que, para dar conta de um trabalho dessa natureza, é preciso realizar um recorte, com a finalidade de findar um trabalho com credibilidade. Desse modo, este trabalho é mais um passo alcançado para compreender a morfossintaxe da Língua Kaingang.

No que concerne à apresentação dos dados, estes foram organizados em três linhas como se segue: na primeira, consta a descrição ortográfica da oração em Kaingang⁹; na segunda, apresentam-se as partículas que representam as glosas e as categorias gramaticais desempenhadas pelos elementos da oração e, na última, a tradução livre do exemplo.

Além dessas informações, convém expormos que em Kaingang o passado é o tempo não marcado, ou seja, possui a mesma forma do infinitivo. Sendo assim, as orações que serão analisadas no decorrer desta dissertação foram coletadas nesse tempo, por isso, na segunda linha os verbos aparecem no infinitivo com a indicação de passado entre parênteses – (pas.). Além disso, algumas partículas são recorrentes na Língua Kaingang, como é o caso da partícula *vʃ*, cuja função será indicar o sujeito da oração.

Sabemos que todo estudo realizado em uma língua indígena encontra mais dificuldades do que o estudo de uma língua que já tenha disciplina gramatical. Na pesquisa de uma língua indígena, mesmo com o auxílio de informantes, pisa-se em terreno novo e cheio

⁸ Além do método indutivo, temos o método dedutivo em que, se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão deve ser verdadeira. Em outras palavras, parte de dados gerais ao particular, diferentemente do método indutivo que ocorre o inverso, parte de dados particulares para inferir uma verdade universal.

⁹ A presente dissertação segue a ortografia oficial da Língua Kaingang.

de surpresas. Todavia, isso não significa que seja uma língua ininteligível ou mal organizada. Ademais, qualquer língua em si, não precisa de um linguista para existir. Língua e linguagem preexistem a qualquer estudo ou análise a seu respeito. Ora, ainda temos muitas línguas ágrafas em várias regiões.

Um dos trabalhos de um linguista é descrever uma língua e sua realidade. Contudo, a língua em si não é algo observável, mas sim suas produções linguísticas, já que é no cérebro de um falante que a língua toma forma por meio de suas enunciações.

Metodologia Teórica

Nenhuma descrição pode ser realizada sem que haja um embasamento teórico direcionando a análise, esta dissertação orienta-se por um determinado modelo teórico, cujo propósito norteará não somente a descrição a ser feita, mas também será o ponto de apoio para explanação e interpretação dos dados.

Existem teorias que tentam explicar os fenômenos linguísticos, isto é, há várias teorias linguísticas que procuram dar conta dos problemas que as línguas do mundo apresentam. É importante expor duas correntes teóricas: a funcionalista e a formalista. De acordo com Croft (1991), é mais difícil avaliar metodologias diferentes que avaliar duas teorias que usam a mesma metodologia. Para este autor, “two theories that are the same methodology essentially view the same facts in the same way and have the same sorts of explanatory goals in mind.”¹⁰

Para Foley & Van Valin (1984), a diferença entre essas duas correntes teóricas¹¹ baseiam-se em dois pontos: a) de um ponto de vista formal “a language is a set of structural descriptions of sentences, where a full structural description determines the sound and meaning of a linguistic expression”¹² (Chomsky, 1977, p.81). Essa corrente teórica relaciona-se com a chama Gramática Gerativa, cujas origens se encontram nos trabalhos do linguista americano Noam Chomsky¹³; b) a corrente teórica funcional inclui as áreas centrais como fonologia, morfologia, sintaxe e semântica dentro de sua análise em geral, levando em

¹⁰ Tradução nossa: “duas teorias que usam a mesma metodologia essencialmente e que veem os mesmos fatos da mesma maneira e tem o mesmo tipo de objetivos explicados em mente”.

¹¹ Essa discussão será mais bem pormenorizada adiante no Capítulo 4 desta dissertação.

¹² Tradução nossa: “uma língua é um conjunto de descrições estruturais de sentenças, em que uma descrição estrutural completa determina o som e o significado de uma expressão linguística”.

¹³ **Avram Noam Chomsky** nasceu na Filadélfia em 7 de dezembro de 1928. É linguista, filósofo e ativista político estadunidense. Seu nome está associado à criação da gramática gerativa transformacional, abordagem que revolucionou os estudos no domínio da linguística teórica. A indicação a obra citada acima se encontra nas referências bibliográficas desta dissertação.

consideração o funcionamento da língua dentro de uma interação social.

A análise das orações simples em Kaingang seguirá orientação funcionalista, considerando um ponto bastante importante: “Simple verbal clauses and argument structure”¹⁴(GIVÓN, 2001, p.105) e “Clause types”¹⁵ (SHOPEN, 2007, p. 224).

Para esse tipo de abordagem, seguiremos orientações que aparecem em trabalhos como os de Foley and Van Valin (1984), Comrie (1989), Dik (1978) e, obviamente, Givón (2001) e Dryer (2007), autores considerados pela literatura como funcionalistas. Além disso, nosso trabalho dialoga com trabalhos já realizados acerca do estudo da Língua Kaingang.

¹⁴ Tradução nossa: “Orações verbais simples e estrutura argumentativa”.

¹⁵ Tradução nossa: “Tipos de orações”.

CAPÍTULO 1

Tronco linguístico, família, Língua Kaingang, dialeto e povo

Iniciamos o primeiro capítulo discutindo informações referentes ao tronco linguístico, família, Língua Kaingang, dialeto e povo. Informações estas de fundamental importância para a compreensão da procedência da Língua Kaingang.

As línguas indígenas do Brasil são os idiomas falados pelos povos indígenas brasileiros. Assim como as demais línguas do mundo, por apresentarem semelhanças nas suas origens tornam-se parte de grupos linguísticos que são as famílias linguísticas, e estas por sua vez fazem parte de grupos ainda maiores, classificadas como troncos linguísticos. Os troncos com maior número de línguas são o tupi e o macro-jê. Existem também povos indígenas que falam o português; no entanto, estes casos são considerados como perdas linguísticas ou identidades emergentes.

Dentre as cerca de 180 línguas indígenas que existem hoje no Brasil, umas são mais semelhantes entre si do que outras, revelando origens comuns e processos de diversificação ocorridos ao longo do tempo.

1.1 TRONCO LINGUÍSTICO

Os especialistas no conhecimento das línguas (linguistas) tentam compreender o funcionamento, as semelhanças e as diferenças entre elas através da idéia de troncos e famílias linguísticas. Quando se fala em tronco, tem-se em mente línguas cuja origem comum está situada há milhares de anos, as semelhanças entre elas sendo muito sutis. Entre línguas de uma mesma família, as semelhanças são maiores, resultado de separações ocorridas há menos tempo.

No que diz respeito às línguas indígenas brasileiras, por sua vez, há dois grandes troncos - Tupi e Macro-Jê - e 19 famílias linguísticas que não apresentam graus de semelhanças suficientes para que possam ser agrupadas em troncos. Há, também, famílias de apenas uma língua, às vezes denominadas “línguas isoladas”, por não se revelarem parecidas com nenhuma outra língua conhecida.

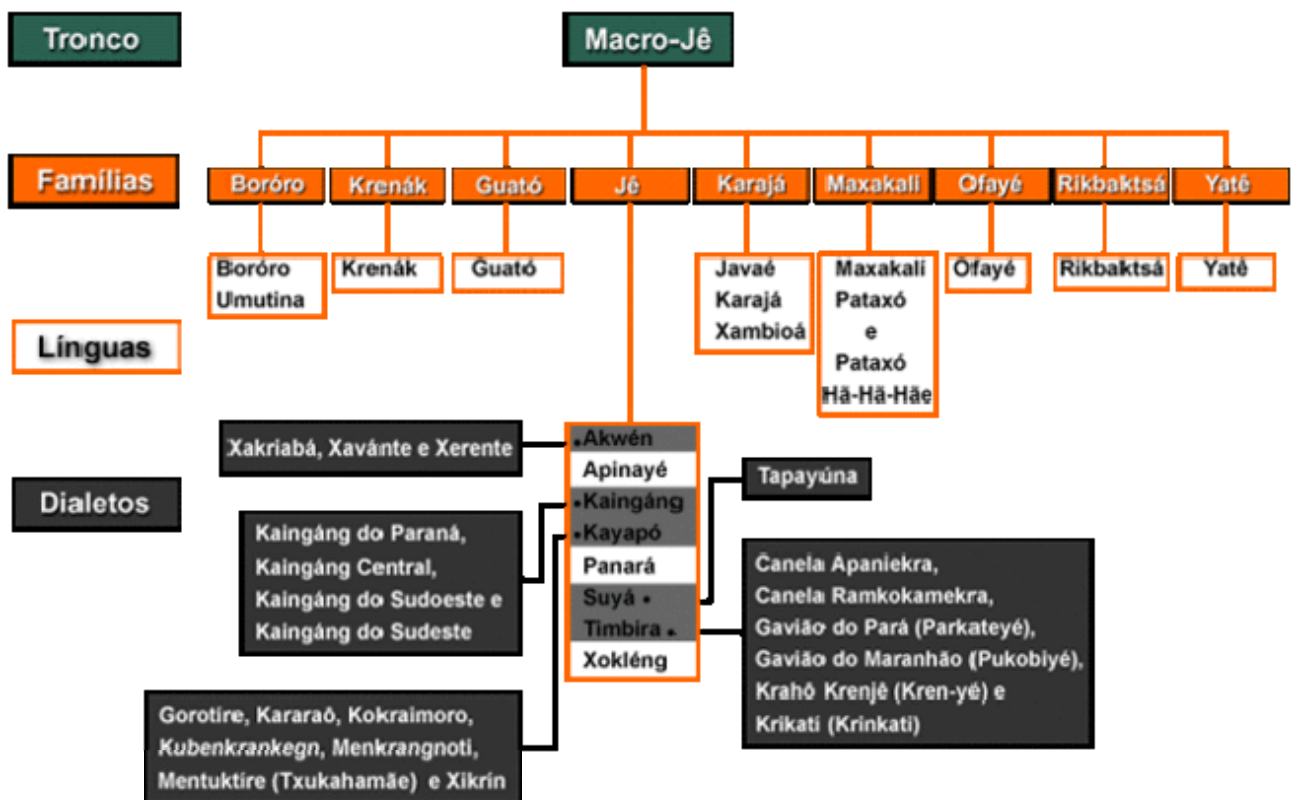
É importante lembrar que poucas línguas indígenas no Brasil foram estudadas em profundidade. Portanto, o conhecimento sobre elas está permanentemente em revisão.

Embora tenha sido dito acima que as línguas indígenas brasileiras dividem-se em dois troncos linguísticos, o teor de nosso trabalho está focalizado em apenas um: Macro-Jê. Isso pelo fato de o Kaingang fazer parte da família Jê desse tronco linguístico. Em relação à família linguística, esse tópico será mais bem discutido adiante após informações sobre o Tronco Macro-Jê.

Retornando ao que estávamos expondo, segue-se, logo abaixo, um diagrama cujo conteúdo mostra o Tronco Macro-Jê, assim como as famílias, as línguas indígenas e os dialetos que o compõe¹⁶.

Figura 1 – Classificação das Línguas Indígenas do Tronco Macro-Jê.

Tronco Macro-Jê



Fonte: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/linguas/troncos-e-familias>

¹⁶ Conforme a classificação de Ayrton Dall'Ígna Rodrigues, em seu livro *Línguas brasileiras – para o conhecimento das línguas indígenas*, constado nas referências desta dissertação.

O tronco macro-jê é um tronco linguístico cuja constituição ainda permanece consideravelmente hipotética¹⁷. Teoricamente, estende-se pelos Estados brasileiros, desde o Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul.

Sua história se inicia com o descobrimento do Brasil, de modo que, em 1500, os europeus passaram a ter um grande contato com as tribos tupis-guaranis que estavam espalhadas por praticamente toda a costa brasileira. Os tupis-guaranis chamavam os indígenas de fala diversa à sua de *tapuia*¹⁸ – que, em sua língua, significava "inimigo". Este vocábulo foi incorporado pelos europeus, que passaram a considerar que, no país, havia apenas duas grandes nações indígenas: a tupi-guarani e a tapuia.

Os tapuias, considerados pelos europeus como mais primitivos e de catequese e de conquista mais difíceis, foram duramente combatidos e exterminados – e muitos dos povos e tribos então existentes desapareceram de forma tão completa que sequer existe registro direto de sua existência.

Já no começo do século XX, os antropólogos passaram a rejeitar o nome "tapuia" e adotaram a denominação de "gês" para este outro grupo de famílias linguísticas. Com a reforma ortográfica, para diferenciar-se do nome da letra G, a palavra "gê" foi grafada desde então como "jê".

A forma como é exposta a classificação das Línguas Indígenas em relação ao Tronco Macro-Jê na obra, já citada, de Ayron Rodrigues, é visualizada mais simplesmente como se segue abaixo.

¹⁷ Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/linguas/troncos-e-familias>.

¹⁸ Cf. Anais do ciclo de debates do IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, 2000. Constatado nas referências bibliográficas desta dissertação.

Figura 2 – Línguas indígenas brasileiras – Tronco Macro-Jê.

LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS		
Tronco Macro-Jê		
FAMÍLIAS	LÍNGUAS	DIALETOS
FAMÍLIA BORÓRO	Boróro Umutina	
FAMÍLIA KRENÁK	krenák	
FAMÍLIA GUATÓ	Guató	
FAMÍLIA JÊ	Akwén	Xakriabá Xavánte Xerénte
	Apinayé	
	Kaingang	Kaingang do Paraná Kaingang Central Kaingang do Sudoeste Kaingang do Sudeste
	Kaiapó	Gorotíre Kararaô Kokraimoro Kubenkrakegn Menkrangnoti Mentuktíre Xikrín
	Paraná	
	Suyá	Tapayúna
	Timbira	Canela Apaniekra CanelaRamkokamekra Gavião do Pará Gavião do Maranhão Krahô Krenjê (Kren-yé) Krikatí (krinkati)
	Xoklém	
FAMÍLIA KARAJÁ	Javaé Karajá Xambioá	
FAMÍLIA MAXAKALÍ	Maxakalí Pataxó e Pataxó (não falam)	
FAMÍLIA OFAYÉ	Ofayé	
FAMÍLIA RIKBAKTSÁ	Rikibaktsá (Erikpksá)	
FAMÍLIA YATÊ	Yatê	

Fonte: Classificação de Aryon Dall'Igna Rodrigues, divulgada na obra *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1994. p.134.

Como podemos observar, o tronco linguístico indígena Macro-Jê é composto por nove famílias linguísticas: família Boróro, família Krenák, família Guató, família Jê, família Karajá, família Maxakalí, família Ofayé, família Rikbaktsá e família Yaté.

O tronco Macro-Jê, ao qual se filia a família Jê, tem a peculiaridade de estar presente exclusivamente em território brasileiro. Trata-se do único tronco (e respectivas famílias) que não tem representantes em línguas faladas em quaisquer outros países da América¹⁹.

Antes de seguirmos nossa exposição em relação à família Jê, do tronco Macro Jê, findamos esse tópico, voltando ao conceito de tronco linguístico. Um **tronco linguístico** é uma forma de classificar as línguas nas suas semelhanças, isto é, aquelas que possuem algum grau de similaridade. Os troncos dão origem às famílias linguísticas, numa espécie de "árvore genealógica" da língua.

1.2 FAMÍLIA JÊ

Uma família linguística é um grupo de línguas rigorosamente identificado e é uma unidade filogenética²⁰, isto é, todos os seus membros derivam de um ancestral comum. Este ancestral é geralmente muito pouco conhecido diretamente, uma vez que a maior parte das línguas tem uma história escrita muito reduzida. Apesar disso, é possível recuperar muitas das suas características aplicando o método comparativo - um procedimento reconstrutivo desenvolvido no século XIX pelo linguista August Schleicher²¹.

As famílias podem ser divididas em unidades filogenéticas menores, referidas convencionalmente como ramos da família, porque a história de uma família linguística é muitas vezes representada por um diagrama em árvore. Contudo, o termo "família" não se restringe a nenhum nível desta "árvore"; a família germânica, por exemplo, é um ramo da família indo-europeia. Alguns taxonomistas de fato restringem o termo família até certo nível, mas há pouco consenso acerca de como o fazer. Aqueles que o fazem normalmente também subdividem os ramos em grupos e os grupos em sub-grupos etc. Além disso, também agregam famílias em filos (também conhecidos como superfamílias). As

¹⁹ Cf. 3º Encontro de Línguas Jê – disponível em: <http://macroje.aokatu.com.br/linguas.html>

²⁰ Cf. M. Paul Lewis. *Ethnologue: languages of the world*, 2009.

²¹ **August Schleicher** foi um linguista alemão. Estudou teologia, filosofia e línguas orientais na Universidade de Leipzig e Tübingen, tendo se especializado em linguística na Universidade de Bonn. Obteve seu doutoramento em 1846, e passou a lecionar em Praga e, a partir de 1857, em Jena. Em suas aulas, o foco de seus ensinamentos era a gramática comparativa das línguas indo-européias.

superfamílias são frequentemente usadas para agregar as famílias de línguas índias americanas. Um modo de fazer toda esta classificação é chamado glotocronologia²².

As línguas que não podem ser confiavelmente classificadas em nenhuma família são conhecidas como línguas isoladas.

A família Jê é uma das mais importantes famílias linguísticas brasileiras, reunindo línguas como o Kaingang (uma das 5 línguas indígenas com maior número de falantes no Brasil), o Mebengokre (Kayapó), o Xavante, o Krahô e o Suyá. Só os povos falantes de línguas da família Jê representam cerca de 20% da população indígena brasileira.

Após essa pertinente exposição acerca do que vem a ser uma família linguística, tomemos a família Jê, cuja composição se dá pelas 8 seguintes línguas: Akwén, Apinayé, Kaingang, Kayapó, Panará, Suyá, Timbira e Xoklêng. Entretanto, como o foco de estudo é sobre a Língua Kaingang, o próximo tópico será responsável por esta exposição.

1.3 LÍNGUA KAINGANG

O conceito de língua perpassa diferentes abordagens teóricas, sem ser consensual. Mesmo entre a gramática tradicional e as teorias que a seguem, podemos encontrar distintas e, até mesmo, contraditórias visões sobre a noção de língua.

Saussure (1969) considerou a língua como “um sistema de signos”, ou seja, um conjunto de unidades que se relacionam organizadamente dentro de um todo. É a “parte social da linguagem”, exterior ao indivíduo; não podendo ser modificada pelo falante e obedece às leis do contrato social estabelecido pelos membros da comunidade. Quanto à linguagem, segundo o autor, é “heteróclita e multifacetada”, pois abrange vários domínios; é ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica; pertence ao domínio individual e social; “não deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade”.

Após discorrermos sobre a aceção dos termos língua e linguagem, façamos

²² A glotocronologia é uma técnica para calcular a separação temporal entre duas línguas que se supõe aparentadas. Está baseada na percentagem de palavras que são substituídas por outras. Morris Swadesh baseando-se em dados de diferentes famílias linguísticas, cuja história é conhecida por documentos, estimou que devido a mudanças internas e contribuições externas, aproximadamente 14% das palavras básicas do vocabulário de uma língua são substituídos a cada intervalo de mil anos. A glotocronologia é um método de estudo cujos resultados não podem ser precisos. De qualquer forma, está proposta para a investigação da evolução daquelas línguas que carecem de textos escritos, pelo que há que descartar o método comparativo, usado para a reconstrução do indo-europeu, por exemplo, e buscar alternativas de investigação. Enfim, trata-se de uma técnica que consiste na comparação lexical entre os idiomas buscando verificar convergências entre a fonologia e a semântica de uma lista pré-definida de vocábulos conhecida por **Lista de Swadesh**.

uma exposição sobre a Língua Kaingang.

Desde os primeiros contatos, os Kaingang foram alvo de ações catequéticas pela Igreja Católica. De fato, ao tempo do Império, isso era parte da política indigenista oficial. A expedição militar que ocupou Guarapuava contava com o capelão Francisco das Chagas Lima, que antes missionara os Puri-Coroados, em São Paulo, e que, desde o primeiro momento, buscou catequizar os Kaingang. No Rio Grande do Sul, poucos anos após o estabelecimento dos primeiros aldeamentos entre Kaingang, jesuítas liderados pelo Padre Bernardo Parés atuaram na catequese da gente de Nonoai, Guarita e Votouro. No norte do Paraná, a partir das iniciativas mais permanentes de ocupação brasileira no vale do Tibagi, o governo provincial determinou a fundação de um aldeamento em São Jerônimo, com a catequese entregue a capuchinhos italianos, sendo mais conhecido, o Frei Timóteo de Castellnuovo. E foi um capuchinho italiano, Frei Mansueto Barcatta de Val Florianiana, no início do século XX, o responsável dos primeiros trabalhos de fôlego sobre a língua Kaingang: uma gramática e um vasto dicionário²³. Antes dele, apenas se contam com vocabulários, alguns, de certa extensão e interesse.

Nos anos 40 surgem trabalhos mais acurados, ainda que menos volumosos, na linha da linguística histórico-comparativa, assinados por Mansur Guérios²⁴. Na sequência dele, merecem registro os estudos de Wanda Hanke, tanto do Xoklém como do Kaingang norte-paranaense²⁵. No final dos anos 50 instala-se, na divisa da área indígena de Rio das Cobras, no sudoeste do Paraná, a missão e centro de pesquisa linguística do SIL - Summer Institute of Linguistics. O Kaingang passou a ser estudado, ali, por Ursula Wiesemann. Em 1959, por exemplo, um primeiro estudo é tornado público, em reunião da ABA, intitulado *Notas sobre o proto-Kaingang: um estudo de quatro dialetos*²⁶. Durante os anos 60, Wiesemann prepara material de ensino de Kaingang para missionários e, finalmente, estabelece uma sugestão de ortografia oficial e inicia a produção de cartilhas para alfabetização em Kaingang. Estabelece-se, então, um convênio envolvendo a Funai, o SIL e a IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), e cria-se a primeira escola para formação de monitores bilíngües na área de Guarita-RS. Inicia-se, assim, um dos primeiros programas de educação escolar indígena bilíngüe no Brasil, mas numa perspectiva claramente transicional, em que a língua indígena não recebe valorização, pelo contrário, serve apenas de

²³ Cf. Florianiana (1918 e 1920).

²⁴ Cf. Guérios (1942).

²⁵ Cf. Hanke (1947 e 1950).

²⁶ Cf. Wiesemann (1959).

ponte para o ensino em português.²⁷

A língua Kaingang é uma das línguas da família Jê, integrante do tronco Macro-Jê. O Kaingang e o Xoklêng, que é uma língua muito próxima do Kaingang, hoje falada apenas em Santa Catarina, formam o conjunto restrito das línguas e culturas Jê do Sul, em outras palavras, Jê Meridionais.

Para Rodrigues (1986), o grupo Kaingang possui “as línguas dos Kaingang nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e dos Xoklêng, em Santa Catarina”. Nesse sentido, é revelado, na visão do autor, que os Kaingang e os Xoklêng formavam um único grupo, por razões históricas foi segmentado em dois novos grupos respectivamente, havendo, portanto, a distinção das duas línguas. Dessa forma, Rodrigues ao sintetizar as famílias linguísticas do Tronco Macro-Jê, como visto nas figuras acima, coloca o

Xoklêng e o Kaingang com línguas distintas, pertencentes à família Jê e não como dialetos da língua Kaingang.

O povo Kaingang está espalhado em dezenas de áreas indígenas ao longo dos três estados do Sul do Brasil e interior de São Paulo, totalizando mais de 25 mil pessoas. Somente no Paraná, os Kaingang são mais de 7 mil pessoas. Como se espalharam por lugares tão distantes, há tanto tempo, os Kaingang desenvolveram vários dialetos diferentes: às vezes, diferentes quase só na pronúncia, mas também com algumas palavras diferentes para dizer a mesma coisa, assunto esse a ser discutido no próximo tópico.

1.3.1 Dialeto

Para iniciarmos o presente tópico, faz-se preciso situar o leitor a respeito do vem a ser dialeto, a fim de que o entendimento acerca do assunto possa estar mais claro.

Iniciemos, dessa forma, com a definição do termo em questão proposta pelo filólogo Antenor Nascentes (1967), dizendo que se trata de um “conjunto dos variados modos secundários e derivativos de falar uma língua, de acordo com as diferenças lingüísticas regionais ou nacionais das comunidades usuárias de um mesmo idioma-tronco”.

De acordo com Alvar (1961), dialeto corresponde às estruturas linguísticas, simultâneas de outra, que não alcançam a categoria de língua.

Enquanto que na fala de Câmara Jr. (2004):

²⁷ Cf. Wilmar da Rocha D’Angelis. *Kaingang: questões de língua e identidade*. 2002. Constado nas referências desta dissertação.

Do ponto de vista puramente linguístico, os dialetos são falares regionais que apresentam entre si coincidências de traços linguísticos fundamentais. Cada dialeto não oferece, por sua vez, uma unidade absoluta em todo o território por que se estende, e pode dividir-se em subdialetos, quando há divergência apreciável de traços linguísticos secundários entre zonas desse território. A classificação dos dialetos e subdialetos de uma língua é, até certo ponto, convencional, pois depende dos traços linguísticos escolhidos para base de classificação; são sempre preferidos os traços fonológicos e morfológicos porque a fonologia e a morfologia são aspectos de uma língua mais estáveis, mais sistemáticos e mais característicos de sua fisionomia. Entretanto, ao conceito linguístico se acrescenta em regra um conceito extralinguístico de ordem psíquica, social ou política. (CÂMARA JR, 2004, 29)

Nas palavras do linguista romeno Coseriu (1982) podemos definir dialeto, sem deixar de ser intrinsecamente uma língua, considerando-o subordinado a outra língua, de ordem superior. Ou, dizendo-se de outra maneira: o termo dialeto, enquanto oposto à língua, designa uma língua menor incluída em uma língua maior, que é, justamente, uma língua histórica (ou idioma). O autor ainda complementa que se trata de:

uma língua histórica – salvo casos especiais – não é um modo de falar único, mas uma família histórica de modos de falar afins e interdependentes, e os dialetos são membros dessa família ou constituem famílias menores dentro de uma família maior. (COSERIU, 1985, p.10-11)

Na visão de Cunha e Cintra (1996) um dialeto é a forma como uma língua é realizada numa região específica. Cientificamente este conceito é conhecido por variação diatópica²⁸. Para entender ao que se refere, pelo autor, como variação diatópica, corresponde à ocorrência de diferentes formas de pronúncia, vocabulário e estrutura sintática entre regiões. Dentro de uma comunidade mais ampla, formam-se comunidades linguísticas menores em torno de centros polarizadores, política e economia, que acabam por definir os padrões linguísticos utilizados na região de sua influência e as diferenças linguísticas entre as regiões são graduais, nem sempre coincidindo.

Ao dialogar com as definições propostas pelos autores acima, notamos que o conceito de dialeto oscila: correspondendo ao conjunto de variações de uma língua realizada numa região específica nas visões de Nascentes (1967) e de Cunha e Cintra (1996). Tratando-se de uma língua menor incluída em uma maior, subordinando-se a ela na visão de Coseriu (1985), enquanto que, na visão de Alvar (1961), são estruturas linguísticas simultâneas de outras que não alcançam a categoria de língua. Finalmente, Câmara Jr. (2004) diz que, do

²⁸ A variação diatópica pode também ser conhecida de acordo com as seguintes acepções: variação geográfica, variedade geolinguística ou variedade dialetal.

ponto de vista linguístico, são falares regionais, acrescentando um conceito extralinguístico de ordem psíquica, social e política.

De modo geral, podemos sintetizar dialeto como o conjunto de marcas linguísticas de natureza semântico-lexical, morfossintática e fonético-morfológica, restrito a dada comunidade de fala inserida numa comunidade maior de usuários da mesma língua, que não chegam a impedir a intercomunicação da comunidade maior com a menor, que pode ser geográfico ou social.

Um mito que deve ser abolido é que um dialeto é uma língua menor. Ademais, um dialeto não é uma língua, mas sim uma variedade de uma língua. Por outro lado, qualquer língua, por menos prestígio que tenha, não deixa de ser língua e não passa a ser dialeto só por isso.

Direcionando o assunto para a Língua Kaingang, observamos que a questão do dialeto no Kaingang é visto sub duas perspectivas distintas.

De acordo com Wiesemann (2002), há a identificação de cinco dialetos, assim distribuídos: a) São Paulo, falado ao norte do Rio Paranapanema; b) Paraná, falado na área entre os rios Paranapanema e Iguazu; c) Central, falado na área entre os rios Iguazu e Uruguai; d) Sudoeste, falado ao sul do rio Uruguai e oeste do rio Passo Fundo e, por fim, e) Sudeste, falado ao sul do rio Uruguai e leste do rio Passo Fundo. Wiesemann relata que a riqueza dialetal Kaingang é ainda mais rica e mais complexa que isso, em parte em função das migrações e alianças históricas entre aldeias. Ainda de acordo com a pesquisadora:

Estes dialetos ainda existem, embora estejam passando por transformações constantes. Observa-se o fato de migrações espontâneas de família de uma região para outra, assim como também contatos esporádicos entre todas as regiões. Cresceu a preocupação de ter uma língua de comunicação para o grupo como um todo, especialmente na sua forma escrita. A realização deste desejo foi facilitada pelo fato que, com contatos ficando mais frequentes após os anos 70, os falantes dos dialetos Central, Sudoeste e Sudeste espontaneamente reconheceram o dialeto Paraná como referencial. Os falantes do dialeto São Paulo, sendo muito poucos e com poucos contatos com os outros grupos, estão deixando o uso da Língua Kaingang em favor do Português. (WIESEMANN, 2002, p. 6).

Já segundo Rodrigues (1994), como visto no fluxograma acima, notamos a presença de não cinco, mas sim quatro dialetos: Kaingang do Paraná, Kaingang Central, Kaingang do Sudoeste e Kaingang do Sudeste. O autor faz uma revisão para o Instituto Socioambiental (doravante ISA) das informações constantes em sua obra²⁹.

²⁹ Rodrigues, Ayrton Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1994, p.134.

Contrapondo as informações acima, podemos observar que Rodrigues não faz referência ao dialeto Kaingang paulista. Como a confirmação dessas informações sai da perspectiva de nossos objetivos, encerramos, por aqui, tal discussão.

Ao final de esclarecimentos acerca do tronco linguístico, família, povo, Língua Kaingang e dialeto, partiremos para assuntos relacionados aos estudos realizados tanto na área de Línguas Indígenas como na área da Língua Kaingang. Nesse sentido, teremos consciência do que já fora feito até o momento sobre o assunto.

1.4 POVO

Antes de iniciarmos a discussão sobre os Kaingang, no que diz respeito à categoria “povo”, convém adentrarmos na análise do termo em suas diversas acepções, cujo uso é utilizado de forma imoderada e que de acordo com Sodré (2008):

[...] embora natural nas condições em que vivemos, por parte de pessoas as mais variadas, e dirigindo-se, também, aos grupos mais variados, deu à palavra *povo* uma significação tão genérica que a despojou de qualquer compromisso com a realidade. Na boca ou na pena dos homens públicos, hoje, — e claro está que isso não acontece somente no Brasil, — *povo* é uma abstração. Cada um é livre de atribuir à palavra *povo* o significado que bem imaginar. E, particularmente, incluir-se em pessoa naquilo que imagina ser o *povo*. (SODRÉ, 2008, p. 03)

Além disso, o autor complementa dizendo que o termo:

Expressa, de modo vago, aliás, todos os que participam da vida política, e mesmo a maioria dos que dela não participam. Ninguém aceitaria a sua própria exclusão do campo a que se aplica o letreiro *povo*. Todos se consideram *povo*. Uma secreta intuição, entretanto, faz com que cada um se julge mais *povo* quanto mais humilde a sua condição social: é este um título, aliás, — e o único, — de que os desfavorecidos da sorte não abrem mão. Eles nada possuem, mas por isso mesmo orgulham-se de ser *povo*. Esse orgulho corresponde, espontaneamente, ao sentido da definição que liga o conceito de *povo* à situação econômica dos grupos, camadas ou classes sociais. (SODRÉ, 2008, p. 03)

Nesse sentido, antes do exame de um critério que possa levar a um conceito exato de povo, é importante assinalar que o conceito de povo não pode ser definido senão considerando as condições reais de tempo e de lugar. Povo, hoje, no Brasil, não é o que era há um século; não é a mesma coisa que nos Estados Unidos; nem o que é na China. A composição dos grupos, camadas e classes que constituem o povo muda ao longo do tempo, e

varia de país em país, de nação em nação³⁰. Dentro de um mesmo país, a referida composição muda conforme a sociedade evolui: é pacífico que o operário brasileiro faz parte do povo, hoje. Mas há cem anos não havia operários, no Brasil. Isto significa que não havia povo? Parece que não.

Povo, há cem anos, era uma coisa, entre nós; hoje, é outra. Há cem anos, faziam parte do povo grupos, camadas e classes que, hoje, não fazem parte do povo. Uns continuam a existir, a ter um papel, mas deixaram de fazer parte do povo; outros se extinguíram, e por isso deixaram de fazer parte dele; terceiros surgiram mais tarde, e passaram a fazer parte do povo ou não passaram, conforme o papel social que desempenham. O conceito de povo evolui, portanto, muda conforme a sociedade muda. Mas é certo que tais mudanças não são arbitrárias e acidentais; e por isso há sempre critérios justos para se definir o conceito exato de povo em cada fase distinta.

Confirmando as palavras de Sodré (2008), o professor Sérgio Baalback, diz que:

O uso indiscriminado da expressão povo, bem como a carga emocional que a impregna costuma provocar uma distorção de seu sentido. É unânime a necessidade do povo como elemento para a constituição e existência do Estado, sendo certo afirmar, por isso mesmo, que não é possível a existência do Estado sem ele, notadamente porque, em última análise, é para ele que o Estado se forma. (BAALBACK, 2005)³¹

E quanto aos Kaingangs? Como podemos designá-los? Tratar-se-ia de um povo? Uma população indígena? Uma etnia?

Não há como ser confundido o conceito de povo com o de população, uma vez que este designa uma mera expressão numérica, demográfica ou econômica, a qual compreende o conjunto de pessoas que vivem no território de um Estado ou que estejam temporariamente nele. Portanto, não basta que uma pessoa esteja no território de um determinado Estado para se subsumir na condição de povo, eis que é imprescindível, para

³⁰ Ferdinand Tönnies diferencia Estado e Nação no sentido de que aquele estaria associado à idéia de sociedade, tendo, pois, as seguintes peculiaridades: surgimento por atos de vontade; a busca de um objetivo; o fato de os seus membros se ligarem através de um vínculo jurídico e o poder social ser reconhecido pela ordem jurídica. A Nação estaria, ao contrário, relacionada à idéia de comunidade, cujas características assim se delineiam: existência independente da vontade; inexistência de objetivo (há somente um sentimento de preservação); ausência de vínculos jurídicos (existência só de sentimentos comuns) e inexistência de poder. Aduz-se, por derradeiro, que no século XVIII usou-se, de forma imprecisa, o termo Nação para designar o povo, isto na tentativa de expressá-lo como uma unidade homogênea.

³¹ A presente informação pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=746>

tanto, que haja um vínculo jurídico especial entre esta pessoa e o Estado. Ressalta-se que a teoria³² delineada por Rousseau é de fundamental importância para que seja estabelecida a distinção entre povo sob a ótica de sujeito em contraposição à idéia de povo como objeto. Entendemos, pois, que os Kaingang são um povo, uma vez que na definição geral de Sodré (2005) “em todas as situações, povo é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive”.

Em relação ao termo etnia³³, o conceito etnia deriva do grego *ethnos*, cujo significado é povo. A etnia representa a consciência de um grupo de pessoas que se diferencia dos outros. Esta diferenciação ocorre em função de aspectos culturais, históricos, linguísticos, raciais, artísticos e religiosos. A etnia não é um conceito fixo, podendo mudar com o passar do tempo. O aumento populacional e o contato de um povo com outros (miscigenação cultural) pode provocar mudanças numa determinada etnia. Geralmente usamos o termo etnia para nos referirmos aos grupos indígenas ou de nativos. Porém, o termo etnia pode ser usado para designar diversos grupos étnicos existentes no mundo.

Sendo assim, os Kaingang são um povo pertencente à família linguística Jê, integrando, junto com os Xokleng, os povos Jê Meridionais. Sua cultura desenvolveu-se à sombra dos pinheirais, ocupando a região sudeste/sul do atual território brasileiro. Há pelo menos dois séculos sua extensão territorial compreende a zona entre o Rio Tietê (SP) e o Rio Ijuí (norte do RS). No século XIX seus domínios se estendiam, para oeste, até San Pedro, na província argentina de Misiones.

Atualmente, os Kaingang ocupam cerca de 30 áreas reduzidas, distribuídas sobre seu antigo território, nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com uma população aproximada de 29 mil pessoas. Sozinhos, os Kaingang correspondem a quase 50% de toda população dos povos de língua Jê, sendo um dos cinco povos indígenas mais populosos no Brasil.

A denominação Kaingang aparece na documentação bibliográfica apenas a partir de 1882, inicialmente em trabalhos de Telêmaco Borba e do capuchinho Frei Luiz de Cimitile³⁴. Antes disso, aproximadamente a partir de meados do século XIX havia se generalizado a denominação de "Coroados", que comparece em autores que se referem a grupos Kaingang de diferentes lugares, seja no centro do Paraná, seja na província argentina

³² Cf. Rosseau (2001, p26.)

³³ Disponível em: http://www.suapesquisa.com/o_que_e/etnia.htm

³⁴ Cf. Bauldus (1979, p8.)

de Misiones, seja ainda no nordeste do Rio Grande do Sul, por exemplo. Entretanto, na documentação anterior a essa época, os Kaingang são identificados por nomes os mais diversos, como por exemplo³⁵: "Guanhanás" (SAINT-HILAIRE 1851), "Guayanazes" (OLIVEIRA 1846), "Camés", "Votorões", "Dorins", "Jacfé" (CHAGAS LIMA 1842), "Cayeres", "Tac -Taia" (CHAGAS LIMA 1821), "Guñanás", "Pinares" (OLMEDILLA 1775 apud D'ANGELIS 1989), "Camperos", "Cavelludos" ou "Coronados" e "Gualachos" (DURAN [1628] 1951:241-2, 255), "Gualachos" ou "Ybiraiyras" e "Chiquis" ou "Chequis" MONTOYA [1628] 1951:279, 293-5).

Em relação aos Kaingang, que viviam na região norte do Estado do Paraná, passaram a ser mais perseguidos a partir do século XIX, pois o “branco”, termo que usam para falar do não-índio, começou a avançar em direção às florestas, para abrir fazendas, construir cidades ou buscar outras riquezas.

Os não-índios ou “brancos”, usavam armas de fogo, que os Kaingang desconheciam e, estes, quando não eram escravizados ou mortos, fugiam, cada vez mais, para dentro da floresta. Quando não tinham mais para onde ir, ainda no século XIX, o governo criou os aldeamentos, em outras palavras, espaços limitados para os índios, que mais tarde se tornaram os postos indígenas ou reservas. Esta solução não era do agrado dos Kaingang e eles resistiram por muito tempo se escondendo nas florestas do Paraná.

Claude Lévi-Strauss, antropólogo belga, visitou a Reserva de São Jerônimo entre 1935 e 1939, e em seu livro “Tristes Trópicos” conta que muitos dos índios que conheceu ainda resistiam, pois:

[...] de sua efêmera experiência de civilização, os índios só conservaram as roupas brasileiras, o machado, a faca e a agulha de costurar. Quanto ao resto, foi um fracasso. Haviam lhes construído casas, e eles viviam do lado de fora. Esforçaram-se para fixá-los nas aldeias, e eles permaneciam nômades. As camas, quebraram-nas para fazer lenha e dormiam diretamente no chão.[...] (LÉVI-STRAUSS, 2000, p. 55)

Segundo o autor, os indígenas perderam, nesse percurso desbravador, suas terras e, até mesmo, parte de sua cultura.

Atualmente, os kaingang do Paraná vivem em quatorze Terras Indígenas, distribuídas por municípios diferentes, em pequenas áreas das terras que lhes pertenciam e que são administradas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

³⁵ Cf. http://www.portalkaingang.org/index_lingua_2_2.htm

A vegetação do território Kaingang, formada por grandes árvores, como perobas, pinheiros, palmitais e paus-d’alho, foi destruída e substituída por cidades, fazendas de café e gado. Aos Kaingang restou pequena parte de seu território, que é a reserva ou posto indígena, onde ainda fazem a plantação de pequenas roças coletivas e roças familiares e a confecção de artesanato para a venda na cidade. Mesmo assim, não esquecem sua história.

Como esta dissertação refere-se à Terra Indígena Apucarantina (doravante TIA), nada mais do que conveniente, expor ao leitor características deste território.

As terras que formam a Reserva ou Posto Indígena Apucarantina pertencem aos Kaingang, e não ao município onde está localizado. Até 1995, dizia-se que a Reserva Indígena estava localizada no distrito administrativo de Tamarana, município de Londrina. Quando Tamarana se tornou município, a área indígena passou a ter uma parte localizada no município de Londrina e outra no município de Tamarana. Hoje, a referência para localização da reserva, é o município de Londrina. Na reserva, constroem suas casas ou moram em casas construídas pelo governo. Essas casas são modificadas por muitos deles, que buscam a tradição Kaingang das antigas habitações. Toda decisão é coletiva, os índios se reúnem em roda, cada um expõe seu argumento e o grupo, aponta em conjunto, o que é melhor para a tribo. A reserva Indígena possui 5.574 ha de área, onde abriga atualmente 240 famílias e aproximadamente 1.500 indígenas. Vivem do cultivo de arroz, feijão e milho, além do plantio de hortas, eucalipto e palmito pupunha. Produzem também cestos, arco e flecha para comercialização. O acesso a reserva é feito pela Rodovia Celso Garcia (PR445), sentido Londrina/Lerroville (52 KM) e de Lerroville até a reserva, 28 KM em estrada sem pavimentação.

A TIA possui uma escola intitulada “Cacique Pénky Pereira”; enfermaria, galpão para maquinários e implementos agrícolas, cadeia, duas igrejas: uma católica e outra do Cristianismo Decidido. Existem casas pré-fabricadas de madeira, mas há famílias que ainda residem em ranchos tradicionais.

Até o momento falamos de elementos como: terra indígena e território nacional. Mas do que se tratam esses termos?

Tomemos como ponto de partida a definição do primeiro termo, cuja discussão foi adiantada na nota da página 17 desta dissertação. Segundo Ramos (1995):

Para os povos indígenas, a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural - e tão importante quanto este - é um recurso sócio-cultural. (RAMOS, 1995, p. 34).

Vale lembrar, segundo a autora, que o reconhecimento dos índios enquanto realidades sociais diferenciadas, na Constituição Federal, não podem estar dissociado da questão territorial, dado o papel relevante da terra para a reprodução econômica, ambiental, física e cultural destes. Tanto assim que o texto constitucional trata de forma destacada este tema, apresentando, no parágrafo 1º do artigo 231, o conceito de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, definidas como sendo: aquelas "por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições". Terras que, segundo o inciso XI do artigo 20 da CF, "são bens da União" e que, pelo §4º do art. 231, são "inalienáveis e indisponíveis e os direitos sobre elas imprescritíveis". Embora os índios detenham a posse permanente e o "usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos" existentes em suas terras, conforme o parágrafo 2º do Art. 231 da Constituição, elas constituem patrimônio da União. E, como bens públicos de uso especial, as terras indígenas, além de inalienáveis e indisponíveis, não podem ser objeto de utilização de qualquer espécie por outros que não os próprios índios.

A regularização das terras indígenas, por meio da demarcação, é de fundamental importância para a sobrevivência física e cultural dos vários povos indígenas que vivem no Brasil, por isso, esta tem sido a sua principal reivindicação. Sabe-se que assegurar o direito à terra para os índios significa não só assegurar sua subsistência, mas também garantir o espaço cultural necessário à atualização de suas tradições. Outro aspecto a ser mencionado, e que está em evidência nos dias atuais, é o fato de que a defesa dos territórios indígenas garante a preservação de um gigantesco patrimônio biológico e do conhecimento milenar detido pelas populações indígenas a respeito deste patrimônio.

A utilização do termo "terras" inclui o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra forma.

Em contra partida, definamos o segundo termo acima posto: território nacional. Território é um espaço submetido a um poder político. Nesse território existem propriedades privadas, onde o proprietário pode utilizá-la para fazer empreendimentos econômicos ou comercializá-la. Porém, não cabe a ele o domínio político do seu patrimônio, isso é exercido pelo Estado, através de leis. O patrimônio privado e a soberania pública constituem a base do território nacional.

Cabe concluirmos com a fala do relator do julgamento da ação popular³⁶, o Ministro Carlos Britto (2009)³⁷:

As "terras indígenas" versadas pela Constituição Federal de 1988 fazem parte de um território estatal-brasileiro sobre o qual incide, com exclusividade, o Direito nacional. E como tudo o mais que faz parte do domínio de qualquer das pessoas federadas brasileiras, são terras que se submetem unicamente ao primeiro dos princípios regentes das relações internacionais da República Federativa do Brasil: a soberania ou "independência nacional" (inciso I do art. 1º da CF). 5.2. Todas as "terras indígenas" são um bem público federal (inciso XI do art. 20 da CF), o que não significa dizer que o ato em si da demarcação extinga ou amesquinhe qualquer unidade federada. Primeiro, porque as unidades federadas pós-Constituição de 1988 já nascem com seu território jungido ao regime constitucional de preexistência dos direitos originários dos índios sobre as terras por eles "tradicionalmente ocupadas". Segundo, porque a titularidade de bens não se confunde com o senhorio de um território político. Nenhuma terra indígena se eleva ao patamar de território político, assim como nenhuma etnia ou comunidade indígena se constitui em unidade federada. Cuida-se, cada etnia indígena, de realidade sócio-cultural, e não de natureza político-territorial. (Carlos Britto, 2009- grifos do próprio texto)

Complementando:

Somente o "território" enquanto categoria jurídico-política é que se põe como o preciso âmbito espacial de incidência de uma dada Ordem Jurídica soberana, ou autônoma. O substantivo "terras" é termo que assume compostura nitidamente sócio-cultural, e não política. A Constituição teve o cuidado de não falar em territórios indígenas, mas, tão-só, em "terras indígenas". A traduzir que os "grupos", "organizações", "populações" ou "comunidades" indígenas não constituem pessoa federada. Não formam circunscrição ou instância espacial que se orne de dimensão política. Daí não se reconhecer a qualquer das organizações sociais indígenas, ao conjunto delas, ou à sua base peculiarmente antropológica a dimensão de instância transnacional. Pelo que nenhuma das comunidades indígenas brasileiras detém estatura normativa para comparecer perante a Ordem Jurídica Internacional como "Nação", "País", "Pátria", "território nacional" ou "povo" independente. Sendo de fácil percepção que todas as vezes em que a Constituição de 1988 tratou de "nacionalidade" e dos demais vocábulos aspeados (País, Pátria, território nacional e povo) foi para se referir ao Brasil por inteiro. (Carlos Britto, 2009- grifos do próprio texto).

Após toda exposição acerca do conceito de povo, das características dos Kaingang de modo geral, principalmente os localizados na Terra Indígena Apucarantina, assim como a distinção de terras indígenas e de território nacional brasileiro, seguimos para o próximo capítulo.

³⁶ Ação popular referente à "demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.", cujo objetivo é o reconhecimento da condição indígena da área demarcada em sua totalidade.

³⁷ Conteúdo disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14714880/peticao-pet-3388-rr-stf>

CAPÍTULO 2

Estudos das Línguas Indígenas

O presente capítulo aborda: i) considerações sobre o estudo realizado das Línguas Indígenas e ii) estudos realizados sobre a Língua Kaingang. Diante disso, as informações seguintes encontram-se divididas respectivamente dessa forma.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS

O estudo das línguas indígenas do Brasil é ainda bastante preliminar e falta responder a muitas perguntas; tantas que estudiosos julgam ser mais adequado falar em graus relativos de incerteza do que de certeza.

A falta de conhecimento mais profundo sobre as línguas indígenas deve-se, além da crônica carência de recursos para pesquisas, à falta de textos atuais e antigos escritos nestas línguas. Com exceção dos idiomas registrados pelos jesuítas desde o século XVI - o Tupi antigo, o Guarani antigo e o Kiriri - os textos que permitem o estudo aprofundado das línguas são apenas fragmentos, pois os povos indígenas sempre privilegiaram a transmissão oral de seus conhecimentos e poucos não-índios escreveram em línguas indígenas. Só em tempos recentes os próprios índios passaram a escrever suas experiências em suas línguas.

Poderíamos, desse modo, nos perguntar para que serve o estudo das línguas indígenas, muitas delas faladas por poucas pessoas? Não precisamos ir muito além para tentar respondê-la. Uma das razões é para entender os sistemas que todos os homens utilizam para explicar tudo o que está à nossa volta, pois os linguistas se preocupam em estudar todas as línguas do mundo em busca de estruturas ainda não descritas e incorporadas aos modelos teóricos que tentam explicar o funcionamento da linguagem humana. Além disso, o estudo das línguas indígenas nos auxilia a formular hipóteses sobre o passado dos índios, como sua localização em tempos antigos e relações entre diferentes grupos indígenas.

Muitas vezes, ao falar que trabalho com língua indígena, a primeira questão que me indagam é se “A língua dos índios se chama Tupi-Guarani”? Realmente, para aqueles que não possuem conhecimento do assunto, acham que todos os povos falam Tupi. Nós, linguistas, sabemos que não. Os nomes das línguas indígenas são os mesmos nomes usados para se referir às etnias que as utilizam, com exceções. O Tupi-Guarani nem é uma língua, mas sim um conjunto de línguas que apresentam semelhanças entre si, como a língua Tupi, a

língua Nheengatu, a língua Tapirapé, a língua Guarani, etc... Os primeiros índios que os europeus encontraram no Brasil falavam línguas desta família Tupi-Guarani e permanece até hoje a falsa impressão que todos os povos indígenas falam Tupi-Guarani. Desse modo, o Tupi é um tronco linguístico e não uma língua. Esta confusão acontece porque muitas palavras do vocabulário brasileiro tem origem nas línguas da família Tupi-Guarani.

Fala-se em 180 línguas indígenas no Brasil, porém este é um número inexato devido à polêmica em se decidir se expressões linguísticas diferentes, usadas por comunidades indígenas separadas geograficamente, integram duas línguas diferentes ou dois dialetos de uma mesma língua.

A originalidade das línguas indígenas brasileiras tem uma importante relação com os marcos históricos do povo, afinal, antes de mais nada, a língua representa as transformações ocorridas em uma tribo, desde seu nascimento, invasões, mudanças e o resultado final.

Segundo Rodrigues (1994), “os índios brasileiros não são um povo, são muitos povos”. O autor ao proferir a presente afirmação, expõe que cada um deles tem seus costumes, suas crenças, sua organização social, que são resultado de experiências vividas por muitos anos. Ainda segundo ele, as línguas indígenas são reflexos e parte integral de sua identidade. Isso quer dizer que, embora diferentes, pouco conhecidas e difundidas, possuem o que qualquer língua no mundo tem: manifestações da capacidade de se comunicar pela linguagem.

O interesse pelas línguas indígenas teve início no século XVIII, marcado pelo iluminismo europeu. Seus adeptos queriam descobrir todo conhecimento das atividades do saber humano e desejavam ampliar todos os temas e domínios da natureza humana. Dessa forma, as línguas de outros povos passaram a ser, também, objeto de pesquisa. Todavia, tais pesquisas eram meramente normativas, buscando-se falar e escrever melhor.

Em relação ao número de línguas indígenas existente no Brasil, 180 como já citado, com a chegada dos europeus, provavelmente, esse número seria mais que o dobro. A extinção de muitas destas línguas se deve ao extermínio dos povos indígenas, pela morte de seus falantes por epidemias e doenças contagiosas etc. Podemos verificar que, onde houve maior colonização, caracterizam-se justamente locais onde algumas línguas desapareceram: Regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Algumas das línguas desaparecidas foram registradas de forma ampla e outras tiveram apenas pequenos registros, outras, porém, desaparecem sem que nenhum estudo fosse realizado sobre elas.

No início dos estudos das línguas indígenas, havia somente o interesse por vocábulos e não havia uma sistematização gramatical. O objetivo de se ter esta lista de vocábulos era, principalmente, um estudo etnológico. Era por meio de certos conjuntos semânticos que se chegava à cultura de um povo. Quando em uma pesquisa não havia certos vocábulos, que eram correspondentes à língua do pesquisador, eram coletadas locuções ou grupos frasais³⁸.

Quanto ao século XIX, encontramos outra forma de análise das línguas indígenas, podendo chamar de classificação tipológica, criada pelo linguista August Schleicher. De acordo com esse linguista, as línguas se classificariam como isolantes, aglutinantes e flexionais³⁹, conforme tipo preferencial de vocábulo.

Para Câmara Junior (1979), esta classificação “contém pontos fracos, vagos insatisfatórios e até incorretos”. Segundo Câmara Junior, Schleicher considerou a classificação baseada somente nos estudos históricos. Destas atividades tivemos em línguas indígenas o Catálogo de línguas, do Jesuíta Hervás. Entretanto, a classificação era apenas no léxico, sem nenhum estudo na gramática, ou nos sons e nos tipos frasais. Ainda de acordo com o esse autor:

[...] um dos problemas no estudo destas listas de vocabulários era que os pesquisadores nunca se propunham a uma análise mórfica rigorosa e sistemática, capaz de fornecer as formas mínimas da língua, que são os elementos fundamentais para o conhecimento de sua estrutura. Por meio dos morfemas de uma língua é que se tem a noção do quadro gramatical e, é por meio dos lexemas que se pode fazer uma comparação de língua para língua e, desta forma classificá-la e interpretá-la. (CÂMARA JUNIOR, 1979, p. 141.)

Além de tudo já relatado pelo autor, no estudo dos morfemas e semantemas, podemos verificar como os vocábulos se reúnem e somente a partir deste ponto, analisar conjuntos formais de uma língua a outra.

Durante algum tempo, a falta de análise mórfica prejudicou os estudos de línguas indígenas, pois como muitas delas incorporavam afixos e as separações dos vocábulos

³⁸ Cf. Rodrigues, A. (1999).

³⁹ Informações complementares podem ser encontradas em Robins, R. H. *Linguística Geral*, 1981, p.342. O autor menciona uma divisão tripartida, segundo a tipologia estrutural das línguas: isolantes, aglutinantes e fusionais. Tal divisão está calcada nos postulados de Humboldt, linguista alemão, que desenvolveu a divisão em questão com um meio de classificação das línguas em sistemas totais de comunicação. As características de isolamento, aglutinação e fusão são geralmente encontradas em muitas línguas, apesar de o ser em proporções distintas, e, por ser um método de classificação tipológica, os três tipos devem ser mais bem considerados como tendências em cujo sentido as línguas aproximam-se com maior ou menor pureza.

não eram coerentemente conduzidas, apenas separadas por hifens, a visão de um núcleo vocabular era mascarada por este método.

Os estudos nas línguas indígenas, no passado, muitas vezes confundiam-se com estudos históricos⁴⁰. Como os estudos etnológicos se serviam dos estudos linguísticos, a necessidade de se depreender relações entre línguas indígenas impedia um estudo minucioso e um exame descritivo com precisão e segurança nas conclusões comparativas.

Com o passar do tempo, a orientação na pesquisa das línguas indígenas foi mudando e, dentre os estudiosos, podemos ressaltar Rosário Mansur Guérios⁴¹, um professor de português, interessado na linguística geral e que estudou as línguas indígenas dos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Dele temos um ensaio de dicionário das divisões linguísticas e tribais dos índios brasileiros. Do mesmo modo, cabe mencionar os estudos de Ayron Dall'gna Rodrigues, um expoente em assuntos indígenas, que conduziu de maneira distinta os estudos do Tupi-Guarani, com idéias novas sobre essas línguas.

Como parte no avanço dos estudos, surge o Formulário dos Vocábulo Padrões para Estudos Comparativos Preliminares das línguas indígenas do Summer Institute of Linguistics (doravante SIL), que uniformiza a transcrição fonética, propondo três sistemas: o da Sociedade Fonética Internacional, o do norte-americano Kenneth Pie e o de Joaquim Matoso Câmara Junior. Nesse sentido, as pesquisas são conduzidas de forma mais organizada, buscando itens em frases pequenas, percebendo-se melhor a estrutura sintática, além da melhor percepção de fatos gramaticais, como tempo e modo verbais, a técnica de funcionamento de pronomes etc.

Nos anos 60, temos a linguística estruturalista de Câmara Junior. Nesse período foi criado o setor de Linguística do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da UFRJ. Sendo um dos primeiros programas de linguística, na modernidade, voltado para o estudo das línguas indígenas⁴². O programa teve figuras exponenciais como linguistas do SIL, cujo objetivo foi a descrição de línguas indígenas, assim como a elaboração de dicionários e a classificação genética das línguas indígenas.

Com relação aos estudos tipológicos, estes tiveram início nos anos 80. Tais estudos entraram na UnB através de Ayron Rodrigues, o mesmo acontecendo na UFPE, UFPA e UFSC, dando início a uma preocupação no desenvolvimento de pesquisas voltadas ao estudo de línguas indígenas.

⁴⁰ Cf. Câmara Junior (1979).

⁴¹ Cf. Guérios (1948 e 1949).

⁴² Cf. Câmara Junior (1979).

Na década de 90, há a reformulação do setor de linguística do Museu Nacional. Nesse mesmo período, ocorre um avanço nos estudos tipológicos.

Os trabalhos, de modo geral, são parciais e raramente surge uma gramática completa. Infelizmente, ainda não nenhum banco de dados que centralize as informações sobre projetos, pesquisas e texto de maneira ampla. Entretanto, alguns linguistas como Ayrton Rodrigues e Wilmar da Rocha D' Angelis desenvolveram sites que, de algum modo, auxiliam propagação de pesquisas realizadas assim como outras informações de fundamental importância⁴³.

Mesmo assim, pesquisas em línguas indígenas ainda andam a passos lentos no Brasil, visto que, por falta de estudos, muitas línguas indígenas faladas em nosso país desapareceram ou estão prestes a desaparecer. Desse modo, a tarefa dos linguistas em documentar, analisar, comparar, descrever e tentar reconstruir a trajetória dessas línguas é de suma importância em nossa atual conjuntura.

Um grande avanço de conquista foi a adoção, que alguns municípios brasileiros tiveram, da língua indígena como co-oficial. Tacuru, município do Estado do Mato Grosso do Sul, é o segundo município brasileiro que adota um idioma indígena como língua oficial: o guarani. O primeiro município do Brasil a adotar idioma indígena como língua oficial, foi São Gabriel da Cacheira, localizado no extremo norte do Estado do Amazonas. Além do português, São Gabriel possui três línguas indígenas oficiais: Nheengatu, o Tukano e Baniwa. Em Paranhos, também em Mato Grosso do Sul, tramita um projeto de lei semelhante ao aprovado no município de Tacuru, que propõe a oficialização da Língua Guarani como segunda língua⁴⁴.

Após esboçar um rápido panorama da situação dos estudos sobre línguas indígenas no Brasil, sigamos aos estudos realizados sobre a língua Kaingang, em que os aspectos relacionados às orações simples serão descritos no Capítulo 5 desta dissertação.

2.2 ESTUDOS REALIZADOS SOBRE A LÍNGUA KAINGANG

Como já dito anteriormente, a Língua Kaingang pertence ao tronco linguístico Macro-Jê. As evidências que se tem para o reconhecimento deste tronco são menos claras das que se tem para o tronco linguístico Tupi.

⁴³ Os endereços eletrônicos consultados encontram-se nas referências deste trabalho.

⁴⁴ Disponível no seguinte endereço eletrônico: www.terra.com.br/redaçãoterra. Informação completa nas referências desta dissertação.

As línguas indígenas do tronco Macro-Jê, conforme Rodrigues (1994), dividem-se em nove famílias e somam-se vinte línguas, fora os dialetos⁴⁵. Essas línguas se espalham pelo território brasileiro desde o Sul do Pará, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul⁴⁶. O maior constituinte do tronco Macro-Jê é a família linguística Jê.

A Língua Kaingang é uma das línguas com maior número de falantes entre as línguas indígenas do Brasil. O povo Kaingang está espalhado em muitas regiões ao longo dos três Estados do Sul do Brasil e no interior do Estado de São Paulo, totalizando 29 mil falantes. Só no Estado do Paraná, por exemplo, são mais de 7 mil falantes.

Desde os primeiros contatos, os Kaingang foram alvo das ações catequéticas da igreja católica. Os estudos sobre a Língua Kaingang tiveram seu início pouco antes do século XIX. Um dos primeiros trabalhos linguísticos acerca da Língua Kaingang foi o de Frei Mansueto de Val Florianiana, cuja produção foi a gramática “*Ensaio de Grammatica Kainjgang*”, em 1918, e o primeiro dicionário da língua, “*Dicionário Kainjgang-Portugues Portugues-Kainjgang*”, em 1920.

Nos anos que seguem de 1940 a 1950 surgem os trabalhos Mansur Guérios, num trabalho acerca do dialeto de Palmas (PR) “*Estudos sobre a língua caingangue: notas histórico-comparativas*”, na década de 1940. Já o primeiro estudo amplo da língua Kaingang, no tocante à fonética e fonologia e gramática, assim como na tentativa da dicionarização foi Ursula Wiesemann.

Há alguns anos, valiosos estudos vem sendo realizados em relação à história, análise e descrição, dicionarização da língua Kaingang. Um precioso auxílio para busca de informações concernentes ao assunto, encontram-se no Portal Kaingang⁴⁷. Seguem-se, portanto os trabalhos realizados que podem ser encontrados com maiores detalhes no endereço sugerido:

→ BRAGGIO, Silva L. Bigonjal

1986 - The sociolinguistics of literacy: a case of the Kaingang, a brazilian indian tribe .
Albuquerque: University of New Mexico Press. Tese de Doutorado.

⁴⁵ Cf. Fluxograma da página 27 do Capítulo 1 desta dissertação.

⁴⁶ Cf. ANEXO A – Mapa da distribuição das Línguas do Tronco Macro-Jê no final desta dissertação.

⁴⁷ A maior parte de referências relacionadas aos estudos sobre a Língua Kaingang podem ser encontradas no Portal Kaingang, cuja autoria é de Wilmar da Rocha D’Angelis e encontra-se referenciado ao final desta dissertação. Entretanto, nem todas as referências, por ele citadas no site, foram utilizadas para esta pesquisa.

1989 - Alfabetização como um processo social: análise de como ela ocorre entre os Kaingang de Guarapuava, Paraná . *Trabalhos em Linguística Aplicada* . Campinas: IEL-Unicamp, 14:155-170.

→ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha

1991 - Fonologia de um dialeto Kaingang (Bras.). Exercício de aplicação da teoria dos traços distintivos . Campinas: IEL-Unicamp. Monografia Iniciação Científica FAPESP. 34 pp.

1992a - Revisão bibliográfica sobre Fonologia Kaingang . Campinas: IEL-Unicamp. Monografia Iniciação Científica FAPESP. 83 pp.

1992b - Fonologia do Kaingang: dialeto do Toldo Chimbangue (SC). Exercício de aplicação de um modelo não-linear . Campinas: IEL-Unicamp. Monogr. Inic. Científica FAPESP. 42 pp.

1995a - Ergatividade em Kaingang? . Comunicação ao GT "Estudos Kaingang", no I Encontro do CelSul (Círculo de Estudos Linguísticos do Sul). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 13 a 14 nov.95.

1995b - Feature geometry and Brazilian Indigenous Languages (Macro-Jê) . In K.Elenius & P.Brandrud (eds). *Proceedings of the XIII th International Congress of Phonetic Sciences* . Estocolmo: Universidade de Estocolmo, Instituto Real de Tecnologia, 1995, vol. 3:358-61.

1996 - Kaingang: questões de língua e identidade . Campinas: IEL-Unicamp. Texto apresentado em Curso-encontro para Professores Indígenas do RS. Passo Fundo (RS): Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, 22 a 24 de outubro de 1996.

1998a - Traços de modo e modos de traçar geometrias: línguas Macro-Jê & teoria fonológica . Campinas: IEL-Unicamp. Tese de Doutorado. 2 vols.

1998b- Bibliografia Kaingang: referências sobre um povo Jê do Sul do Brasil . Com vários autores. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. (185 p.).

1999a - Gradient versions of pre-, post- and circum-oralization in Kaingang (Brazil) . *Proceedings of the XIV th International Congress of Phonetic Sciences* . San Francisco/USA: J. Ohala, Y. Hasegawa, M. Ohala, D. Grandville & A. Bailey (eds.), vol. 2:1043-1046.

1999b - A língua Kaingang, a formação de professores e o ensino escolar . Texto apresentado no I Seminário de Educação Escolar Indígena da Região Sul, promovido pelo MEC. Balneário Camboriú, SC, 23-24 nov. 1999. 16 pp.

1999c - Propostas para a formação de professores indígenas no (Sul do) Brasil . Texto apresentado no I Seminário de Educação Escolar Indígena da Região Sul, promovido pelo MEC. Balneário Camboriú, SC, 23-24 nov. 1999. 10 pp.

- 2000a - Contra a ditadura da escola . Cadernos Cedex . Campinas, Cedex, nº 43 - a sair.
- 2000b - Bilinguismo entre os Kaingang: situação atual e perspectivas. (co-autoria c/ Juracilda Veiga). In L.T. Mota, F.S. Noelli & K. Tommasino. Uri e Wãxi. Estudos interdisciplinares dos Kaingang . Londrina: Editora UEL, pp 307-326.
- 2002a - Kaingang: questões de língua e identidade . LIAMES - Línguas Indígenas Americanas . Campinas: IEL-UNICAMP, nº 2: 105-128.
- 2002b - Gênero em Kaingang? In L. dos Santos e I. Pontes (orgs.). Línguas Jê: estudos vários . Londrina: Ed. da UEL, pp.215-242.
- 2002c- Nasalidade e soanticidade em línguas Jê: o Kaingang paulista e o Mebengokre . In Ana Suelly A.C. Cabral & Aryon D. Rodrigues (orgs.). Línguas indígenas brasileiras: Fonologia, Gramática e História. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL, vol. I . Belém: EDUFPA, pp. 86-95.
- 2002d - Concordância de número no verbo em Kaingang: algumas pistas. 2º. Macro-Jê - Caderno de Resumos . Campinas: Depto de Linguística do IEL/Unicamp, pg.24. [texto integral a sair em LIAMES nº 3 - Anais do 2º Macro-Jê]
- 2002e - O vocabulário Kaingang de Ambrosetti (1894) e as relações linguísticas da Aldeia Inhacorá (RS) com Misiones (Argentina) (co-autoria com Daniela Bonafé Sampaio Fernandes). 2º. Macro-Jê - Caderno de Resumos . Campinas: Depto de Linguística - IEL - Unicamp, pg.16.
- 2002f - O primeiro século de registro da língua Kaingang (1842-1950): valor e uso da documentação etnográfica. 50º Seminário do GEL - Resumos . São Paulo: FFLCH-USP, pg. 102.
- 2002g - Quem vai de arrasto não tem compromisso . Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação - Formação de Professores - Vol 4 : Educação Escolar Indígena . Brasília, MEC, 2002, pp. 113-121.
- 2002h - Bibliografia das Línguas Macro-Jê (org., c/ Aryon D. Rodrigues e Carla M. Cunha). Campinas: DL-IEL-Unicamp (102 p.).
- 2002i - Como nasce e por onde se desenvolve uma tradição escrita em língua indígena? Exposição no IV ELFE - Encontro Nacional de Língua Falada e Escrita Maceió: Universidade Federal de Alagoas (UFAL), 25 a 29 de novembro de 2002.
- 2003a - Propostas para a formação de professores indígenas no Brasil . Em Aberto . Brasília: INEP, nº 76: 34-43.

2003b - A língua Kaingang, a formação de professores e o ensino escolar . In Eleonora Albano et al. (Orgs.) Saudades da língua: a Linguística nos 25 anos do IEL-UNICAMP . Campinas: DL-IEL, Mercado de Letras, 2003, pp. 373-391 .

2003c - Sistema vocálico e escrita do Kaingang . Comunicação ao 51º GEL - Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. Taubaté: UNITAU, maio 2003.

2004a - O SIL e a redução da língua Kaingang à escrita: um caso de missão 'por tradução' . In Robin Wright (org.). Transformando os deuses. Igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais entre os povos indígenas no Brasil - vol. II . Campinas: Ed. da Unicamp, pp. 199-217.

2004b - Concordância de número no verbo em Kaingang: algumas pistas. LIAMES nº 4 (Anais do 2º Macro-Jê), pp. 71-81. Campinas: IEL-UNICAMP

2005 - Unificação x Diversificação Ortográfica: um dilema indígena ou de linguistas? In A.S.C. Cabral & A.D. Rodrigues (orgs.). Estudos sobre Línguas Indígenas II . Brasília: Lali-UnB, a sair (2005) .

→ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha & FERNANDES, Daniela B. Sampaio

2004 - O vocabulário Kaingang de Ambrosetti (1894) e as relações linguísticas da Aldeia Inhacorá (RS) com Misiones (Argentina). LIAMES - Línguas Indígenas Americanas . Campinas: IEL-UNICAMP, nº 4, pp. 83-89.

→ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha & REIS SILVA, Maria Amélia

1999 - Estrutura silábica e nasalidade vocálica no Kaingang do Oeste Paulista . Apresentado no XLVII Seminário do GEL (Bauru, SP).

2000 - Estructura silábica y nasalidad vocálica en el Kaingang Paulista . Actas del I Congresso de Lenguas Indígenas de Sudamérica . Editor: Luis Miranda. Lima/Peru: Universidad Ricardo Palma, 2000:127-134.

→ FLORIANA, Mansueto Barcatta de Val, Frei

1918 - Ensaio de Grammatica Kainjgang . Revista do Museu Paulista , X:529-63.

1920 - Dicionários Kainjgang-Português e Português-Kainjgang . Revista do Museu Paulista , XII:1-392.

→ GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur

1942 - Estudos sobre a língua Caingangue. Notas histórico-comparativas: dialeto de Palmas e dialeto de Tibagi - Paraná . Arquivos do Museu Paranaense . Curitiba, II:97-178.

1945 - O Xokrén é idioma Caingangue . Arquivos do Museu Paranaense . Curitiba, IV:321-31.

→ HANKE, Wanda

1947 - Apuntes sobre el idioma caingangue de los Botocudos de Sta Catarina. Brasil . Arquivos do Museu Paranaense . Curitiba, VI:61-97

1950 - Ensayo de una gramatica del idioma Caingangue de los Cainganges de la 'Serra de Apucarana', Paraná, Brasil . Arquivos do Museu Paranaense . Curitiba, VIII:65-146.

→ KAUFMAN & BERLIN

1987 - South American Indian Language Documentation Project. Questionary. University of Pittsburgh & University of California at Berkeley.

→ KINDELL, Glória

1972 - Kaingáng Phonemics . In U. Wiesemann, 1972:200-11.

→ WIESEMANN, Ursula

1959 - Notas sobre o proto-Kaingáng: um estudo de quatro dialetos . Trad. Miriam Lemle. Rio de Janeiro: SIL. 21 pp. (datil.). Comunicação apresentada à 4a. Reunião da ABA. Curitiba, 1959.

1964 - Phonological syllables and words in Kaingáng . Völkerkundliche Abhandlungen. Band I. Beiträge zur Völkerkunde Südamerikas . Hannover: Niedersächsisches Landesmuseum Abteilung für Völkerkunde, 307-13.

1967 - Introdução na língua Kaingáng . Rio de Janeiro, SIL. 47 pp (mecan.).

1971 - Dicionário Kaingáng-Português, Português-Kaingáng . Brasília: Summer Institute of Linguistics/Funai.

1972 - Die Phonologische und Grammatische Struktur der Kaingáng-Sprache . The Hague, Paris: Mouton.

1978 - Os dialetos da língua Kaingang e o Xoklém . Arquivos de Anatomia e Antropologia . Rio de Janeiro, 3: 197-217

→ WIESEMANN, Ursula e equipe

2002 - Kaingang-Português: Dicionário Bilíngue . Curitiba: Editora Evangélica Esperança. 175 pp.

Estudos recentes, que não se encontram no endereço eletrônico acima mencionado, merecem ser destacados:

- 1987 – CAVALCANTE, Maria Porto. *Fonologia e Morfologia da Língua Kaingang: o dialeto de São Paulo comparado com o do Paraná*. Tese (Doutorado). UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.
- 1995 – NASCIMENTO, Silvia H. Lovato. *Aspectos Morfológicos e Sintáticos e marcação de caso da Língua Kaingang*. Dissertação (Mestrado). UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC.
- 1996 – SILVA, Célia Ribeiro. *História Crítica da construção da escrita do Kaingang*. Dissertação (Mestrado). UEL – Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR.
- 2006 – TABOSA, Luciana Pereira. *Construções Causativas na Língua Kaingang*. Dissertação (Mestrado). UEL – Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR.
- 2002 - SANTOS, L. C. (Org.) ; PONTES, I. (Org.) . *Línguas Jê - Estudos Vários*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2002. v. único. 286 p.
- 2007 – GONÇALVES, S. A. *Aspecto no Kaingang*. Dissertação (Mestrado). UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.
- 2008 – ALMEIDA, Leriana de. *A marcação de tempo, modo e aspecto na Língua Kaingang: uma proposta de análise*. Dissertação (Mestrado). UEL – Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR.
- 2009 – ABREU, Emília Rezende Rodrigues de. *Descrição do sistema pronominal na estrutura frasal em Kaingang*. Dissertação (Mestrado). UEL – Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR.
- 2010 – ALMEIDA, L. de; SANTOS, L. C. dos. *Formação de unidades substantivas na língua Kaingang: um caso misto*. In. Rosane de Sá Amado (org). *Estudos em línguas e culturas Macró-Jê*. São Paulo: Paulistana, 2010, v.1, PP. 157-168.

Pudemos observar que, nas universidades, estudos sobre a Língua Kaingang intensificam a partir da década de 80. Todavia, a maior parte deles mantêm-se na área da fonologia.

Em todos os trabalhos efetuados a favor da Língua Kaingang, podemos verificar que ainda há grande carência de ferramentas para as escolas indígenas e para seus professores bilíngues.

Por fim, não se pode descartar a possibilidade de outros trabalhos linguísticos preocupados com a análise e a descrição da Língua Kaingang em outras comunidades e em outras Universidades do País.

A caminho de iniciar exposições pertinentes a assuntos mais propriamente linguísticos, direcionemo-nos para o capítulo seguinte, cuja preocupação será os “*Elementos gerais da gramática kaingang*”.

CAPÍTULO 3

Elementos Gerais da Gramática Kaingang

O presente capítulo tem a preocupação de expor informações gerais sobre a gramática da Língua Kaingang, no que diz respeito aos quadros gerais da fonologia do kaingang; ao sistema ortográfico; aos padrões silábicos, à ordem das orações em kaingang; ao sistema pronominal; à marcação de tempo, modo e aspecto; aos tipos de marcadores de aspecto e suas funções; à causatividade; e, finalmente, às questões de concordância entre sujeito e predicado.

Considerando que, não é o foco principal deste trabalho, uma vez que já se encontram estudos desenvolvidos em relação a esses elementos, acima elencados, o tratamento será feito de maneira generalizada sem pormenorizações e por meio de quadros gerais.

3.1 QUADROS GERAIS DA FONOLOGIA DA LÍNGUA KAINGANG⁴⁸

Como já adiantado acima, listamos as tabelas referentes: II – aos fonemas vocálicos orais, III – aos fonemas vocálicos nasais, IV – aos fonemas consonantais, V – às vogais e, por fim, VI – às consoantes e semivogais.

Os fonemas da Língua Kaingang são:

Tabela 1 – Fonemas vocálicos orais

II – Fonemas Vocálicos Orais

	ANTERIOR	CENTRAL	POSTERIOR
ALTO	/i/	/ĩ/	/u/
MÉDIO	/e/	/ə/	/o/
BAIXO	/ɛ/	/a/	/ /

Fonte: ALMEIDA, Leriana de. *A marcação de (tempo), modo e aspecto na Língua Kaingang: uma proposta de análise*. 2008, p.36.

Tabela 2 – Fonemas vocálicos nasais

III – Fonemas Vocálicos Nasais

	ANTERIOR	CENTRAL	POSTERIOR
--	-----------------	----------------	------------------

⁴⁸ Um trabalho que merece destaque sobre esse assunto é o de CAVALCANTE (1987), nele a autora faz uma comparação fonológica entre os dialetos de São Paulo e Paraná. Além disso, segue-se, em anexo (ANEXO C), a matriz fonética para o Kaingang do Paraná.

ALTO	/ĩ/		/u/
MÉDIO		/ə/	
BAIXO	/ɛ/	/ã/	

Fonte: ALMEIDA, Leriana de. *A marcação de (tempo), modo e aspecto na Língua Kaingang: uma proposta de análise*, 2008, p.37.

Tabela 3 – Fonemas consonantais

IV – Fonemas Consonantais

	OCLUSIVO	NÃO-OCLUSIVO
SONORO	/m/ /n/ / / /ŋ/	/w/ /l/ /j/
SURDO	/p/ /t/ /k/ /?/	/f/ /ʃ/ /h/

Fonte: ALMEIDA, Leriana de. *A marcação de (tempo), modo e aspecto na Língua Kaingang: uma proposta de análise*, 2008, p.37.

Por meio desse trabalho, sabemos que o Kaingang conta com quatorze consoantes e quatorze vogais, nove orais e cinco nasais, conforme foram expostos nos quadros acima.

Seguem-se abaixo duas tabelas com a correspondência fonema-(alofones)-letras, retiradas de Silva (1996)⁴⁹.

Tabela 4 – Vogais

V – Vogais

LETRAS	a	á	ã	e	é	ẽ	i	ĩ	o	ó	u	ũ	y	ỹ
FONEMAS	/a/	/ə/	/ã/	/e/	/ɛ/	/ɛ/	/i/	/ĩ/	/o/	/ /	/u/	/ ũ/	/Í/	/ə/

Fonte: SILVA, C. R. *História crítica da construção da escrita Kaingang*, 1996.

Tabela 5 – Consoantes e semivogais

VI – Consoantes e semivogais

⁴⁹ Foram aproveitadas somente parte das tabelas originais.

LETRAS	f	g	h	j	k	m	n	nh	p	r	s	t	v	'	
FONEMAS	/f/	/ŋ/	/h/	/j/	/k/	/m/	/n/	/ /	/p/	/r/	/s/	/t/	/w/	/ʔ/	
ALOFONES		[ŋ] [ŋg] [gn] [gŋg] [k]				[m] [mb] [bm] [bmb] [p]	[n] [nd] [dn] [dnd] [t]	[] [nhdi] [idnh] [idnhdi] [it] [itx] [inhx]							

Fonte: SILVA, C. R. *História crítica da construção da escrita Kaingang*, 1996.

Ao concluirmos essa exposição acerca dos fonemas e letras da Língua Kaingang, migremos para o campo do sistema ortográfico do kaingang.

3.2 SISTEMA ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA KAINGANG

O sistema ortográfico da Língua Kaingang foi estabelecido por Ursula Wiesemann na década de 1960, como já mencionado anteriormente. Usamos este sistema ortográfico em nosso trabalho, pelo fato dele ser utilizado pelos professores bilíngues nas escolas das Terras Indígenas. Não se trata apenas de uma comodidade, mas de um posicionamento político, pois acreditamos que é preciso ser dada a maior visibilidade possível para o sistema ortográfico da Língua Kaingang por se tratar de uma única ortografia. Isso para uma população que se estende por quatro Estados⁵⁰, sendo, por sua vez, um poderoso instrumento político de unidade social.

A ortografia usada atualmente foi desenvolvida num processo de muitos anos. Durante 1958 até 1966, desenvolveu-se na TI Rio das Cobras-PR, a base sistemática e científica em cooperação entre a lingüista alemã e os kaingang. Alguns desses sabiam ler o Português, enquanto outros o estavam aprendendo.

Segundo Wiesemann (2002, p. 06):

A revisão mais importante naquela época foi sobre o padrão silábico: certas palavras que se apresentavam como duas sílabas, de fato eram constituídas de uma só. A grafia errada destas palavras apresentava um obstáculo maior para os que estavam querendo aprender ler o Kaingang. A revisão solucionou este problema.

⁵⁰ Estados brasileiros: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Como pudemos perceber na citação acima, o trabalho de um lingüista não é nada fácil, ainda mais quando se trata do processo de descrição de uma língua desconhecida, até aquele instante. Ursula iniciou um trabalho relevante que culminou na elaboração de um dicionário, embora alguns pesquisadores pensem ser apenas uma lista de palavras.

Um primeiro passo para harmonização da escrita, foi o de abandonar certas variações morfológicas do dialeto do Paraná, por serem antigas e quase desconhecidas nos outros dialetos.

Em 1970 foi instituída a Escola Normal Indígena Clara Camarão, posteriormente transformada no Centro de Treinamento Profissional Clara Camarão. Os alunos vieram quase todos de postos indígenas dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, faltando somente representantes do Estado de São Paulo. O ensino ofereceu a grande oportunidade de discutir e testar a ortografia em sua aplicação em todos os dialetos. Em 1971, uma novidade foi introduzida pelos próprios professores bilíngües na última fase de sua preparação. Nesse momento, muitos verbetes e frases foram ligados com hífen para facilitar a leitura, em seguida sendo abandonados. Já em 1973, após o início dos trabalhos com os professores bilíngües, foram propostas várias modificações por alguns do grupo, com a finalidade de aproximar a escrita às regras do Português, porém nenhuma das propostas foi acatada pelo restante. A grafia, portanto, ficou sem qualquer modificação.

Uma nova tentativa de mudança na ortografia foi proposta em 1990. Um novo grupo de professores bilíngües desejou, mais uma vez, achar um caminho de aproximar a grafia das duas línguas. Novamente, todas as propostas relativas às mudanças foram rejeitadas pelos professores bilíngües.

Finalmente, em maio de 1997, os professores bilíngües do Estado do Paraná se reuniram mais uma vez com representantes dos Estados do Sul, a fim de colocar um ponto final no assunto. Após três dias de intensas discussões, os próprios iniciadores das propostas de modificação da grafia da Língua Kaingang, votaram contra qualquer mudança. Sendo assim, a decisão foi unânime e, Segundo Ursula (2002) “todos os professores bilíngües presentes decidiram guardar a grafia existente desde de 1976 e de não mais falar no assunto pelos próximos 200 anos”.

3.3 PADRÕES SILÁBICOS

Em relação a esse aspecto, Cavalcante (1987) apresenta a seguinte configuração para os padrões silábicos para a Língua Kaingang:

1. (V) – Exemplo: /ã/ – ‘2ª pessoa do singular - seu’⁵¹
2. (VC) – Exemplo: /ĩn/ – ‘casa’⁵²
3. (CV) – Exemplo: /ka/ – ‘mosquito’
- 4.(CCV) – Exemplo: /kfe/ - ‘cesto’
5. (CVC) – Exemplo: /màg/ – ‘grande’
6. (CCVC) – Exemplo: /pfu/ - ‘limpo’
7. (CCVC) – Exemplo: /pfufn/ – ‘limpos-eles’⁵³

Terminada a relação dos padrões silábicos da Língua Kaingang, caminhamos para o próximo tópico deste capítulo: ordem oracional da Língua Kaingang.

3.4 ORDEM ORACIONAL DA LÍNGUA KAINGANG

O presente tópico repousa sua atenção na ordem oracional da Língua kaingang. Todavia, será exposta de forma geral, uma vez que esse assunto será retomado mais adiante no Capítulo 5 – “Orações verbais simples”, desta dissertação.

A ordem preferencial das orações da Língua Kaingang, segundo Wiesemann (1980) é SVO – sujeito-objeto-verbo. Além disso, de acordo com Abreu (2009, p. 39), “esta estrutura também ocorre mesmo quando há dois tipos de objetos: direto e indireto”.

Tomemos os seguintes exemplos:

- a) **ũ týtá** **fi** **vỹ** kur ag kykym
mulher/sub. m.f. m.s. roupa/sub. m.pl. cortar (pl.)/v.t.d. (pas.)
“A mulher cortou as roupas (tecidos)”
- b) **gĩr** **vỹ** pratu gãm
menino/sub. m.s. prato/sub. quebrar vidro/v.t.d.(pas.)

⁵¹ CAVALCANTE (1987), não apresenta esse primeiro padrão silábico. Todavia, ao dialogarmos com o trabalho de ABREU (2009), cuja preocupação foi a descrição pronominal da Língua Kaingang, averiguaremos que o padrão (v) é procedente.

⁵² Ibidem.

⁵³ Os exemplos de 03 a 07 foram retirados de Cavalcante (1987, p. 32) – Correspondendo, respectivamente: 2.17, 2.18, 2.19, 2.20 e 2.21.

“O menino quebrou o prato”

Tal ordem, entretanto, poderá ser OVS (ex. c) quando o núcleo do sujeito for ocupado por um pronome pessoal, sem que haja, na oração, qualquer unidade gramatical, isto é, um marcador de sujeito para marcar sua função sintática. Sendo, deste modo, evidenciada pela posição do pronome no fim da oração⁵⁴. Ainda segundo Abreu (2009), quando na sentença há o pronome na posição de sujeito e na posição de objeto, a estrutura padrão é: Oi+S+OD+V (ex. d). O objeto indireto posiciona-se no início da sentença, seguido da posposição e enquanto o objeto direto segue o sujeito da sentença. A estrutura que parecia ser comum, quando se tem uma sentença pronominal OVS muda ao ter um advérbio. O advérbio parece atrair, conforme a autora, o pronome para junto de si. Nesse sentido, a sentença passa a ter a estrutura padrão SOV, quando se posiciona o advérbio no início da sentença, de modo que o sujeito pronominal acompanha o advérbio (ex. e).

Tomemos os seguintes exemplos:

c) gã̃r fã̃n kã̃n **fi**⁵⁵
 milho/sub. colher/v.t.d.(pas) já ela/3p.sg.f.
 “Ela já colheu o milho”

d) Ti mỹ **inh** manỹnỹ vã
 ele posp. eu/1p.sg. banana/sub. carregar/v.t.d.i. (pas.)
 “Eu carreguei bananas para ele”⁵⁶

e) Rãkê tá **inh** mĩg tén
 ontem/adv. eu/1p.sg. onça/sub. matar/v.t.d. (pas.)
 “Eu matei a onça ontem”⁵⁷

3.5 SISTEMA PRONOMINAL DA LÍNGUA KAINGANG

⁵⁴ Cf. Abreu (2009, p. 39).

⁵⁵ A partícula **fi** presente nos exemplos **a** e **c** pode corresponder a um marcador de feminino (m.f.) ou ao pronome **ela** (3p.sg.f.)

⁵⁶ Cf. Abreu (2009, p.35, ex. 06).

⁵⁷ Cf. Abreu (2009, p.35, ex. 08).

Abreu (2009) em seu trabalho sobre a descrição pronominal da Língua Kaingang, apresenta os seguintes tipos de pronomes: pessoais, possessivos, interrogativos, indefinidos, demonstrativos, reflexivos e relativos. As informações, embora retiradas *ipsis litteris* da referida dissertação, foram organizadas nas tabelas que seguem:

Pronomes Pessoais

Tabela 6 – Pronomes pessoais

PESSOA	NÚMERO	KAINGANG	PORTUGUÊS
1 ^a	singular	inh	eu
2 ^a	singular	ã	você
3 ^a	singular	ti/fi	ele/ela
1 ^a	plural	ẽg	nós
2 ^a	plural	ãjag	vocês
3 ^a	plural	ãfag	eles/elas

Fonte: ABREU, E. R. R. de. *Descrição do sistema pronominal na estrutura frasal em kaingang*, 2009.

Tabela 7 – Pronomes possessivos

- Pronomes Possessivos

PESSOA	NÚMERO	KAINGANG	PORTUGUÊS
1 ^a	singular	inh/isỹ	meu(s)/minha(s)
2 ^a	singular	ã	teu(s)/seu(s)
3 ^a	singular	ti/fi	dele/dela
1 ^a	plural	ẽg	nosso(s)/nossa(s)
2 ^a	plural	ãjag	de vocês
3 ^a	plural	ãfag	deles/delas

Fonte: ABREU, E. R. R. de. *Descrição do sistema pronominal na estrutura frasal em kaingang*, 2009.

Os pronomes possessivos em kaingang, segundo a autora, são os mesmos pronomes usados como pessoais, embora possuam a mesma forma, as funções são distintas.

Tabela 8 – Pronomes interrogativos

- Pronomes Interrogativos

PRONOME	PORTUGUÊS
ũ	quem
ne	o que
hẽ	qual

Fonte: ABREU, E. R. R. de. *Descrição do sistema pronominal na estrutura frasal em kaingang*, 2009.

Tabela 9 – Pronomes indefinidos

- Pronomes Indefinidos

PRONOME	PORTUGUÊS
ũ	alguém
vẽnh	de alguém
ag kar	todos

Fonte: ABREU, E. R. R. de. *Descrição do sistema pronominal na estrutura frasal em kaingang*, 2009.

Tabela 10 – Pronomes demonstrativos

- Pronomes Demonstrativos

PRONOME	PORTUGUÊS
tag ti	isto aqui/este aqui
tag fi	esta aqui
ẽn ti	aquilo lá/aquele lá
ẽn fi	aquela lá
tag ag	estes aqui
tag fag	estas aqui/este casal aqui
ẽn ag	aqueles lá
ẽn fag	aquelas lá/aquele casal lá

Fonte: ABREU, E. R. R. de. *Descrição do sistema pronominal na estrutura frasal em kaingang*, 2009.

Tabela 11 – Pronomes Reflexivos

- Pronomes Reflexivos

PRONOME	PORTUGUÊS
vênh	de si mesmo
jagnê	um ao outro

Fonte: ABREU, E. R. R. de. *Descrição do sistema pronominal na estrutura frasal em kaingang*, 2009.

Segundo a autora, ao lado de todos esses pronomes, ocorre um advérbio de lugar. Em sua pesquisa, Abreu (2009) verificou que é muito comum o uso de advérbio de lugar, para demonstrar a relação de distância entre o item e o falante.

Tabela 12 – Pronomes Relativos

- Pronomes Relativos

PRONOME	PORTUGUÊS
ũn	aquele que

Fonte: ABREU, E. R. R. de. *Descrição do sistema pronominal na estrutura frasal em kaingang*, 2009.

De acordo com Abreu (2009), há apenas um único pronome relativo em Kaingang.

3.6 A MARCAÇÃO DE MODO, TEMPO E ASPECTO EM KAINGANG

Em relação a esse assunto, Almeida (2008) propôs uma análise da marcação de tempo, modo e aspecto da Língua kaingang. Em seu trabalho, não se estabeleceu uma categoria de tempo, já que a marcação temporal em Kaingang é realizada, essencialmente, por meio de unidades lexicais. Todavia, puderam-se distinguir as categorias de modo e aspecto, cujas imbricações são marcadas por unidades gramaticais. As informações nas tabelas abaixo, foram retiradas *ipsis litteris* da referida dissertação.

Tabela 13 – Tempo Específico Em Kaingang

a) TEMPO

- Tempo específico

KAINGANG	PORTUGUÊS
râké ta	ontem
vaj kÿ	amanhã
râké-ũ tá	anteontem
ũn-ri	agora
vaj-ũn kã	depois de amanhã

Fonte: ALMEIDA, Leriana de. *A marcação de (tempo), modo e aspecto na língua kaingang: uma proposta de análise*, 2008.

Tabela 14 – Tempo geral em Kaingang

- Tempo geral

KAINGANG	PORTUGUÊS
vãsÿ	antigamente
ũ-ri	hoje
kejẽn	algum tempo mais tarde
kãnhmar	algum tempo em breve
vãhã	algum tempo mais tarde/de repente

Fonte: ALMEIDA, Leriana de. *A marcação de (tempo), modo e aspecto na língua kaingang: uma proposta de análise*, 2008.

Tabela 15 – Sequenciadores Dos Eventos Em Kaingang

- Sequenciadores dos eventos

KAINGANG	PORTUGUÊS
to hã	antes
mré	com
kar kÿ	depois
tũg kÿ	quando ... terminado
kÿ	porque/como/quando/assim

Fonte: ALMEIDA, Leriana de. *A marcação de (tempo), modo e aspecto na língua kaingang: uma proposta de análise*, 2008.

Tabela 16 – Unidades que ligam eventos e expressam atitude do falante

- Unidades que ligam eventos e expressam a atitude do falante

KAINGANG	PORTUGUÊS
huri	já
há	agora
sir	depois

Fonte: ALMEIDA, Leriana de. *A marcação de (tempo), modo e aspecto na língua kaingang: uma proposta de análise*, 2008.

Tabela 17 – Sistematização de modo e sua relação com as principais distinções aspectuais da língua kaingang

b) MODO

MODO	REALIS	IRREALIS	IMPERATIVO
Relação subcategorias: perfectivo e imperfectivo	sim	não	não
Elementos da oração	SOV / OVS	SOV / OVS	OV

Fonte: ALMEIDA, Leriana de. *A marcação de (tempo), modo e aspecto na língua kaingang: uma proposta de análise*, 2008.

Tabela 18 – Sistematização de aspectos e modos da língua Kaingang I

c) ASPECTO

MODO	REALIS			IRREALIS	NECESSIDADE
ASPECTO	NEUTRO	∅	∅	jé	rỹ, he ...ge, ker ...hẽ
	IMPERFECTIVO	-n(h)	vẽ, nĩ, ∅	ke nĩ, vẽ	-nĩ
	PERFECTIVO	-g	tĩ, nĩ, mũ	tĩ vẽ, nĩ vẽ mũ vẽ	_____
FLEXÃO VERBAL			MARCADORES		

Fonte: ALMEIDA, Leriana de. *A marcação de (tempo), modo e aspecto na língua kaingang: uma proposta de análise*, 2008.

A autora apresenta outro quadro relacionado à sistematização de modo e de aspecto do Kaingang, como segue:

Tabela 19 – Sistematização de aspectos e modos da língua Kaingang II

MODO	REALIS			IRREALIS	IMPERATIVO		
					PEDIDO	ORDEM	
ASPECTO	PERFECTIVO	IMPERFECTIVO					
		CONT. ⁵⁸	HAB. ⁵⁹	EST. ⁶⁰			
MARCADORES	∅	mũ	tĩ	nĩ	Ke (mũ) (nĩ) (tũ nĩ)	∅	ra, rỹ

Fonte: ALMEIDA, Liriana de. *A marcação de (tempo), modo e aspecto na língua kaingang: uma proposta de análise*, 2008.

3.7 OS TIPOS DE MARCADORES DE ASPECTO DA LÍNGUA KAINGANG E SUAS FUNÇÕES

Em seu artigo *Events and non-events in Kaingang discourse*, Wiesemann (1980) afirma que a função das sentenças em termos discursivos é governada pela partícula de aspecto que a sentença contém: *mũ clauses*, são eventos; *tĩ clauses*, são procedimentos ou condições gerais; *nĩ clauses*, são condições específicas e *vẽ clauses*, são exposições e exortações imperativas. Vejamos, de maneira geral⁶¹, algumas características dos tipos de orações com marcadores de aspecto.

- *mũ clauses*

As orações que contem o marcador de aspecto *mũ* são sempre verbais e de caráter continuativo. Essas partículas formam a linha de eventos nas narrativas, podendo também ser assinalados em eventos de textos que não sejam narrativos. Além disso, Wiesemann (1980) diz que a partícula *mũ* também pode ocorrer em orações incluídas, indicando uma ação em processo, ou seja, co-ocorrendo com a ação principal.

- *tĩ clauses*

As orações que contem esse marcador de aspecto “habitual” precisam ser subdivididas em orações verbais e orações não verbais.

- *nĩ clauses*

⁵⁸ Leia-se: Continuativo.

⁵⁹ Leia-se: Habitual.

⁶⁰ Leia-se: Estativo.

⁶¹ A abordagem do assunto posto será apresentada de forma geral, uma vez que não é o foco desta dissertação.

As orações, cujo marcador de aspecto é *nĩ*, são de característica estativa, podendo também ser dividida em predicados verbais e não verbais. As orações verbais são usadas, em princípio, para codificar condições, como um “pano de fundo”⁶² ou como em condições específicas. Já as sentenças com predicados nominais são usadas para explicação de condições, como em um texto processual. Finalmente, orações existenciais podem conter essa partícula.

- *vẽ clauses*

As orações com o marcador de aspecto *vẽ* podem ser divididas em verbais e não verbais, porém esta divisão pode não ser tão importante para esse tipo de marcador. São mais apropriados para textos expositivos.

3.8 AS CONSTRUÇÕES CAUSATIVAS EM KAINGANG

O trabalho de Tabosa (2006) descreve as construções que participam da alternância causativa e por construções formadas por redução e aumento de valência, envolvendo o sujeito e a formação das construções causativas da Língua kaingang.

Segundo a autora, alguns verbos apresentam uma mudança morfológica na variante inacusativa, conforme veremos no quadro abaixo, copiado *ipsis litteris* da dissertação em questão.

Tabela 20 – Verbos de alternância causativa e inacusativa⁶³

VERBO	ORAÇÃO TRANSITIVA CAUSATIVA	ORAÇÃO INACUSATIVA
quebrar vidro	gãm	góv
fechar	nĩfênh	nĩfe
esfriar	kusãg	kusa
quebrar	mranh	mráj
rachar	ryg	rug ké (partir uma vez)
acordar	rĩn	rĩr
queimar	pũn	pũr

⁶² A autora utiliza a expressão “background”.

⁶³ A autora não deu título para a referida tabela, por isso intitulamos de acordo com o conteúdo.

rolar	tĩn	tĩr
abrir	nón	nór
rasgar	jãn	jar
matar/morrer (cessar a vida)	ten	ter
derrubar/cair	kutẽm	kutẽ

Fonte: TABOSA, Luciana Pereira. *Construções causativas da Língua Kaingang*, 2006.

Esses verbos de alternância causativa, segundo Duarte (2003), podem ser definidos como verbos de mudança de estado.

Os quadros a seguir representam as construções causativas formadas de intransitivos, monotransitivos e ditransitivos.

Tabela 21 – Estrutura orações causativas verbos intransitivos⁶⁴

- Intransitivos

Oração básica com verbo intransitivo	sujeito + vỹ + verbo		
Oração causativa derivada	Principal	Subordinada	Principal
	sujeito + vỹ (causer)	sujeito + verbo (causee)	verbo “fazer”

Fonte: TABOSA, Luciana Pereira. *Construções causativas da Língua Kaingang*, 2006.

Tabela 22 – Estrutura orações causativas verbos monotransitivos⁶⁵

- Monotransitivos

Oração básica com verbo monotransitivo	sujeito + vỹ + objeto direto + verbo		
Oração causativa derivada	Principal	Subordinada	Principal
	sujeito + vỹ (causer)	sujeito + tỹ + o.d. + verbo (causee)	verbo “fazer”

Fonte: TABOSA, Luciana Pereira. *Construções causativas da Língua Kaingang*, 2006.

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ Ibidem.

Tabela 23 – Estrutura orações causativas verbos ditransitivos⁶⁶

- Ditransitivos

Oração básica com verbo monotransitivo	sujeito + vỹ + objeto direto + verbo		
Oração causativa derivada	Principal	Subordinada	Principal
	sujeito + vỹ (causer)	sujeito + tỹ + o.d. + verbo (causee)	verbo “fazer”

Fonte: TABOSA, Luciana Pereira. *Construções causativas da Língua Kaingang*, 2006.

3.9 A CONCORDÂNCIA ENTRE SUJEITO E PREDICADO EM KAINGANG

Conforme Almeida & Santos (2008)⁶⁷, o povo Kaingang subclassifica os objetos nomeados, segundo as duas metades exogâmicas⁶⁸, procedendo da mesma maneira com que fazem na divisão dos animais. Dessa forma, passam a considerar os nomes subclassificados como “redondos” e “compridos” – termos que foram adotados com base nas formas dos desenhos corporais – ocupantes do constituinte nominal sujeito ou objeto, para verificar suas implicações na concordância de número entre sujeito e predicado.

Segue-se a sistematização da pesquisa dos autores:

Tabela 24 – Sistematização da Concordância de Número em Kaingang

FUNÇÃO	TRAÇOS DE ANIMACIDADE E FORMA	CONCORDÂNCIA COM O VERBO
ORAÇÕES TRANSITIVAS		
SUJEITO	+a / +r ⁶⁹	-c ⁷⁰
	-a / +r	+c
	+a / -r	+c
	-a / -r	-c
OBJETO	±a / +r	+c
	±a / -r	-c

⁶⁶ A autora não deu título para a referida tabela, por isso intitulamos de acordo com o conteúdo.

⁶⁷ Nesse trabalho, os autores trataram da caracterização semântica dos nomes, considerando os traços [± redondo] e [± animado], sua determinação morfológica nos argumentos de verbos transitivos e intransitivos, e ainda as implicações em um sistema ergativo na concordância de número do Kaingang.

⁶⁸ Cf. Nimuendajú (1993).

⁶⁹ Leia-se: +a (mais animado), +r (mais redondo). -a (menos animado) e -r (menos redondo).

⁷⁰ Leia-se: +c (há concordância) e -c (não há concordância).

ORAÇÕES INTRANSITIVAS		
SUJEITO	$\pm a$ / +r	+c
	$\pm a$ / -r	-c

Fonte: ALMEIDA, L.; SANTOS, L. C. *A concordância de número em Kaingang*, 2008.

De acordo com Almeida & Santos (2008)

[...] o objeto da oração transitiva comporta-se do mesmo modo que o sujeito da intransitiva: sendo [\pm animado/+ animado] há marcação com ‘ag’, se plural, e concordância com verbo; porém se [\pm animado/- redondo], não há marca de plural, logo a concordância com verbo não é estabelecida. (ALMEIDA & SANTOS, 2008, p.241)

Os autores ainda complementam expondo que:

O sujeito da transitiva, entretanto, é sempre marcado por ‘ag’, se plural, e forma um esquema de oposição entre os tipos: sujeito [+ animado/ + redondo] não concorda com verbo, mas o sujeito [- animado/ + redondo] concorda; já o sujeito [+ animado / - redondo] tem concordância com o verbo, e o sujeito [- animado/ + redondo], não. Este fato confirma a importância da combinação do dois traços semânticos. (ALMEIDA & SANTOS, 2008, p.241)

Finalizado este momento, seguiremos para o próximo capítulo que exporá um embasamento linguístico sobre as teorias e postulados que regem o presente trabalho.

CAPÍTULO 4

Referencial Teórico: à guisa de uma fundamentação

A tarefa primordial da linguística é a descrição de todos os fatos linguísticos passíveis de observação; só se pode edificar uma ciência da linguagem com os dados de uma observação das formas conhecidas de linguagem, tão variada, completa e precisa quanto possível.
(JEAN PERROT)

O presente capítulo versará sobre assuntos de fundamental importância para se estabelecer diálogos com esta dissertação, uma vez que nele serão depositadas informações teóricas, cuja função norteadora é estabelecer fronteiras entre as teorias discutidas.

As informações teóricas aqui tratadas referem-se: i) à Linguística Funcional, ii) ao Funcionalismo X Gerativismo, iii) à Linguística Descritiva e, por fim, iv) à Linguística Tipológica.

4.1 LINGUÍSTICA FUNCIONAL

Caracterizar o funcionalismo é uma tarefa difícil, já que os rótulos que se conferem aos estudos ditos funcionalistas mais representativos geralmente se ligam diretamente aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram.

Prideaux (1994, apud Neves, 1997, p.1), afirma que provavelmente existem tantas versões do funcionalismo quantos linguistas que se denominam de funcionalistas. O autor coloca que a denominação abrange desde os que simplesmente rejeitam o formalismo até os que criam uma teoria. A verdade é que, no que contexto em que vem sendo denominado ou, até mesmo, autodenominado – funcionalismo – há modelos muito distintos.

No interior do funcionalismo, por outro lado, embora se distingam peculiaridades que marcam os diferentes modelos, há que se destacar uma série de similaridades que unem os modelos e caracterizam a visão funcionalista da linguagem. Embora haja reconhecidas diferenças, existe um denominador comum que por ser identificado nas diferentes proposições, de tal modo que é possível a caracterização básica do que seja uma teoria funcionalista da linguagem.

Segundo Neves (1997), qualquer abordagem funcionalista da linguagem de uma língua natural, tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a

comunicação com essa língua, em outros termos, a observação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente. A pesquisadora ainda argumenta que o tratamento funcionalista de uma língua natural, em princípio, põe sob exame a competência comunicativa.

Isso implica considerar as estruturas das expressões linguísticas como configurações de funções, sendo cada uma das funções vista como um diferente modo de significação na oração. Pareando em relação à noção essencial de que a linguagem é um instrumento de comunicação, encontra-se nos funcionalistas um tratamento funcional da própria organização interna da linguagem.

Ao abrir sua obra *Funcionalismo e Gramática*, Givón (1995) diz que todos os funcionalistas assumem o postulado da não-autonomia: a língua (e a gramática) não podem ser descritas como um sistema autônomo, já que a gramática não pode não ser entendida sem referência a parâmetros como cognição e comunicação, processo mental, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução.

Antes de prosseguirmos com referência a uma visão geral dos postulados da gramática funcional, é necessário nos atermos sobre a definição do termo: função. Como diz Neves (1997), “O termo função apresenta tal variedade de empregos que, com chamar-se “funcional” a uma teoria linguística, não se consegue caracterizá-la realmente”. Martinet (1994, apud Neves, 1997, p. 5), ao procurar mostrar o do que se trata a linguística funcional, apresenta inicialmente, a definição do termo função com atributo a três situações: a) o valor de “papel”, ou de “utilidade de um objeto ou de um comportamento”- adotado pela SILF⁷¹; b) o valor de “papel de uma palavra em uma oração”, acrescentado ao sentido que a palavra tem num determinado contexto, sendo previsto na tradição gramatical e, finalmente c) o valor matemático de “grandeza dependente de uma ou de diversas variáveis, valor cuja utilização em linguística é muito perigosa⁷²”.

Na verdade, a gramática funcional tem sempre em consideração o uso das expressões linguísticas na interação verbal, o que pressupõe certa pragmatização do componente sintático-semântico do modelo linguístico.

No tocante ao aspecto relacionado no parágrafo anterior sobre interação verbal, Dik (1989), aponta que, num paradigma funcional, a língua é concebida, em primeiro lugar, como um instrumento de interação verbal entre os seres humanos, usado com o objetivo

⁷¹ SILF – doravante Sociedade Internacional de Linguística Funcional.

⁷² Cf. MARTINET, A. Qu'est-ce que La linguistique fonctionnelle? ALFA, v. 38, 1994, PP. 11-18. Esta obra não consta nas referências bibliográficas desta dissertação, pelo fato de estar alhures apresentada.

principal de estabelecer relações comunicativas entre os usuários.

Na formulação desse autor, a interação verbal – que é a interação social estabelecida por meio da linguagem – constitui uma forma de atividade cooperativa estruturada. Em outros termos, estruturada, pelo fato de ser governada por regras, normas e convenções, e cooperativa, porque necessita de pelo menos dois participantes para atingir seus objetivos. Nessa interação, os participantes se utilizam de certos instrumentos: as expressões linguísticas. Desse modo, nas palavras de Dik, a linguística tem de ocupar-se de dois tipos de sistemas de regras: as regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas (responsáveis por governarem a constituição das expressões linguísticas) e, as regras pragmáticas (responsáveis em governarem os padrões de interação verbal em que tais expressões linguísticas são usadas).

Dentro dessa linha teórica, adotamos o modelo funcionalista givoniano (GIVÓN, 2001) oposto à metodologia tradicional empregada por linguistas no estudo da sintaxe, os quais se tem limitado, quase exclusivamente, ao estudo do significado e da estrutura das sentenças sem levar em conta o falante/ouvinte e o contexto comunicativo. Para Givón, o estudo das sentenças tomadas isoladamente é apenas um passo preliminar necessário para identificar o inventário de mecanismos a ser investigado. O objetivo central do estudo da sintaxe deve ser elucidar como esses mecanismos são usados no código e na comunicação. O primeiro estágio, a análise no nível da sentença, diz apenas ao linguista quais estruturas podem ocorrer. Já o segundo estágio revela o contexto e o propósito de sua ocorrência, ou com que frequência elas ocorrem em comparação com outras construções que aparentemente desempenham as mesmas funções. Tal investigação, que muitas vezes deve envolver quantificação e análise probabilística, é a condição primeira para descobrir as condições comunicativas sob as quais as várias estruturas sintáticas - ou regras - se aplicam.

Para dar conta da análise das categorias gramaticais, Givón opera com o conceito básico de protótipo, que difere das tradicionais abordagens de categorias gramaticais consideradas como discretas ou contínuas.

Faz-se preciso, após expormos alguns postulados da Linguística Funcional, um contraste entre Funcionalismo e Gerativismo, assunto este a ser discutido no tópico seguinte.

4.2 FUNCIONALISMO X FORMALISMO (GERATIVISMO)

O funcionalismo, como já descrito acima, é uma corrente linguística que, em oposição ao estruturalismo e ao gerativismo⁷³, se preocupa em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas. Dessa maneira, a abordagem funcionalista apresenta não apenas propostas teóricas distintas acerca da natureza geral da linguagem, mas diferentes concepções no que diz respeito aos objetivos da análise linguística, aos métodos nela utilizados e ao tipo de dados utilizados como evidência empírica.

Como já exposto no tópico anterior, os funcionalistas concebem a linguagem com instrumento de interação social (verbal), alinhando-se assim, à tendência que analisa a relação entre linguagem e sociedade. Seu interesse de investigação linguística vai além da estrutura gramatical, buscando na situação comunicativa, que envolve os interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo, a motivação para os fatos da língua. Enfim, a abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso.

Na análise de cunho funcionalista, de acordo com Cunha (2009)⁷⁴, os enunciados e os textos são relacionados às funções que eles desempenham na comunicação interpessoal, isto é, o funcionalismo procura trabalhar com dados reais de fala ou escrita retirados de contextos efetivos de comunicação, evitando lidar com frases inventadas, dissociadas de sua função no ato de comunicação. Para tanto, na obtenção dos dados desta dissertação procuramos, observar a ocorrência dos enunciados em contextos reais de uso. A título de ilustração, questionamos como dado enunciado é dito, assim como quais outras situações pode haver ocorrência deste de maneira distinta.

Estabelecendo um contraste, temos a linguística gerativa⁷⁵ que é uma corrente de estudos da ciência da linguagem que teve início nos Estados Unidos, no final da década de 1950, a partir dos trabalhos do linguista Noam Chomsky. Considera-se o ano de 1957 como a data do nascimento da linguística gerativa com a publicação da primeira obra do linguista, citado anteriormente, intitulada *Estruturas Sintáticas*. Trata-se, portanto, de uma linha de pesquisa linguística que já possui 50 anos de plena atividade e produtividade. Ao longo desse meio século, o gerativismo passou por diversas modificações e reformulações,

⁷³ Corrente com a qual será feito um paralelo.

⁷⁴ CUNHA, Angélica Furtado da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 158.

⁷⁵ A linguística gerativa também conhecida como gerativismo ou, ainda, como gramática gerativa.

que refletem a preocupação dos pesquisadores dessa corrente em elaborar um modelo teórico formal, inspirado na matemática, capaz de descrever e explicar abstratamente o que é e como funciona a linguagem humana.

A linguística formal (gerativa), salienta Kenedy (2009)⁷⁶, foi inicialmente formulada como uma espécie de resposta e rejeição ao modelo behaviorista de descrição dos fatos da linguagem, modelo esse que foi dominante na linguística e nas ciências de uma maneira geral durante toda a primeira metade do século XX. Segundo ele, os behavioristas, dentre os quais se destacava o linguista norte-americano Leonard Bloomfield, a linguagem humana era interpretada como um condicionamento social, uma resposta que o organismo humano produzia mediante os estímulos que recebia da interação social. Essa resposta, a partir, da repetição constante e mecânica, seria convertida em hábitos, que caracterizariam o comportamento linguístico de um falante.

Bloomfield (1933) descrevia a maneira pela qual uma criança aprendia a falar uma língua, como observamos a seguir:

Cada criança que nasce num grupo social adquire hábitos de fala e de resposta nos primeiros anos de sua vida. [...] Sob estimulação variada, a criança repete sons vocais. [...] Alguém, por exemplo, a mãe, produz, na presença da criança, um som que se assemelha a uma das sílabas de seu balbucio. Por exemplo, ela diz *doll* (boneca). Quando esses sons chegam ao ouvido da criança, seu hábito entra em jogo e ela produz a sílaba de balbucio mais próxima, *da*. Dizemos que nesse momento a criança começa a imitar. [...] A visão e o manuseio da boneca e a audição e a produção da palavra *doll* (isto é, *da*) ocorrem repetidas vezes em conjunto, até que a criança forma um hábito. [...] Ela tem agora o uso de uma palavra. (BLOOMFIELD, 1933, p. 29-30).

Para um behaviorista, a linguagem humana é exatamente o que Bloomfield descreveu acima – um fenômeno externo ao indivíduo, um sistema de hábitos gerados como resposta a estímulos e fixado pela repetição.

Naturalmente, apenas postular a existência da faculdade da linguagem como um dispositivo inato que permite aos humanos desenvolver uma competência linguística não resolveria todos os problemas da linguística gerativa. Era preciso descrever exatamente como é essa faculdade, como ela funciona e como é possível que ela seja geneticamente determinada se as línguas do mundo parecem tão diferentes entre si.

Para dar conta dessa aparente contradição entre a hipótese da faculdade da linguagem e as milhares de línguas existentes no planeta, os linguistas dessa corrente de

⁷⁶ KENEDY, Eduardo. Gerativismo. In: MARTELOTTA, M. E. *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 127.

estudo vem elaborando teorias que procuram explicar o funcionamento da linguagem na mente das pessoas, estabelecendo questões da seguinte natureza: a) o que há em comum entre as línguas humanas e de que maneira elas diferem entre si; b) em que consiste o conhecimento que um indivíduo possui quando é capaz de falar e compreender uma língua; c) como um indivíduo adquire esse conhecimento; d) quais as sustentações físicas presentes na mente que esse conhecimento recebe.

Ao procurar responder a essas indagações, a linguística gerativa propõe-se a analisar a linguagem humana de uma forma matemática e abstrata (formal), que se afasta do trabalho empírico da gramática tradicional, da linguística estrutural e da sociolinguística, se aproximando da linha interdisciplinar de estudos da mente humana conhecida como ciência cognitivas. A maneira pela qual tais perguntas vem sendo respondidas constitui o modelo teórico do gerativismo.

A primeira elaboração do modelo gerativista ficou conhecida como gramática transformacional e foi desenvolvida e reformulada diversas vezes durante as décadas de 1960 e 1970. De acordo com Kenedy (2009), os objetivos dessa fase do gerativismo consistiam em descrever como os constituintes das sentenças eram formados e como tais constituintes transformavam-se em outros por meio da aplicação de regras. Os gerativistas perceberam que as infinitas sentenças de uma língua eram formadas a partir da aplicação de um finito sistema de regras (a gramática) que transformava uma estrutura em outra⁷⁷, sendo precisamente esse sistema de regras que se assumia como conhecimento linguístico existente na mente do falante de uma língua, o qual deveria ser descrito e explicado pelo linguista gerativista.

Essas regras de composição sintagmática explicam como uma estrutura simples é gerada, mas não são suficientes para explicar como outra estrutura relacionada, como a voz passiva, seria formada a partir da estrutura de base, no caso, a voz ativa. Dessa forma, para dar conta da relação entre estruturas diferentes, os gerativistas formularam as regras transformacionais. Em seguida, surge a gramática universal com seus princípios e parâmetros⁷⁸.

Para Prideaux (1987, apud Neves 1997, p.16), um aspecto fundamental do funcionalismo que o opõe ao gerativismo é exatamente o reconhecimento de que a linguagem

⁷⁷ Transformação de uma sentença ativa em sentença passiva, declarativa em interrogativa, afirmativa em negativa etc.

⁷⁸ Para uma abordagem mais precisa, sugerimos a seguinte leitura: KENEDY, Eduardo. Gerativismo. In: MARTELOTTA, M. E. *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

não é um fenômeno isolado, pelo contrário, serve a uma variedade de propósitos, dos quais efetuar a comunicação não é o último.

É a universalidade, segundo Cunha (2009), dos usos a que a linguagem serve nas sociedades humanas que explica a existências dos universais linguísticos⁷⁹, em contraposição à postura gerativista, que considera que os universais derivam de uma herança linguística genética comum à espécie humana, como já citamos.

Como vimos, funcionalistas e formalistas (gerativistas) divergem também com relação ao processo de aquisição da linguagem. Os primeiros tendem a explicá-lo em termos do desenvolvimento das necessidades e habilidades comunicativas do indivíduo na sociedade. É com base nos dados linguísticos a que é exposta em situação de interação com os membros de sua comunidade de fala que a criança constrói a gramática de sua língua. Enquanto os segundos, por outro lado, explicam a aquisição da linguagem em termos de uma capacidade humana específica para a aprendizagem da língua.

Em seguida, destacamos algumas informações sintetizadas em tabelas, cujo conteúdo acreditamos ser imprescindível para estabelecer um paralelo entre essas duas correntes até o momento discutidas.

Em um primeiro momento, dispomos de informações de Dik (1989) que sintetiza o seguinte: no paradigma formal, uma linguagem natural é vista como um sistema abstrato autônomo em relação aos modos de uso, enquanto no paradigma funcional, considera-se que as expressões linguísticas não são objetos funcionais arbitrários, mas possuidores de propriedades sensíveis e co-determinadas por determinantes pragmáticos da interação verbal humana.

⁷⁹ Em sentido estrito, universal linguístico é um termo designativo de uma propriedade que todas as línguas possuem. A título de ilustração, todas as línguas possuem elementos que são foneticamente vogais.

Tabela 25 – Paradigma Formal X Paradigma funcional

	PARADIGMA FORMAL	PARADIGMA FUNCIONAL
Como definir a língua	Conjunto de orações	Instrumento de interação social
Principal função da língua	Expressão dos pensamentos.	Comunicação.
Correlato psicológico	Competência: capacidade de produzir, interpretar e julgar orações.	Competência comunicativa: habilidade de interagir socialmente com a língua.
O sistema e seu uso	O estudo da competência tem prioridade sobre o da atuação.	O estudo do sistema deve fazer-se dentro do quadro do uso.
Língua e contexto/situação	As orações da língua devem descrever-se independentemente do contexto/situação.	A descrição das expressões deve fornecer dados para a descrição de seu funcionamento num dado contexto.
Aquisição da linguagem	Faz-se com o uso de propriedades inatas, baseadas em um <i>imput</i> restrito e não estruturado de dados.	Faz-se com a ajuda de um <i>imput</i> extenso e estruturado de dados apresentado no contexto natural.
Universais linguísticos	Propriedades inatas do organismo humano.	Explicado em função de restrições: comunicativas, biológicas ou psicológicas; contextuais.
Relação entre a sintaxe, a semântica e a pragmática	A sintaxe é autônoma em relação à semântica; as duas são autônomas em relação à pragmática; as prioridades vão da sintaxe à pragmática, via semântica.	A pragmática é o quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas; as prioridades vão da pragmática à sintaxe, via semântica.

Fonte: DIK, C. S. *The theory of functional grammar*, 1989, p. 2

Finalizamos esse assunto, expondo as distinções entre a gramática formal e a gramática funcional segundo Halliday (1985), assim exposto na tabela abaixo.

Tabela 26 – Gramática Formal X Gramática funcional

GRAMÁTICA FORMAL	GRAMÁTICA FUNCIONAL
Orientação primariamente sintagmática.	Orientação primariamente paradigmática.
Interpretação da língua como um conjunto de estruturas entre as quais podem ser estabelecidas relações regulares.	Interpretação da língua como uma rede de relações: as estruturas como interpretação das relações.
Ênfase nos traços universais da língua (sintaxe como base: organização em torno da frase).	Ênfase nas variações entre línguas diferentes (semântica como base: organização em torno do texto ou discurso).

Fonte: HALLIDAY, M. A. K. S. *An introduction to functional grammar*, 1985, p. 28

4.3 LINGUÍSTICA DESCRITIVA

A linguística descritiva tem como objetivo descrever as linguagens que a pesquisa pode atingir.

Como diz Perrot (1970) “não basta acumular materiais informes”. Segundo ele, uma língua é um sistema com uma economia a ser detectada e uma instituição cujo quadro precisa ser definido. Nem o estudo histórico, nem o estudo tipológico de uma língua são seriamente realizáveis sem uma descrição exata e precisa. Afirma ainda que, as boas descrições só são possíveis quando a linguística descritiva toma ciência de todos os aspectos de seu objeto e quando dispõe de um método rigoroso para a sua abordagem.

Existiu uma tradição descritiva ligada ao estado pré-científico do estudo das línguas. É em bases lógicas que os gramáticos da antiguidade greco-romana analisaram o grego e o latim. A língua foi apresentada como um instrumento lógico que se modelava por categorias universais do pensamento; daí resultava que todas as línguas podiam ser descritas de acordo com o mesmo esquema. A continuidade do ensino do latim no Ocidente e a persistência da gramática geral até a época moderna mantiveram um método descritivo errado que desfigurou a realidade das línguas como o francês.

Segundo Perrot (1970), quando se trata de descrever as línguas não indo-européias de diversos tipos, das quais se podem ter um determinado conhecimento, impõe-se a escolha de um método descritivo baseado unicamente em fundamentos linguísticos.

De acordo com esse pesquisador, uma descrição é um estudo sincrônico sobre determinado estado de língua num dado momento, estando definido pelo que intitula: caracteres externos e internos. Sendo estes toda composição da língua distribuídos em vários planos (sons e fonemas, léxico, sistema gramatical e tipos de enunciados); enquanto aqueles mostram que as línguas se definem primeiro por certos caracteres externos, em função dos grupos sociais que as falam e que determinam a extensão de seu domínio, a natureza das funções de relação que elas assumem, seu fracionamento num número maior ou menor de variedades internas e línguas nacionais⁸⁰.

Vale destacar, quando falamos em língua nacional, a oposição de língua oficial⁸¹. Em relação à primeira, corresponde à língua do povo de uma nação enquanto relacionada com um Estado politicamente constituído. A língua nacional é por isso vista como a língua oficial de um país. Ter uma língua como própria de um país funciona como um elemento de sua identidade política e cultural. Mas não há correspondência direta entre uma língua nacional e um Estado. Cada país pode ter mais de uma língua oficial em virtude de ter na sua história e constituição povos diferentes. A língua nacional caracteriza-se como uma em virtude de uma relação de unidade imaginária da língua que é atribuída à nação. No entanto, se observamos uma língua nacional vamos observar que no seu funcionamento global ela apresenta uma diversidade interna muito grande, por exemplo: há a língua do cotidiano que difere da língua escrita; há a língua de um grupo social que difere da língua de outro grupo social; há a língua de uma região que difere da língua de outra região etc. Em contrapartida, a segunda, a língua oficial, trata-se da língua que é tomada como única num Estado (país). Ademais, é a língua que todos habitantes do país precisam saber e que todos precisam usar em todas as ações oficiais, ou seja, nas suas relações com as instituições do Estado. A língua oficial é também a língua nacional. Ora, não é possível que uma língua seja a língua oficial de um país sem ser também sua língua nacional. Isto mostra a relação forte estabelecida historicamente entre o conceito de Estado e o de nação. Língua oficial, pois, é a língua considerada como própria de um país.

⁸⁰ A despeito disso, Perrot (1970) diz que as línguas nacionais são as únicas cuja extensão podemos delimitar com precisão, porque seu limites correspondem a limites políticos. Exemplifica com o francês, de modo que como língua nacional é limitado ao território ocupado pela nação francesa; no entanto a situação é mais complicada por causa da presença de franceses fora do território francês propriamente dito. Exemplifica ainda que uma mesma língua pode ser comum a várias nações, como o inglês e, uma mesma nação pode ter várias línguas como a Suíça.

⁸¹ Informações disponíveis no seguinte endereço eletrônico:
http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua_oficial.htm

No tocante às técnicas descritivas, afirma Perini (2006), que deveriam ser um componente essencial do treinamento do linguista, sem importar sua área de atuação ou sua orientação teórica. Em sua obra são abordadas questões de linguística descritiva, entretanto não faz jus a nenhuma teoria específica: cognitivista, gerativista ou funcionalista. Todavia, não insinua que as teorias sejam desnecessárias, isso porque:

[...] o que há é a convicção de que um linguista deve ser consciente das escolhas teóricas que faz, e que isso depende de modo fundamental de sua visão dos fatos – o que por sua vez, depende de treinamento em observação, coleta e sistematização dos dados da língua (PERINI, 2006, p. 11)

A descrição como podemos entender não é isenta de teoria, pois existe por trás dos conceitos um grande corpo de princípios teóricos. Isso porque a alternativa seria pura e simplesmente acumular dados sem interpretação alguma, sendo algo pouco útil e que, por outro lado, não se justifica. Desse modo, um linguista parte sempre de fatos e, a cada passo, verifica suas teorias em confronto com eles.

Até o momento, expomos princípios da linguística descritiva, bem como alguns aspectos sobre descrição linguística. Cabe agora sabermos o que vem a ser gramática descritiva.

Quanto a esse termo, chamamos de gramática a descrição, ou seja, trata-se de um material distinto dos tradicionais utilizados nas escolas, com os quais estamos acostumados. Neles, em vez de receitar o que se deve ou não dizer, são registrados aspectos relacionados às situações reais de comunicação, retratando e sistematizando os fatos da língua.

Ao descrever uma língua, é preciso ater-se a um elemento muito importante: as hipóteses. Estas, por sua vez, devem estar baseadas em fatos, sendo isso que lhes dá importância. Uma hipótese sem base nos fatos não tem importância. Dessa forma, o trabalho do linguista é, no fundo, o de formular hipóteses e fundamentá-las o melhor possível, apoiado em teorias, nos fatos da língua.

Em suma, a gramática (entendida como a descrição da estrutura de uma língua) é um conjunto de hipóteses. A função dessas hipóteses é fornecer uma imagem compacta da língua, de maneira que se possa, até certo ponto, prever o que os falantes aceitam e o que eles não aceitam.

Um linguista, para seu estudo da língua, parte de dados, com a finalidade de construir sua análise da língua, é claro, utilizando consoantemente uma teoria que justifique

essa análise, de modo que o trabalho de pesquisa envolve uma interação constante de fatos e de teorias.

Perini (2006) diz que “é bom observar desde logo que o objetivo do linguista não se reduz à apresentação de dados”. Segundo o autor, o que o linguista procura é uma descrição da estrutura da língua: o conjunto de regras, elementos, classes e princípios que governam as associações dos diversos elementos da língua e seu significado.

O autor ainda faz um alerta de que as hipóteses não são gratuitas e dependem, como já dito, da observação de dados. Ao recorrer aos dados para a verificação das hipóteses, tal procedimento pode ser realizado sob três maneiras através do exame de *corpus*, da testagem e da introspecção. Por meio desta, podemos recorrer à competência de nós mesmos nos questionando; por meio dessa, podemos recorrer à competência de outros falantes, indagando-os sobre o que acham sobre determinados acontecimentos gramaticais, sendo aceitáveis ou não e, por meio daquele, podemos tomar um corpus de enunciados falados ou escritos, procurando determinadas ocorrências de situações reais de comunicação. Este último não pode ser feito mecanicamente, pois temos que utilizar nosso conhecimento da língua em estudo (nossa competência).

4.4 LINGÜÍSTICA TIPOLÓGICA

Considerando que a linguagem é uma faculdade humana, manifestada ao longo da interação social entre seres da mesma espécie, como deixar o homem, seu grupo de fala e aspectos situacionais de fora no momento da coleta de dados e de sua posterior análise? Por isso, tomaremos, como instrumento de estudo, as propostas da corrente funcionalista da linguagem.

Nesse sentido, o último assunto a ser explorado neste capítulo tratar-se-á do que chamamos de tipologia linguística. Apresentaremos a tipologia linguística, uma abordagem teórica e metodológica que permite apreciar criteriosamente as diferenças e semelhanças encontradas entre as línguas. Inicialmente, procuramos revisar o percurso histórico, os métodos e os objetivos dos estudos tipológicos em geral.

Quando nos primórdios da idade moderna, foi despertado o interesse pela diversidade dos falares humanos, apareceram manuais de classificação das línguas, conhecidas em número sempre elevado, de acordo com sua repartição geográfica. Entretanto, segundo Leroy (1971), logo veio outro critério: o da classificação genética (ou genealógica),

que se esforçou, com diversos êxitos, por estabelecer famílias de línguas. Tal método, considerado rigoroso, determinou no século passado o nascimento da Gramática comparada e deu impulso à ciência linguística. Em seguida, outro princípio de classificação surgia: classificação tipológica e segundo esse mesmo autor:

Entende-se por isso um método que, sem levar em consideração geográfica das línguas consideradas, sem atentar para o parentesco de natureza genealógica estabelecido pela evidência histórica, tenta agrupar as línguas segundo suas características de estrutura. É, pois, na análise dos meios de expressão das línguas, nos diversos planos – fonético, morfológico, sintagmático, semântico, rítmico ou outro – que, fora de toda idéia preconcebida, vale dizer, sem preocupar-se com as classificações já propostas, orientará o linguista na tarefa particularmente árdua da classificação dos milhares de dialetos falados sobre a Terra. (LEROY, 1971, p. 157)

Dessa forma, a tipologia linguística refere-se à classificação das línguas tendo em conta suas similaridades gramaticais. A classificação tipológica contrasta com a classificação genética das línguas. Este outro método de classificação centra-se nas relações filogenéticas entre as línguas que compartilham a herança de uma língua comum. Em suma, podemos dizer que uma classe genética se trata de uma família linguística, enquanto uma classe tipológica se trata de um tipo de idioma.

O pressuposto fundamental dos estudos tipológicos, em sentido amplo, é o reconhecimento de que, apesar das diferenças externas reveladas pelos fatos, há, entre eles, padrões subjacentes que, constituindo uma espécie de estrutura de determinação ou denominador comum, estabelecem um princípio de unidade profunda na diversidade superficial dos fenômenos. É o que se depreende, por exemplo, da etimologia e de uma das definições do vocábulo ‘tipo’, registradas no Novo Dicionário Aurélio: “do grego *typos*, ‘cunha, molde, sinal’. Coisa que reúne em si os caracteres distintivos de uma classe”. A discussão sobre a possibilidade de se estabelecerem tipos, regras gerais, universais é, na verdade, bastante antiga, estando na base da divergência entre analogistas e anomalistas, entre os filósofos gregos. Vista deste prisma, a abordagem tipológica transcende, portanto, os limites de qualquer área específica do conhecimento humano, podendo ser aplicada ao estudo e classificação de um sem número de atividades.

Lehmann (1978) lembra que, sendo aplicável a qualquer disciplina, a análise tipológica deve ser avaliada menos em termos do objeto que investiga do que em função da abrangência e da qualidade dos dados que seleciona. Neste sentido, a tipologia aproximar-se-ia, mesmo, da metodologia científica, uma vez que, de um modo ou de outro, toda atividade científica está envolvida com a caracterização adequada das similaridades estruturais abstratas

entre os fenômenos. Lehmann alerta, no entanto para a importância de se distinguir tipologia de taxonomia. A análise taxonômica consiste em uma classificação fundamentada em características externas dos fatos, enquanto que a investigação tipológica baseia-se em princípios e padrões mais centrais. Assim, ao contrário da taxonomia, a tipologia não se esgota na mera enumeração de detalhes superficiais dos fatos, mas procura chegar ao cerne de sua constituição.

Em Linguística, o termo tipologia, segundo Greenberg (1973), só foi utilizado pela primeira vez em 1928 pelos linguistas da Escola de Praga. Entretanto, as classificações morfológicas levadas a efeito no século XIX, ainda que comprometidas muitas vezes com as teorias evolucionistas então em voga, podem ser consideradas como exemplos de investigação tipológica.

A tipologia morfológica do século XIX, de natureza basicamente classificacional, partia da estrutura do vocábulo para tomar como objeto preferencial da análise as línguas como um todo, notabilizando-se pela divisão das línguas em isolantes, aglutinantes e flexionais. O enfoque classificatório, intermediário aos objetivos generalizantes e individualizantes, predominou nos estudos tipológicos, segundo Greenberg, até a recente explicitação do liame entre a tipologia e o estudo dos universais.

O aspecto caracterológico da tipologia ganhou impulso a partir do estruturalismo. De acordo com Greenberg (1973), a abordagem de Mathesius⁸², bem como os trabalhos produzidos em conformidade com a tradição de Humboldt⁸³ e Whorf⁸⁴ exemplificam a importância conferida ao objetivo individualizante dos estudos tipológicos. Tratava-se, então, de procurar definir as características específicas que singularizam uma língua, seu estilo cognitivo e poético. É neste sentido que Sapir (1921) se refere a um ‘gênio’ ou espírito da língua, que não seria, senão, uma das expressões de uma unidade mais profunda que se manifestaria nos diversos aspectos da cultura daqueles que falam tal língua.

As diversas teorias linguísticas, por exemplo, tem se beneficiado direta ou indiretamente das análises tipológicas que, identificando fatos não previstos pelas teorias, provocam frequentemente, a sua reformulação. A tipologia contribui também para a descrição

⁸² **Vilém Mathesius** se envolveu em gramática, fonologia e estilística de Inglês e línguas Checa. Ele foi ainda mais interessado em linguística, cultura e língua. Seus trabalhos sobre a ordem das palavras e sintaxe podem ser rotulados como projetos pioneiros.

⁸³ **Friedrich Wilhelm Karl Ferdinand**, intitulado como barão **Humboldt** é reconhecido como sendo o primeiro linguista europeu a identificar a linguagem humana como um sistema governado por regras, e não simplesmente uma coleção de palavras e frases acompanhadas de significados.

⁸⁴ **Benjamin Lee Whorf** linguista norte-americano, sendo mais conhecido como um dos criadores da Hipótese de Sapir-Whorf.

das línguas, especialmente aquelas pouco documentadas⁸⁵, pois permite ao pesquisador prever estruturas e confrontar seus dados com parâmetros universais. Da mesma forma, o linguista orientado para estudos diacrônicos encontra na tipologia um quadro de referência valioso para a reconstrução de línguas.

Finalizado o presente capítulo, partiremos para uma árdua e responsável tarefa depositada no próximo capítulo. Nele será realizada a descrição das orações simples da Língua Kaingang.

⁸⁵ Como no caso desta dissertação, cujo objetivo se debruça na descrição das orações simples de uma língua indígena: Kaingang.

CAPÍTULO 5

Orações verbais simples em Kaingang

Neste último capítulo da dissertação, a preocupação será descrever as orações simples em Kaingang. Ele será dividido da seguinte maneira: i) aspectos teóricos; ii) estados, eventos e ações; iii) papéis semânticos; iv) relações gramaticais; v) transitividade; vi) classificação das orações simples; vii) verbos descritivos; viii) cópula zero; ix) orações intransitivas; x) orações transitivas e xi) orações bitransitivas.

5.1 ASPECTOS TEÓRICOS

De acordo com Givón (2001), as orações simples servem como ponto de referência para a descrição gramatical. O autor afirma que descrever vários tipos orações simples é equivalente a descrever os vários tipos de verbos ou predicados usados na língua. Isto porque esses elementos compõem o núcleo semântico das orações, definindo seu tipo semântico. Os verbos são caracterizados semanticamente primeiro pela obrigatoriedade das regras semânticas dos participantes no estado ou evento que eles codificam. Nas palavras do linguista:

Além de seus papéis semânticos atribuídos no estado ou evento, os participantes também assumem papéis gramaticais característicos na oração, como sujeito, objeto direto ou objeto indireto. Assim, enquanto as funções semânticas definem o estado ou evento semanticamente, os papéis gramaticais definem a oração sintaticamente. (GIVÓN, 2001, p. 103 – tradução nossa).⁸⁶

As orações simples, desse modo, são definidas em termos de seus dois modelos de correspondência: um semântico e outro sintático. O primeiro refere-se a um quadro semântico dos papéis dos participantes na estrutura semântica dos estados ou eventos. Enquanto o segundo diz respeito a um quadro sintático de papéis gramaticais na estrutura sintática das orações.

O fato é que a estrutura sintática da oração simples é descrita em termos de relações gramaticais assumidas pelos participantes de um determinado evento. Givón (2001) relata que as orações simples apresentam uma espécie de isomorfismo entre a semântica e a

⁸⁶ Texto original (GIVÓN, 2001, p. 103): In addition to their assigned semantic roles in the state or event, participants also assume characteristic grammatical roles in the clause, such as subject, direct object or indirect object. Thus, while semantic roles define the state or event semantically, grammatical roles define the clause syntactically.

sintaxe, explicando ainda “this isomorphism is expressed in terms of the systematic mapping between the semantic roles of the participants in the state/event and their grammatical roles in the clause”⁸⁷. Em suas palavras percebemos que o mapeamento entre estes dois sistemas paralelos já descritos está no cerne das orações simples.

5.2 ESTADOS, EVENTOS E AÇÕES

Uma proposição⁸⁸, segundo Givón (2001), pode significar um *estado*⁸⁹, envolvendo nenhuma mudança ao longo do tempo. Este estado pode ser ou temporário (de duração limitada), ou permanente (de duração relativamente longa) ou, finalmente, de alguma duração intermediária.

Uma proposição pode também significar um *evento*⁹⁰, envolvendo mudança de um estado para outro ao longo do tempo. Tal mudança pode ser rápida e limitada, interpretada como uma mudança de estado inicial distinto para um estado final determinado. Ou ainda pode ser lenta e sem limites, interpretada como um processo em andamento. Os eventos que se seguem são iniciados por um agente ativo, eventos estes chamados de *ações*⁹¹.

Givón (2001) estabelece os seguintes constituintes de estados, eventos e ações: a) estado temporário, b) estado permanente, c) evento limitado, d) evento sem limites, e) ação limitada e, por fim, f) ação sem limites.

Observando os dados obtidos em Kaingang, podemos observar:

- Estado temporário

1. gĩr vỹ kaganh
 menino/sub. m.s. adoecer/ v.i. (pas.)
 “O menino adoeceu.”

⁸⁷ Tradução nossa: este isomorfismo é expresso em termos entre o mapeamento sintático dos papéis semânticos dos participantes nos estados ou eventos e seus papéis gramaticais na oração.

⁸⁸ Uma proposição pode ser: uma afirmação ou uma asserção, sendo um estado anterior (abstrato) à oração.

⁸⁹ Grifo nosso.

⁹⁰ Grifo nosso.

⁹¹ Grifo nosso.

2. kasor vỹ jũ mũ
cachorro/sub. m.s bravo/v.desc. m.asp.

“O cachorro está bravo.”

3. mĩg vỹ jũ já nĩ
onça/sub. m.s brava/v.desc. ? m.asp.

“A onça estava brava.”

- Estado permanente

4. Tiago vỹ téj jẽ
Tiago/sub. m.s. alto/v.desc. m.asp.

“Tiago é alto.”

5. mĩg vỹ jũ jẽ
onça/sub. m.s. brava/v.desc. m.asp.

“A onça é brava.”

6. giz kupri vỹ tũg
giz/sub. branco/adj. m.s. acabar/v.i.(sg.)

“O giz branco acabou.”⁹²

7. giz vỹ kupri jẽ
giz/sub. m.s. branco/v.desc. m.asp.

“O giz é branco.”⁹³

Ao iniciarmos a análise dos dados, convém lembrar que, como já exposto na metodologia do trabalho, apresentamos os dados em três linhas da seguinte forma: na primeira, consta a descrição ortográfica da oração em Kaingang; na segunda, apresentam-se as partículas que representam as glosas e as categorias gramaticais desempenhadas pelos elementos da oração e, na última, a tradução livre do exemplo.

Primeiramente, é necessário contrapormos as orações 6 e 7, cujo objetivo é distinguir adjetivo de verbo descritivo.

⁹² Dado obtido a partir do banco de dados de Ludoviko C. dos Santos.

⁹³ Ibidem.

A oração 6 apresenta, dentro do sintagma nominal, os seguintes componentes: sub+adj+m.s. Nesta estrutura, branco (*kupri*) é adjetivo porque ocupa posição logo após o substantivo. O sintagma verbal é composto apenas pelo verbo acabar (*tĩrg*). Já na oração 7, o sintagma nominal apresenta em sua estrutura apenas sub+m.s., enquanto o sintagma verbal apresenta: v.desc.+m.asp. Nesta oração, *kupri* corresponde a um verbo descritivo porque: i) encontra-se dentro do sintagma verbal, ocupando a posição de verbo, ii) ocorre com oração com marcador de sujeito (*vỹ*) e iii) seguido de marcador de aspecto (*jẽ*), características estas desempenhadas por verbos não descritivos da língua. Dessa forma, assim como no português, a função está determinada de acordo com a posição sintática.

As orações 1, 2 e 3 representam três exemplos de estado temporário de duração limitada, ou seja, as ocorrências se evidenciaram por algum momento. Quando analisamos cada uma isoladamente, notamos que a sentença 1 é constituída por um verbo intransitivo *kaganh*, enquanto as duas últimas apresentam verbos descritivos evidenciados por (*jĩr*) e o que chamamos de marcador de aspecto⁹⁴ *mĩr* (sentença 2) e *nĩ* (sentença 3), sendo estes marcadores de estado temporário.

Quanto às orações 4 e 5, podemos notar a mudança do marcador de aspecto *jẽ*, relacionado à situação de o sujeito encontrar-se na posição – em pé. Além disso, estas orações também apresentam verbos descritivos: *téj* e *jĩr*, respectivamente. Nestas sentenças são apresentados estados permanentes de duração sem limites, ou seja, ambos os elementos não “estão”, mas sim “são”. Como, por exemplo, em português: “Tiago não está alto – é alto” e “A onça não está brava – é brava”.

- Evento limitado

8. *mora vỹ kutẽ*
bola/sub. m.s. cair/v.i. (pas.)

“A bola caiu”

- Evento sem limites

9. *ẽg tỹ goj jẽgu kãtã re vẽ*
pr.pes. ind.cir. rio/sub. abaixo/sub.dep. ? descer/v.i.(pl.) ind.asp.

“Nós estamos descendo rio abaixo.”

⁹⁴ Para uma abordagem mais precisa, sugerimos a seguinte leitura: ALMEIDA, LERIANA. *A marcação de (tempo), modo e aspecto na Língua Kaingang: uma proposta de análise*, cuja referência completa consta nesta dissertação.

Temos nas orações de número 8 e 9 exemplos de dois eventos, um limitado e outro sem limites, respectivamente. Nesse sentido, temos situações que caracterizam uma mudança de um estado para o outro. Na oração 8, intransitiva, temos um evento que caracteriza o início e o final da ação. Desse modo, um evento rápido e limitado, interpretado como uma mudança de estado inicial distinto para um estado final determinado. Já na oração 9, também intransitiva, há o início do evento, porém não temos indicação do seu término, sendo, por sua vez, lento e sem limites, interpretado como um processo em andamento. Consideramos que a partícula *vẽ* seja um marcador de aspecto relacionado a uma ação em andamento, mas poder-se-á ser averiguado em pesquisas futuras.

- Ação limitada

10. gĩr vỹ pó kutẽm
 menino/sub. m.s. pedra derrubar/v.t.d. (pas.)
 “O menino derrubou a pedra.”

11. Manuel vỹ ãn fã
 Manuel/sub. m.s. casa demolir/v.t.d. (pas.)
 “Manuel demoliu a casa”

- Ação sem limites

12. gĩr vỹ pó kãgnó jẽgu fón kã tá
 menino/sub. m.s. pedra/sub. ladeira/sub. abaixo/sub.dep. jogar/v.t.d. (pas.) ind.cir. loc.
 “O menino jogou a pedra ladeira abaixo.”

As orações 10, 11 e 12 são caracterizadas como ações, sendo estas realizadas por um sujeito agente. Assim como os eventos, as ações podem ser também de ordem limitada e sem limites. Ademais, tais ações não deixam de serem eventos, porém com a presença de um sujeito agente. As três orações são transitivas diretas, enquanto a última, 12, além de também ser transitiva direta, apresenta uma partícula indicadora de circunstância *kã* e um locativo *tá*. Nas orações de número 8 e 9, temos o que chamamos de orações não causativas⁹⁵, enquanto as demais – 10, 11 e 12, são causativas. No primeiro caso, não temos um sujeito agente, já no segundo há a presença de um sujeito agente sobre o objeto.

⁹⁵ Para uma abordagem mais precisa, sugerimos a leitura do seguinte trabalho: TABOSA, Luciana. *Construções causativas da Língua Kaingang*. A referência completa se encontra ao final dessa dissertação.

5.3 PAPÉIS SEMÂNTICOS

Como já dito acima, as orações são classificadas em dois tipos de acordo com o tipo de verbo que ocupa seus núcleos: semântico e sintático. Os verbos, por sua vez, são divididos em tipos semânticos de acordo com os papéis semânticos dos participantes no estado ou evento codificado pela oração. Givón (2001, p. 106), ainda complementa “the array of semantic roles typically associated with each verb thus defines the propositional-semantic frame of the verb, the state/event, and the clause”.⁹⁶

Em princípio, cada verbo define seu próprio quadro proposicional, definindo, dessa forma, sua própria disposição de papéis semânticos. Os principais papéis assumidos pelos participantes em um estado ou evento são, segundo Givón (2001):

- Agente: o participante, tipicamente animado, que age/atua deliberadamente para iniciar o evento, carregando para si a responsabilidade da ação.
- Paciente: o participante, seja animado, seja inanimado, que se encontra em um estado ou registra uma mudança de estado como resultado de um evento.
- Dativo: o participante consciente em um evento, geralmente animado, mas não necessariamente o iniciador da ação.
- Instrumento: um participante, tipicamente inanimado, usado por um agente para realizar a ação.
- Benefactivo: o participante, tipicamente animado, em benefício de quem a ação é realizada.
- Locativo: o lugar, tipicamente concreto e inanimado, onde se encontra o estado; onde ocorre o evento; ou de onde de, algum modo, algum participante está se movendo.
- Associativo: um associado de um agente, paciente ou dativo do evento, cujo papel no evento é similar, mas que não é tão importante.
- Modo: o modo em que o evento ocorre ou um agente realizou a ação. (GIVÓN, 2001, p. 107 – tradução nossa)⁹⁷

⁹⁶ Tradução nossa: a disposição dos papéis semânticos, tipicamente associados com cada verbo, define a estrutura semântico-proposicional do verbo, do estado e/ou evento e da oração.

⁹⁷ Texto original (GIVÓN, 2001, 107):

Para que as definições relacionadas aos papéis semânticos em orações simples de estado ou evento fiquem mais claras, iniciemos a análise, verificando como esses papéis funcionam no Kaingang.

13. Tiago vỹ gĩr kutẽm
 Tiago/sub. m.s. menino/sub. derrubar/v.t.d. (pas.)
 “Tiago derrubou o menino.”

Na oração acima, temos um caso de sujeito agente, ou seja, o participante – núcleo do sintagma nominal -, que inicia a ação e carrega a responsabilidade dessa ação para si. Nessa oração podemos identificar o sujeito *Tiago*, o marcador de sujeito *vỹ*, o objeto direto *gĩr* e o verbo transitivo direto *kutẽm*, de modo que a presente sentença segue a ordem canônica do Kaingang: SOV.

14. gĩr vỹ téj jẽ
 menino/sub. m.s. alto/v.desc. m.asp.
 “O menino é alto.”

15. ěkrénh tĩ vỹ mĩg rỹnh
 caçador/sub. ? m.s. onça/sub. ferir/v.t.d. (pas.)
 “O caçador feriu a onça.”

16. ũn gré vỹ kókẽr mẽg mũ
 homem/sub. m.s. fome/sub. sentir/v.t.d. (pas.) m.asp.
 “O homem sentiu fome.”

17. kasor vỹ gĩr pranh

-
- Agent: the participant, typically animate, who acts deliberately to initiate the event, and thus bears the responsibility for it.
 - Patient: the participant, either animate or inanimate, that either is in a state or registers a change-of-state as a result of an event.
 - Dative: a conscious participant in the event, typically animate, but not the deliberate initiator.
 - Instrument: a participant, typically inanimate, used by the agent to perform the action.
 - Benefactive: the participant, typically animate, for whose benefit the action is performed.
 - Locative: the place, typically concrete and inanimate, where the state is, where the events occurs, or toward which or away from which some participant is moving.
 - Associative: an associate of the agent, patient or dative of the event, whose role in the event is similar, but who is not as important.
 - Manner: the manner in which an event occurs or an agent performed the action.

cachorro/sub. m.s. menino/sub. morder/v.t.d. (pas.)
 “O cachorro mordeu o menino.”

Nas sentenças 14, 15, 16 e 17, temos exemplos de participante paciente. Este se caracteriza por se encontrar em um estado ou registrar uma mudança de estado como resultado de um evento. Em 14 e 15, há o que Givón (2001) chama de paciente de estado com função de sujeito no primeiro caso, como visto anteriormente, estado permanente de ser alto; já no segundo caso (sentença 15), temos uma ocorrência de paciente de estado com função de objeto. Ainda com relação à sentença 15, temos como sujeito *ẽkrénh* (caçador), em seguida, há a presença da partícula *tĩ*, que não se trata de um marcador de aspecto por não se encontrar ao final da sentença posposto ao verbo. Portanto, como não sabemos do que se trata, glosamos tal partícula com a indicação “?”. As duas últimas correspondem a exemplos de participante paciente de mudança com função de sujeito em 16 e com função de objeto em 17. Em suma, os exemplos 14 e 15 correspondem a participantes que se encontram em um determinado estado paciente com função de sujeito e com função de objeto, respectivamente; e, os exemplos 16 e 17 a participantes que registram uma mudança de um estado inicial como resultado de um evento, tendo também função de sujeito e de objeto, respectivamente.

18. João vỹ Luciana fi mỹ vi
 João/sub. m.s. Luciana/sub. m.f. posp. falar/v.t.i. (pas.)
 “João falou para Luciana”

Quanto ao exemplo 18, temos uma ocorrência de papel semântico dativo com função de objeto indireto, em que o sujeito tem consciência em falar algo para alguém *Luciana* (objeto indireto).

Em seguida, temos dados relacionados aos seguintes papéis semânticos: instrumento, benefactivo, locativo de estado, locativo de movimento, associativo e de modo.

- Instrumento

19a. ti fe mrũm kã ũr fynh ti kyfé tỹ
 pr.pes. veia coração/sub. ind.cir. pr.ind. cortar/v.t.d. ele/3p.sg. faca/sub. ind.circ.
 “Ele cortou a veia do coração (de alguém) com uma faca.”

19b. ti tãnh ti ka tỹ

pr.pes bater até morrer/v.i. (pas.) ele/3p.sg. pau/sub. ind.cir.
 “Ele o matou com um pau.”

Nas orações 19 (a/b), temos exemplos de papéis semânticos de instrumento, correspondendo ao participante inanimado utilizado por um agente para realizar uma ação. Em análise, pudemos averiguar que as orações apresentam o indicador de circunstância *tỹ* (com), sendo antecidos por um substantivo, sendo estes os participantes inanimados utilizados para a realização da ação.

- Benefactivo

20. gĩr vỹ inh mỹ gãr tu
 menino/sub. m.s. 1.p.sg. posp. milho carregar/v.t.d.i. (pas.)
 “O menino carregou milho para mim.”

No tocante à oração 20, é exposto o papel semântico benefactivo, em que o participante, tipicamente animado, para cujo benefício a ação é realizada. Temos uma oração bitransitiva, cujos complementos são os objetos direto e indireto. A ordem apresentada é a seguinte S+OI+OD+V. Além disso, a partícula *mỹ* (para) é uma posposição utilizada para essa situação de benefício.

- Locativo de Estado

21. Apucaraninha tá gĩr vỹ tĩ
 Apucaraninha/sub. loc. menino/sub. m.s. m.asp.
 “O menino vive (lá) no Apucaraninha.”

- Locativo de Movimento

22. in tá mỹ gĩr vỹ tĩg
 casa/sub. loc. posp. menino/sub. m.s. andar/v.i. (pas.)
 “O menino foi para casa”

Quanto às orações 21 e 22, temos dados de papéis semânticos de locativo de estado e de locativo de movimento, respectivamente. No primeiro caso, a oração não apresenta verbo, mas sim um marcador de aspecto *tĩ*, cuja função é indicar habitualidade. A referida oração é iniciada por um substantivo (Apucarantina), seguido de um elemento dêitico (locativo) com o propósito de reforçar circunstância de lugar. Enquanto no segundo caso, a oração apresenta um locativo (*tá*) seguido de posposição (*mỹ*), elementos estes apresentados no interior do sintagma nominal.

- Associativo

23. gĩr vỹ tỹ ã jóg mré rãhrãj
 menino/sub. m.s. ind. circ. pron. pai/sub. com trabalhar/ v.i. (pas.)
 “O menino trabalhou com o pai (dele).”

A oração 23 apresenta um papel semântico associativo que, segundo Givón (2001), representa o associado de um agente, paciente ou dativo do evento, cujo papel no evento é similar, mas que não é tão importante.

- Modo

- 24a. ẽprã tóg féréen ke mũr ti
 terra/ind.cir m.s. sentar-se rapidamente ind.asp. ele/3p.sg.
 “Ele sentou-se rapidamente na terra.”

- 24b. ẽgnéh há ti
 cozinhar/v.i. (pas.) adv. ele/3p.sg.
 “Ele cozinhou bem.”

- 24c. vẽnh kaga vỹ nũr nỹgtĩ
 doente/sub. m.s. dormir/v.i. ind.asp.
 “Um doente dorme muito.”⁹⁸

Por fim, em relação às orações 24 (a/b/c), temos uma circunstância de modo. O papel semântico por ela assumido apresenta o modo como o evento ocorreu ou o

⁹⁸ Exemplos retirados de (WIESEMANN, 2002, p. 18, 95, 14 – respectivamente).

agente realizou a ação. Observamos na oração 24a que ela é iniciada por um indicador de circunstância *ẽprã*, seguido de um marcador de sujeito *tóg*⁹⁹, verbo, marcador de aspecto e sujeito. Além disso, o sujeito, nas orações 24 (a/b), não ocupa o início da oração pelo fato de ser um pronome substantivo. A oração 24b apresenta a estrutura V+S, em que dentro do sintagma verbal temos o verbo (*ẽgnéh*) e o advérbio (*há*) e o sintagma nominal é composto apenas pelo pronome sujeito (*ti*). Na oração 24c, o indicador de aspecto (*nỹgtĩ*) caracteriza a situação de “habitualmente deitado”.

5.4 RELAÇÕES GRAMATICAIIS

Givón (2001, p.108) diz que participantes em estados ou eventos, em qualquer papel semântico que seja, podem assumir alguma relação gramatical na oração. Abaixo, listamos exemplos:

- a. sujeito
- b. objeto direto
- c. objeto indireto
- d. predicado
- e. advérbio

Givón (2001, p. 108) traz uma breve ilustração de como ele considera essas cinco relações gramaticais em inglês:

a. The woman gave a book to the child.¹⁰⁰

sub. d.o. i.o.

b. Mary is a teacher.¹⁰¹

sub. pred.

⁹⁹ Segundo Wiesemann (2002, p.159) este elemento também corresponde a um indicador de sujeito, porém, em alguns casos, pode seguir o verbo e não enfatizar o sujeito.

¹⁰⁰ Cf. GIVÓN (2001, p. 108, ex. 7a)

¹⁰¹ Cf. GIVÓN (2001, p. 108, ex. 7b)

- c. She stopped working at five.¹⁰²
 sub. adv.

Averiguemos, desse modo, como tais relações se comportam em kaingang:

25. Ludo vỹ Pedro mỹ vẽnĥ rá tugtó
 Ludo/sub. m.s. Pedro/sub. posp. livro ler/v.t.d.i. (pas.)
 “Ludoviko leu um livro para Pedro.”
26. Pedro vỹ tỹ vẽnĥkanhrân tĩ há jẽ
 Pedro/sub. m.s. ind. ex. professor/sub. m.asp. ind.cir. m.asp.
 “Pedro é um bom professor.”
27. rãkétá ěmĩ kó ti
 ontem/adv. bolo comer/v.t.d..(pas.) ele/3p.sg.
 “Ontem ele comeu o bolo.”

As orações 25, 26 e 27 também apresentam as relações gramaticais descritas por Givón (2001), porém estruturadas de outro modo. A oração 25, por exemplo, é bitransitiva e apresenta a seguinte estrutura: S + O.I. + O.D. + V. Desse modo, temos o sujeito *Ludo*, o objeto indireto com a posposição a ele *Pedro mỹ* e o objeto direto *vẽnĥ*. A oração 26 não apresenta verbo copulativo, uma vez que em Kaingang não existe estrutura com essa formatação, fato que será tratado em momento oportuno adiante. Temos nessa sentença a partícula *tỹ*, cuja função é indicar existência e, dois marcadores de aspecto *tĩ* e *jẽ* (o primeiro, refere-se a um aspecto habitual e, o outro, refere-se a algo que está pé e é comprido). Na oração 27, a oração é iniciada por um adjunto adverbial temporal – *rãkétá* (ontem); tendo ainda o sujeito posposto ao verbo – *ti* (ele), pelo fato de se tratar de um pronome substantivo que não ocupa o núcleo do sintagma nominal, vindo no final da oração.

De modo geral, as orações analisadas no tópico 5.3, referente aos papéis semânticos, pontuariam para o fato de que, o mapeamento dos papéis semânticos a relações gramaticais nas orações simples, está longe de ser aleatório. Desse modo, as restrições de tal mapeamento podem, segundo Givón (2001), se comportar da seguinte forma:

¹⁰² Cf. GIVÓN (2001, p. 108, ex. 7c)

- a. um agente pode ser sujeito;
- b. um paciente pode ser um sujeito ou um objeto direto;
- c. um dativo pode ser um ser um sujeito, objeto direto ou um objeto indireto;
- d. todos os outros papéis semânticos podem ser somente objetos indiretos.

5.5 TRANSITIVIDADE

Em relação a essa questão, Givón (2001) apresenta duas definições: uma sintática e outra semântica. Vejamos sobre o que dizem respeito essas colocações.

5.5.1 Definição Semântica

Os verbos das orações simples são ou transitivos ou intransitivos. A transitividade é um fenômeno complexo que envolve ambos os componentes – o sintático e o semântico. O arquétipo do evento transitivo é definido pelas propriedades semânticas do agente, do paciente e do verbo na “oração de evento”¹⁰³.

Desse modo, o autor apresenta um protótipo semântico de evento transitivo:

- **Agentividade:** ter um agente intencional ativo
- **Acometimento:** ter um paciente concreto que registra mudança de estado
- **Perfectividade:** envolve um evento limitado e concluído em tempo real¹⁰⁴. (GIVÓN, 2001, p. 109 – tradução nossa).

Em relação ao protótipo acima, podemos considerar que o primeiro refere-se a um ato de ação, cujo agente é ativo. Muitos verbos codificam ações, ou seja, eventos são iniciados por participante agente animado capaz de vontade. O segundo, considerando uma situação concreta, a presença de um participante paciente que se encontre em um estado ou registre uma mudança de estado ao logo do evento e, por fim, o terceiro item que envolve um evento limitado, assim como finalizado em tempo real.

¹⁰³ O autor utiliza o termo “event-clause”.

¹⁰⁴ Texto original (GIVÓN, 2001, p. 109):

- **Agentivity:** having a deliberate, active agent.
- **Affectedness:** having a concrete, affected patient.
- **Perfectivity:** involving a bounded and terminated event in real time.

5.5.2 Definição Sintática

O arquétipo semântico de um evento transitivo figurará repetidamente subseqüentes discussões, uma vez que há muitas conseqüências gramaticais.

Segundo Givón (2001), a definição sintática das orações transitivas, assim como dos verbos transitivos, é submetida, até dado ponto, a variação tipológica linguística. Afirmar ainda que, a maioria das línguas, resume-se em apenas uma característica sintática. Apresenta, assim, o protótipo sintático da oração transitiva:

- Orações e verbos que requerem objeto direto são sintaticamente transitivos. Todas as outras são sintaticamente intransitivas. (GIVÓN, 2001, p. 109 – tradução nossa)¹⁰⁵.

A simplicidade relativa e a singularidade da definição sintática, em comparação com a complexidade da definição semântica, de fato, ilustra um importante ponto geral. Nesse sentido, a forma gramatical é mais esquemática, redutiva e discreta que as funções semântica e pragmática.

Enquanto as duas definições de transitividade, uma semântica e outra sintática, parecem ser independentes uma da outra, há um importante fato entre a gama de eventos e orações que elas vaticinam.

O autor coloca que, na maioria das línguas, a vasta maioria das orações simples que são semanticamente transitivas, são também sintaticamente transitivas. Isso, segundo ele, não se trata de uma difícil coincidência, porém mais do que uma conseqüência do modo como definimos as orações simples. Poderíamos simplificar, de acordo com Givón (2001), o mapeamento entre a transitividade semântica e sintática do seguinte modo:

- Se a oração codifica um evento transitivo semanticamente, o agente do evento será o sujeito da oração e o paciente do evento será o objeto direto da oração. (GIVÓN, 2001, 109 – tradução nossa)¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Texto original (GIVÓN, 2001, p.109): Clauses and verbs that have a *direct object* are syntactically transitive. All others are syntactically intransitive

¹⁰⁶ Texto original (GIVÓN, 2001, p. 110): If the simple clause codes a semantically transitive event, the event's agent will be the clause's subject, and the event's patient the clause's the direct object.

Nas palavras do autor, se as orações simples codificam um evento transitivo semanticamente, o participante agente será o sujeito dessa oração; e o participante, cuja ação do sujeito recai sobre ele, corresponderá ao objeto direto da oração.

Givón (2001) faz uma importante observação sobre o mapeamento sistemático entre os papéis semânticos e as relações gramaticais nas orações simples. Isso implica, por exemplo, que das duas orações semanticamente equivalentes, que serão apresentadas abaixo, temos: as orações transitivas ativas, sendo consideradas simples “não marcadas”; e as transitivas passivas, sendo consideradas complexas “marcadas”.

a. Simple, unmarked (active transitive)

*Mary broke the glass*¹⁰⁷

b. Complex, marked (passive de-transitive)

*The glass was broken by Mary.*¹⁰⁸

Acima, temos exemplos claros de orações semanticamente similares, em que a primeira se encontra na voz ativa e a segunda na voz passiva. O Kaingang também apresenta tal situação. Vejamos nos exemplos abaixo:

28. gĩr vỹ pratu gãm
menino/sub. m.s. prato quebrar/v.t.d. (pas.)

“O menino quebrou o prato.”

29. pratu vỹ gĩr mỹ góv
prato/sub. m.s. menino/ag.pas. posp. quebrar/v. (pas.)

“O prato foi quebrado pelo menino.”

Segundo Comrie (1989), o sujeito da construção passiva é o objeto do verbo transitivo. Como podemos observar na sentença 27, em Kaingang não ocorre locução verbal na voz passiva como em português. Na construção passiva, o paciente ocupa posição de sujeito e o verbo é distinto da construção ativa. Nesse sentido, a língua Kaingang marca a variante inacusativa¹⁰⁹ dos verbos de alternância causativa com uma modificação

¹⁰⁷ Cf. Givón (2001, p. 110, ex. 12a).

¹⁰⁸ Cf. Givón (2001, p. 110, ex. 12b).

¹⁰⁹ Cf. Tabosa (2006).

morfológica. Como se pode notar nos exemplos 26 e 27, a variante transitiva causativa (utilizado na forma ativa) do verbo “quebrar vidro” é *gam* e a variante não causativa (utilizado na forma passiva) é *gov*.

Desse modo, temos na oração 26 um caso de oração simples não marcada, enquanto na oração 27, um caso de oração simples marcada.

Sob o ponto de vista de Dryer (2007), no tocante à transitividade, a distinção mais básica é a distinção entre predicados intransitivos e predicados transitivos. Este admite dois ou mais argumentos, enquanto aquele um único. Além disso, o autor apresenta outro ponto importante em que:

A distinção entre orações intransitivas e transitivas torna-se mais importante em línguas com sistema de caso ergativo, em que os sujeitos transitivos e os sujeitos intransitivos ocorrem em diferentes casos, sujeitos transitivos ocorrendo no caso ergativo, sujeitos intransitivos no mesmo caso com objetos. (DRYER, 2007, p. 251 – tradução nossa).¹¹⁰

5.6 CLASSIFICAÇÃO DOS VERBOS E DAS ORAÇÕES SIMPLES

Verbos com “sujeito expletivo”, ou *dummy-subject verbs*. Trata-se da nomenclatura que Givón (2001) utiliza para dizer que, os verbos nessa classe, codificam estados ou eventos principalmente relacionados a condições naturais ou a fenômenos da natureza. Eles são claramente intransitivos, na medida em que não há objeto. Ademais, não há a presença de participante algum. Pode-se, de fato, dizer que o estado ou o evento que representam é indiferente do participante. Os verbos nessa classe tomam o sujeito sintático, mas comumente assume um papel posição. Em muitas línguas, segundo o autor, o “dummy”¹¹¹ (partícula neutra) é um pronome, mas que não se refere a uma entidade em particular, não podendo ainda ser atribuído um claro papel semântico. Além disso, possui somente a função de preencher o papel sintático formal da estrutura da oração simples.

Sintaticamente, a frase verbal em uma oração com sujeito neutro pode ser classificada em adjetival ou verbal. Visualizemos logo abaixo nos exemplos:

¹¹⁰ Texto original (DRYER, 2007, p. 251): “The distinction between intransitive and transitive clauses becomes more important in languages with ergative case systems, in which transitive subjects and intransitive subjects occur in different cases, transitive subjects occurring in the ergative case, intransitive subjects in the same case as objects.”

¹¹¹ Esse vocábulo corresponde a um adjetivo que, no contexto em que é empregado nesta dissertação, representa algo que ocupa o lugar de outrem, ou seja, um elemento expletivo apenas com a função de preencher a estrutura sintática.

- **Adjetival dummy-subject clauses**

- It is hot (in here)
- It was cold (last summer)
- It was terrible (there)

- **Verbal dummy-subject clauses**

- It rained (all over the country)
- It froze (last week)¹¹²

Como pudemos observar, em inglês não há oração sem sujeito, ou seja, há a necessidade de preencher o campo sintático - sujeito - dentro da estrutura da oração simples através de um elemento neutro. Esse elemento, ocupará a função de sujeito, porém sem fazer alusão a nenhum participante e sem desempenhar qualquer papel semântico.

Na primeira classificação – *adjetival dummy-subject clauses* -, notamos que as orações apresentam a seguinte estrutura: sujeito (ocupado pela partícula *It*) + verbo (verbo copulativo - TO BE - *is*) + adjetivo (caracterizando o tipo de oração – *hot*) = S + V + PS¹¹³.

Quanto à segunda classificação – *verbal dummy-subject clauses* -, a estrutura apresentada é a seguinte: Sujeito (ocupado pela partícula *It*) + verbo (intransitivo) = SV. O verbo da oração indica fenômeno meteorológico.

Para verificar se o Kaingang apresenta as situações acima discutidas, coletamos os seguintes dados:

- Para orações com sujeito expletivo adjetivas:

30. kusãg ki ti kusa nĩ
cedo de manhã/ind.circ. ? frio/sub.dep. m.asp.

“De manhã cedo está frio.”¹¹⁴

Na oração 30, averiguamos que o Kaingang apresenta a seguinte estrutura para indicar situações climáticas: ind.cir.+sub.dep.+m.asp. Para coletarmos os dados, precisamos ser mais claros possíveis, esboçando o que almejamos. Isso porque os Kaingangs precisam visualizar o sentido da oração para que ela seja construída de acordo com o uso que eles fazem da língua.

¹¹² Cf. Givón (2001, p. 118).

¹¹³ Leia-se: predicativo do sujeito.

¹¹⁴ Dado obtido a partir de Wiesemann (2002, p. 56)

Para essas questões, Dryer (2007, p.267) nos apresenta o que ele chama de “*Zero intransitive (or ambient) clauses*”. As orações intransitivas, segundo ele, são usualmente caracterizadas por envolver um argumento único enquanto as orações transitivas são caracterizadas por envolver dois ou mais argumentos. Todavia:

Muitas línguas tem orações que podem ser descritas envolvendo zero argumentos. Estas orações são aquelas que semanticamente não envolvem nenhum argumento, embora as línguas variem conforme são tratadas como argumentos ausentes de sua sintaxe. Este tipo de oração normalmente envolve condições ambientais, tipicamente condições do tempo. (DRYER, 2007, p. 267 – tradução nossa).¹¹⁵

Vejamos os exemplos apresentados pelo autor:

- a. It is raining.
- b. It is cold today.
- c. It is hot in this room.¹¹⁶

- Para orações com sujeito expletivo verbais, segundo Givón (2001):

- i) Chove. (sem parar)
- ii) Ventou. (ao anoitecer)

Para essas questões, obtemos os seguintes dados:

31. ta kutẽ nỹ nĩ
chuva/sub. cair/v.i. m.asp.
“A chuva cai (sem parar).”

32. kã ka nỹ ki kutyg
vento/sub. ? ind. circ. anoitecer/v.i. (pas.)
“Ventou ao anoitecer”

¹¹⁵ Texto original (DRYER, 2007, p. 267): “Many languages have clauses which can be described as involving zero arguments. These clauses are ones that semantically do not involve any arguments, though languages vary as to whether they are treated as lacking arguments in their syntax. This sort of clause normally involves environmental conditions, typically weather conditions”.

¹¹⁶ Cf. Dryer (2007, p. 267. Exs. 130a, 130b e 130 c, respectivamente).

Poderia se perguntar, sobre a oração 31, porque não considerarmos a estrutura “a chuva” como sujeito? Para responder a essa questão, analisemos novamente a oração. Podemos notar que ela não apresenta partícula *vỹ*, cuja função é identificar, dentro do sintagma nominal, o sujeito da oração. Dessa forma, a melhor tradução para essa sentença é “a chuva cai”. Assim, como no português, o Kaingang apresenta uma oração sem sujeito, ao se referir aos fenômenos meteorológicos. Na oração 32, também não temos a presença da partícula indicadora de sujeito, sendo desse modo outra oração sem sujeito.

No tocante às orações com sujeito expletivo, em algumas línguas, todos os predicados nessa classe são formados por verbos formalmente. Esse é o caso da língua Ute (Uto-Aztecan), em que o pronome expletivo é o inanimado – *ax* -, como o *it* do inglês.

a. ‘*uwa-y-ax*
rain-IMM-it
‘it’s raining’

b. *núa-y-ax*
wind-IMM-it
‘it’s windy’

c. *nuvwa-y-ax*
snow-IMM-it
‘it’s snowing’

A forma nominal de chuva (*rain*), vento (*wind*) e neve (*snow*) é derivado em Ute de uma nominalização dos verbos em a, b, e c.

5.7 VERBOS DESCRITIVOS

Semanticamente, as orações copulativas representam estado permanente ou estado temporário. Assim, segundo Givón (2001), o sujeito delas ocupa o papel semântico ou de um paciente estativo ou um dativo de estado. Além disso, a maioria da carga semântico-lexical da predicação não é carregada pelo verbo copulativo em si mesmo, mas sim pelo predicado não verbal, ou melhor, um predicado nominal. Seja um adjetivo, em que o autor

chama de “adjectival phrase”¹¹⁷, seja um nome “noun phrase”¹¹⁸, doravante (AP e NP, respectivamente). Vejamos através dos exemplos:

- a. Adjectival (AP) predicate
She is tall.
- b. Nominal (NP) predicate
He is a teacher.

Notamos claramente que, em ‘a’, o predicado adjetival é formado por um adjetivo - *tall*; enquanto em ‘b’, o predicado nominal é formado por um nome – *teacher*. O verbo copulativo, como afirma Givón (2001), é frequentemente expletivo, encabeçando a frase verbal, mas carregando uma reduzida carga semântico-lexical. Todavia, nem todas as línguas apresentam verbos copulativos.

Dryer (2007), ao se referir aos predicados não verbais, apresenta três tipos de sentenças dessa natureza: predicados adjetivais, predicados nominais e predicados locativos. De acordo com o autor, algumas línguas são inteiramente desprovidas de cópulas. Nesse sentido, ele lança uma série de comentários necessários sobre a quantidade de elementos denominados “cópulas”, formas estas que são utilizadas em predicados não verbais.

Ao se referir aos predicados adjetivais, Dryer (2007) argumenta que:

Os predicados adjetivais em inglês são não-verbais pelo fato de o inglês tratar os adjetivos como uma palavra distinta da classe dos verbos. Em muitas línguas, entretanto, as palavras que expressam significados associados com adjetivos em inglês são simplesmente verbos. Em tais línguas, os predicados adjetivais não são um tipo de predicado não verbal, mas simplesmente um tipo de predicado verbal intransitivo. (DRYER, 2007, p. 227 – tradução nossa).¹¹⁹

Desse modo, o autor diz que esses predicados expressam significados adjetivais por apresentarem algumas propriedades gramaticais correspondentes as dos verbos, como a posição em que se encontram.

¹¹⁷ Leia-se: sintagma adjetival.

¹¹⁸ Leia-se: sintagma nominal.

¹¹⁹ Texto original (DRYER, 2007, p. 227): “Adjectival predicates in English are nonverbal because English treats adjectives as a distinct word class from verbs. In many languages, however, the words expressing meanings associated with adjectives in English are simply verbs. In such languages, adjectival predicates are thus not a kind of nonverbal predicate, but simply a type of transitive verbal predicate”.

Quanto aos predicados nominais, Dryer (2007) afirma que em muitas línguas o não uso da cópula locativa, requer o uso seja de predicado adjetival seja de predicado nominal.

Por fim, em relação ao terceiro tipo de predicado não verbal, o autor diz que se trata de uma expressão locativa, como no exemplo:

a) *My dog is in the house*¹²⁰

Averiguamos, após a coleta dos dados, as seguintes situações em Kaingang. Analisemos, portanto, os dados abaixo:

33. Tiago vỹ téj jẽ
 Tiago/sub. m.s. alto/v.desc. m.asp.
 “Tiago é alto”

34. Pedro vỹ tỹ vẽnhkanhrân tĩ há jẽ
 Pedro/sub. m.s. ind. ex. professor/sub. ? bom/v.desc. m.asp.
 “Pedro é um bom professor.”

Quanto às orações 33 e 34, podemos confirmar, segundo Dryer, a presença de verbos descritivos: *téj* e *há*, respectivamente. Com efeito, *téj* e *há* correspondem a verbos descritivos porque: i) encontram-se dentro do sintagma verbal, ocupando a posição de verbo, ii) ocorrem com oração com marcador de sujeito (*vỹ*) e iii) seguidos de marcador de aspecto (*jẽ*), características estas desempenhadas por verbos não descritivos da língua. As estruturas dessas orações apresentam as seguintes configurações: no primeiro caso, sub.+v.desc.+m.asp.; no segundo caso, sub.+ind.ex.+v.desc.+m.asp. Na sentença 33, temos o sujeito *Tiago* e seu marcador *vỹ*, assim como a informação referente ao sujeito sendo expressa pelo verbo descritivo *téj* (alto), seguido do marcador de aspecto *jẽ*, cuja função é indicar que o participante é alto e se encontra na posição em pé. Já na sentença 34, temos o sujeito *Pedro* com o seu indicador *vỹ*, além do indicador de existência *tỹ*, elemento este não presente nas outras sentenças analisadas¹²¹, havendo ainda um substantivo *vẽnhkanhrân*, o verbo descritivo

¹²⁰ Cf. Dryer (2007, p. 238, exemplo no interior do texto).

¹²¹ Como o foco do trabalho não é a identificação desses elementos, fica uma questão a ser averiguada em trabalhos posteriores.

há (bom), a partícula *tĩ* que não se sabe o significado e, por fim, o marcador de aspecto *jẽ* (indicador da posição em pé).

5.8 CÓPULA ZERO

Nesse momento, somos convidados a debruçarmos nossos cuidados a respeito de um assunto iniciado anteriormente (Cf. 5.2 Estados, eventos e ações). Em muitas línguas, segundo Givón (2001), as orações copulativas podem aparecer sem o seu principal verbo copulativo.

Vejamos alguns exemplos do Kaingang:

35. Tiago vỹ téj jẽ
 Tiago/sub. m.s. alto/v.desc. m.asp.
 “Tiago é alto.”

36. Tiago vỹ jũr ja nĩ
 Tiago/sub. m.s. bravo/v.desc. ind.m. m.asp.
 “Tiago estava bravo.”

No tocante às orações 35 e 36, podemos observar que elas não apresentam o verbo copulativo, isso porque, como já adiantado, em Kaingang não há esse tipo de verbo. O que temos, como discutido no tópico anterior, são verbos descritivos: *téj* e *jũr*. Visualizemos a ordem oracional das sentenças: na sentença 35, sub.+v.desc.+m.asp.; e, na sentença 36, sub.+v.desc.+ind.m.+m.asp. Nesse sentido, identificamos, praticamente, a mesma estrutura oracional. O que elemento que irá distinguir ambas as orações será o indicador de modo *já*, cuja função é indicar algo terminado, ou seja, um estado que já não existe mais. Em outros termos, o sujeito *Tiago* estava bravo (*jũr*) e não se encontra mais nesse estado.

Com efeito, não havendo verbo copulativo nas orações questão, e também em Kaingang, os verbos descritivos *téj* (alto) e *jũr* (bravo), nessas orações indicam estado permanente e temporário, respectivamente. Além disso, os marcadores de aspecto *jẽ*, no primeiro caso, e *nĩ*, no segundo caso, contribuem com o verbo descritivo, afim de que possa ser indicado que o participante sujeito seja alto (estado permanente) e o outro esteja bravo (estado temporário), respectivamente.

Por fim, esses verbos descritivos denotam dois tipos de orações: uma que apresenta uma qualidade permanente ou condição, outra que revela um estado temporário. Isso ainda pelo fato de terem pospostos um marcador de aspecto, cuja indicação poderá ser relacionada aos aspectos: continuativo, estativo e habitual (Cf. 3.8 Os tipos de marcadores de aspecto da língua Kaingang e suas funções).

5.9 ORAÇÕES INTRANSITIVAS

Quando tratamos de orações intransitivas, é interessante destacar que as gramáticas tradicionais geralmente classificam os verbos principais como: transitivos, bitransitivos e intransitivos, sem especificar que os últimos são subdivididos em inergativos e inacusativos.

Duarte (2003) define os verbos inergativos como verbos de um lugar que selecionam um argumento externo com a relação gramatical de sujeito. Segundo a autora, estes são os verdadeiros verbos intransitivos. Vejamos os exemplos:

a. O bebê espirrou.¹²²

Suj.

b. As crianças dormem.¹²³

Suj.

A autora apresenta a seguinte lista exemplificada de verbos inergativos: andar, assobiar, chorar, correr, dançar, dormir, espirrar, rir, sorrir, suspirar, tossir, trabalhar e voar.

Quanto aos verbos inacusativos, Duarte (2003) pontua que:

os verbos inacusativos ou ergativos, considerados intransitivos na tradição gramatical luso-brasileira, são verbos de um lugar [...] que selecionam um argumento interno que ocorre com a relação gramatical de sujeito. (DUARTE, 2003, p. 300 – grifo da autora).

¹²² Cf. Duarte (2003, p. 300, ex. 01a).

¹²³ Cf. Duarte (2003, p.300, ex. 1b)

Exemplos:

a. As rosas já floriram.¹²⁴

Suj.

b. O chefe local do cartel da droga morreu.¹²⁵

Suj.

Outros verbos inacusativos citados pela autora são: acontecer, florir, adormecer, aparecer, cair, crescer, desmaiar, desaparecer, murchar, nascer e ocorrer.

De acordo com Tabosa (2006):

A diferença entre verbos inergativos e inacusativos tem por base o fato de o argumento dos verbos inergativos terem propriedades típicas de sujeito, enquanto que o argumento dos inacusativos exibe tanto propriedades de sujeito como de objeto direto. Os verbos inergativos exprimem atividades ou processos que dependem da vontade de um agente, já os inacusativos, exprimem estados ou eventos não agentivos. (TABOSA, 2006, p. 28)

Segundo Givón (2001, p. 125), os verbos nesses tipos de orações podem codificar estados, eventos ou ações. Ainda de acordo com o autor, o sujeito delas pode ser um agente, um paciente ou dativo. Vejamos alguns exemplos:

- Agent subject (action verb)¹²⁶

a. He worked (hard).

b. She walked (around).

- Dative subject (mental-state verb)¹²⁷

a. She meditated (on the porch).

b. He suffered (quietly).

- Patient-of-state subject (state verb)¹²⁸

a. He slept (for two hours).

¹²⁴ Cf. Duarte (2003, p.300, ex. 2a)

¹²⁵ Cf. Duarte (2003, p.300, ex. 2b)

¹²⁶ Leia-se: sujeito agente.

¹²⁷ Leia-se: sujeito dativo.

¹²⁸ Leia-se: sujeito paciente de estado.

b. She stood (there).

- Patient-of-change subject (process verb)¹²⁹

a. She died.

b. It heated up.¹³⁰

Vejamos como se comportam, ao observar a teoria de Givón (2001), as orações intransitivas em Kaingang:

37. kokamẽ vỹ vënhvã
 paca/ sub. m.s. correr/v.i. (pas.)
 “A paca correu.”¹³¹

38. gĩr vỹ jãgtinh
 menino/sub. m.s sonhar/v.i. (pas.)
 “O menino sonhou.”

39. gĩr vỹ nũr
 menino/sub. m.s. dormir/v.i. (pas.)
 “O menino dormiu.”

40. ter ti
 morrer/v.i.(pas.) ele/3p.sg.
 “Ele morreu.”

Na oração 37, encontramos um caso de sujeito agente através de um verbo que indica ação *vënhvã* (correr). Na oração seguinte – 38, temos um caso de sujeito dativo, ou seja, a estrutura da oração apresenta um verbo indicando um verbo de estado mental *jãgtinh* (sonhar). Já na oração 39, temos um uma situação que apresenta um sujeito paciente de estado temporário através do verbo *nũr* (dormir). E, finalmente, na sentença 40, encontramos uma

¹²⁹ Leia-se: sujeito paciente de mudança.

¹³⁰ Cf. Givón (2001, p. 125)

¹³¹ Este dado tem a seguinte fonte: ALMEIDA, Liriana & SANTOS, Ludoviko. A concordância de número em Kaingang. In: *Topicalizando Macró-Jê*. Stella Telles & Aldir Santos de Paula (orgs.). Recife: NECTAR, 2008. p.240.

oração, cujo sujeito é paciente de mudança de estado permanente, por meio do verbo *ter* (morrer).

Essas, pois, são tipos de orações intransitivas que podemos encontrar em Kaingang indicando os estados, eventos e ações, acima analisados.

Além disso, Almeida & Santos (2008) apresentam uma importante colaboração no que diz respeito à concordância entre sujeito e verbo em orações intransitivas: com sujeito (\pm animado / + redondo) e com sujeito (\pm animado / - redondo).

Quanto ao primeiro caso, o sujeito da oração intransitiva, subclassificado como redondo (+ redondo), sendo (+ animado) ou (- animado), é marcado por *ag*, quando plural, e estabelece concordância entre ele e o verbo. Vejamos:

41. gĩr vỹ kutẽ
menino/sub. m.s. cair/v.i. (pas.)
“O menino caiu.”¹³²

42. gĩr ag vỹ vár
menino/sub. m.pl. m.s. cair/v.i. (pas.)
“Os meninos caíram.”¹³³

43. pó vỹ kutẽ
pedra/sub. m.s. cair/v.i. (pas.)
“A pedra caiu.”¹³⁴

44. pó ag vỹ vár
pedra/sub. m.pl. m.s. cair/v.i. (pas.)
“As pedras caíram”¹³⁵

Nas sentenças 41 e 43, o verbo *kutẽ* (cair no singular) se encontra no singular e concorda com o sujeito da oração. No entanto, quando mudamos a sentença do singular para o plural, a concordância ainda é estabelecida com a inclusão da partícula *ag*

¹³² Cf. Almeida & Santos (2008, p. 237, ex. 11)

¹³³ Cf. Almeida & Santos (2008, p. 237, ex. 12)

¹³⁴ Cf. Almeida & Santos (2008, p. 237, ex. 13)

¹³⁵ Cf. Almeida & Santos (2008, p. 237, ex. 14)

(indicadora de plural) após o sujeito e o verbo *vár* (cair no plural). Isso ocorre nas sentenças 41-42 e 43-44.

Em relação ao segundo caso, em orações intransitivas, cujo sujeito é subclassificado como comprido (- redondo), seja (+ animado) ou (- animado), não é marcado por *ag*, sendo o verbo o responsável por atribuir a noção de plural ao sujeito: o verbo adquire forma plural. Com isso, não há estabelecimento de concordância entre sujeito e verbo. Vejamos:

45. kokamẽ vỹ vënhvã
 paca/sub. m.s. correr/v.i. (pas.)

“A paca correu.”

46. kokamẽ vỹ pigtẽ
 paca/sub. m.s. correr/v.i.pl. (pas.)

“As pacas correram.”¹³⁶

47. jóvé vỹ góv
 copo/sub. m.s. quebrar/v.i. (pas.)

“O copo quebrou.”¹³⁷

48. jóvé vỹ gugóv
 copo/sub. m.s. quebrar/v.i.pl. (pas.)

“Os copos quebraram.”¹³⁸

5.10 ORAÇÕES TRANSITIVAS

Conforme visto em momento anterior (Cf. 5.5 Transitividade), as orações que possuem um objeto direto são sintaticamente transitivas. Todos os outros são sintaticamente intransitivos. Além disso, Givón (2001, p. 126) afirma que “when the simple

¹³⁶ Cf. Almeida & Santos (2008, p. 240, ex. 30)

¹³⁷ Cf. Almeida & Santos (2008, p. 240, ex. 31)

¹³⁸ Cf. Almeida & Santos (2008, p. 240, ex. 32)

clause codes a semantically transitive event, the event's agent will be the clauses's subject, and the event's patient the clause's direct object".¹³⁹

O autor não apresenta uma explicação para os casos de orações transitivas indiretas. Ademais, segundo ele, os objetos indiretos estão evidenciados nas orações intransitivas. Pensamos que o autor generaliza dessa forma pelo fato de o adjunto adverbial, por exemplo, ser introduzido por uma preposição para indicar dada circunstância.

Analisemos uma sentença transitiva indireta em Kaingang:

49a. inh jóg vỹ ãn ki jun
 meu/pr.pos. pai/sub.dep. m.s casa/sub. posp. chegar/v. (pas.)

“Meu pai chegou em casa.”

49b. João vỹ Luciana fi mỹ vi
 João/sub. m.s. Luciana/sub. m.f. posp. falar/v.t.i. (pas.)

“João falou para Luciana”

Sabemos que a ordem oracional em Kaingang é Sujeito - Objeto – Verbo (SOV). Nesse sentido, para que um verbo seja considerado transitivo indireto, dever-se-á ocorrer uma posposição e a oração se configurará da seguinte forma: sujeito+objeto+posposição+verbo. É exatamente o que encontramos nas orações 49 (a/b).

Em relação à transitividade dos verbos, Givón (2001, p. 127) apresenta protótipos dos verbos transitivos. Os vários tipos discutidos pelo autor são listados a seguir:

- Some verbs denote physical creation of an object where none existed before:¹⁴⁰

a. He built a house.

b. She painted a picture.

- Some verbs denote the physical destruction of a previously-existing object:¹⁴¹

a. They demolished the house.

b. She smashed the glass.

- Some verbs denote a considerable change in the object's physical condition:¹⁴²

¹³⁹ Tradução nossa (GIVÓN, 2001, 126): Quando a oração simples codifica semanticamente um evento transitivo, o agente do evento será o sujeito da oração e o paciente do evento será o objeto direto da oração.

¹⁴⁰ Tradução nossa: alguns verbos denotam criação física de um objeto onde nada existia antes.

¹⁴¹ Tradução nossa: alguns verbos denotam destruição física de um objeto que existia.

a. He enlarged the living-room.

b. He killed two prisoners.

- Some verbs may denote a change in the object's physical location:¹⁴³

a. He dropped the ball.

b. They moved the barn.

- Some verbs, in addition to the change affecting the patient-object, also involve an incorporated manner sense:¹⁴⁴

a. He smashed the glass

b. She murdered him.

- Some verbs, in addition to the change, an incorporated instrument sense:¹⁴⁵

a. She knifed him.

b. She slapped him.¹⁴⁶

Para averiguarmos se tais ocorrências existem no Kaingang, dispomos dos seguintes dados:

50. Manoel vỹ ãn han
 Manoel/sub. m.s casa/sub. construir/v.t.d. (pas.)
 “Manoel construiu uma casa.”

51. Manoel vỹ ãn fã
 Manoel/sub. m.s casa/sub. demolir/v.t.d. (pas.)
 “Manuel demoliu uma casa.”

¹⁴² Tradução nossa: alguns verbos denotam uma considerável mudança na condição física do objeto.

¹⁴³ Tradução nossa: alguns verbos podem denotar uma mudança na localização física do objeto.

¹⁴⁴ Tradução nossa: alguns verbos, além afetar a mudança do objeto paciente, também envolvem um incorporado senso de modo.

¹⁴⁵ Tradução nossa: alguns verbos, além de mudança, incorporam um senso de instrumento.

¹⁴⁶ Todos os exemplos acima listados podem ser encontrados em (GIVÓN, 2001, p. 128).

52. rárá tẽ vỹ ã kato tẽ tỹ nhãg ké
 lutador/sub. m.s pron. inimigo/sub. ind. ex. socar/v.t.d. (pas.)

“O lutador socou o inimigo (dele).”

53. gĩr vỹ mora kutẽm
 menino/sub. m.s bola/sub. derrubar/v.t.d. (pas.)

“O menino derrubou a bola.”

54. gĩr vỹ pratu gãm
 menino/sub. m.s. prato/sub. quebrar/v.t.d. (pas.)

“O menino quebrou o prato.”

55. ti tãnh ti ka tỹ
 pr.pes bater até morrer/v.i. ele/3p.sg. pau/sub. ind.cir. (com)

“Ele o matou com um pau.”

Analisando as orações em kaingang, acima elencadas, notamos que em 50 temos a ordem oracional canônica do Kaingang – SOV, cujo verbo indica uma construção física onde não havia antes. Na oração 51, o verbo indica uma destruição física de um objeto que existia previamente. Quanto à oração 52, o verbo denota uma considerável mudança física do objeto através da ação desencadeada pelo sujeito. Em relação à oração 53, o verbo denota uma mudança, no que diz respeito à localização do objeto, ou seja, a bola se encontra em um determinado lugar e, com a ação do sujeito, ela se encontra em outro lugar. Referente à oração 54, temos uma situação em que o verbo indica mudança no objeto paciente. Finalmente, na oração 55, não há em Kaingang um verbo específico (esfaquear, por exemplo) para designar o instrumento utilizado para provocar uma mudança no objeto paciente. Nesse sentido, há o uso do instrumento com o qual foi realizada a ação. Neste caso, o objeto paciente foi morto a pauladas (com um pau).

Todas as orações acima, excetuando a última, apresentam a ordem oracional – SOV, sendo ainda orações transitivas diretas.

5.11 ORAÇÕES BITRANSITIVAS/DITRANSITIVAS

Dryer (2007) diz que algumas orações transitivas contem dois objetos, ou pelo menos dois argumentos que não seja o sujeito, apresentando os seguintes exemplos:

a. Nancy gave Jeff some flowers

R T

b. Bob told Sally a story¹⁴⁷

R T

Visto isso, o autor nos apresenta a seguinte arguição:

Os sintagmas nominais “Jeff e Sally” in (a/b) são frequentemente chamados de objetos indiretos, já os sintagmas nominais “algumas flores e uma história” objetos diretos. Entretanto, por causa desses rótulos carregados de implicações gramaticais que podem não ser apropriadas para todas as línguas, é necessário ter mais dois rótulos neutros para eles (objetos). Por analogia a notação de A, P e S, nós podemos utilizar o rótulo R para o argumento beneficiário-receptor nas orações ditransitivas e T para o argumento material. Semanticamente, nós podemos dizer que R recebe o T, ou literalmente, como em (a), em que Jeff recebe as flores, ou metaforicamente, em que Sally metaforicamente recebe a história. (DRYER, 2007, p. 253-254 – tradução nossa, parênteses nosso para elucidar o conteúdo anafórico do texto).¹⁴⁸

Além disso, segundo Dryer (2007), as línguas empregam diferentes formas de representar R e o T nas orações ditransitivas. Em inglês, por exemplo, há duas formas de construção comum, uma em que nem R nem T é marcado por preposição, de forma que ambos (R e T) seguem o verbo; por outro lado, na segunda forma de construção, T segue imediatamente o verbo e R ocorre depois seguido de uma preposição. Vejamos:

a. Nancy gave some flowers to Jeff.

T R

b. Bob told a story to Sally.

T R

¹⁴⁷ Cf. Dryer (2007, p. 253, exs. 91a e 91b, respectivamente).

¹⁴⁸ Texto original (DRYER, 2005, p.253-254): “The noun phrases *Jeff* and *Sally* are often called indirect objects, the noun phrases *some flowers* and *a story* direct objects. However, because these labels carry grammatical implications that may not be appropriate for all languages, it is convenient to have more neutral labels for them. By analogy to the notation of A, P, and S, we can use the label R for the recipient-like argument in ditransitive clauses and T for the theme argument [...]. Semantically, we can say that R receives the T, either literally, where Jeff receives the flowers, or metaphorically, where Sally metaphorically receives the story”.

Os verbos bitransitivos, de acordo com Givón (2001), codificam eventos com três participantes obrigatórios: um que fala sobre o papel sintático do sujeito e os outros dois dos objetos (direto e indireto). Desse modo, um assume o papel sintático de objeto direto, enquanto o outro de objeto indireto.

O sujeito dos verbos bitransitivos é, geralmente, um agente e um dos objetos, mais comumente, um paciente.

Segundo o autor, o objeto direto dos verbos bitransitivos podem codificar uma variedade de papéis semânticos, cuja classificação é altamente predicativa do comportamento sintático dos verbos bitransitivos.

5.11.1 Objetos Dativo-benefactivos

Os verbos nesse grupo codificam eventos em que um objeto é um participante dativo ou benefactivo, o outro um paciente que move ‘para’ ou ‘do’ dativo-benefactivo. Referente ao evento, seja uma metáfora abstrata, seja um movimento físico, o paciente é também mais abstrato e metafórico.

Alguns verbos neste grupo preservam o senso de movimento concreto – transferência – para ou de uma localização. Além disso, Givón (2001) afirma que, em muitas línguas, verbos dessa natureza mostram uma alternância sistêmica do objeto direto, no que diz respeito ao paciente e o dativo-benefactivo, como veremos a seguir:

- a. She gave the book to him (DO = patient)
 She gave him a book (DO = dative)
- b. They bought the message to her (DO = patient)
 They bought her a message. (DO = dative)

A construção variante com objeto direto (dative) é, geralmente, referenciada como um dativo deslocado. Com efeito, teremos tal situação ao deslocarmos o pronome, cuja função é o objeto indireto, para antes do objeto direto.

Outra situação exposta pelo autor é o caso dos verbos abstratos que facilmente mostra o uma variante do dativo-benefactivo. Vejamos:

a. He told the story to his son

He told him a story

b. She showed the house to him

She showed him the house.

Visto isso, analisemos como tal situação ocorre no Kaingang:

56. Ludo vỹ Pedro mỹ vẽnĥ rá tugtó
 Ludo/sub. m.s. Pedro/sub. posp. livro/sub. ler/v.t.d.i. (pas.)
 “Ludoviko leu um livro para Pedro.”

57. gĩr vỹ inh mỹ gãr tu
 menino/sub. m.s. mim/1.p.sg. posp. milho/sub. carregar/v.t.d.i. (pas.)
 “O menino carregou milho para mim.”

Podemos averiguar que ambas as sentenças são bitransitivas, ou seja, apresentam dois complementos verbais: um objeto direto e um objeto indireto. Quanto à ordem oracional das referidas sentenças, temos: Suj. + O.I. + Posp. + O.D. + V.T.D.I. Desse modo, pudemos observar que o objeto indireto se encontra anteposto ao objeto direto e verbo se encontra ao final da sentença. No entanto, as sentenças acima analisadas ainda podem apresentar a seguinte ordem oracional, segundo D’Angellis (1996):

58. Ludo vỹ vẽnĥ rá tugtó Pedro mỹ
 Ludo/sub. m.s. livro/**o.d.** ler/v.t.d.i.(pas.) Pedro/**o.i.** posp.
 “Ludoviko leu um livro para Pedro.”

59. gĩr vỹ gãr tu inh mỹ
 menino/sub. m.s. milho/**o.d.** carregar/v.t.d.i.(pas.) mim/1.p.sg.(**o.i.**) posp.
 “O menino carregou milho para mim.”

Nesse sentido, basta identificarmos a posposição *mỹ* (para), que logo visualizaremos o objeto indireto, o qual poderá se apresentar posposto ao verbo da oração bitransitiva.

Após essa análise realizada, referente às orações verbais simples em kaingang no presente capítulo, partiremos, não para uma conclusão, mas sim para reflexões acerca de tudo o que fora discutido ao longo desse trabalho descritivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo primordial do presente estudo foi descrever as orações verbais simples da Língua Kaingang. Para alcançarmos nossa meta, procuramos coletar um bom número de dados, assim como utilizar o banco de dados do Prof. Dr. Ludoviko dos Santos, com a finalidade de averiguar como se comportam as orações verbais nessa língua indígena.

Na introdução, nos preocupamos em realizar a apresentação do presente trabalho, assim como a metodologia. Nesse último, fizemos a caracterização da pesquisa segundo Severino (2006) que faz uma classificação da pesquisa de acordo com estes elementos: I) *a área da ciência*; II) *a natureza*; III) *os objetivos*; IV) *os procedimentos*; V) *o objeto* e, por fim, VI) *a forma de abordagem*.

A análise das orações simples em Kaingang seguiu orientação funcionalista e para esse tipo de abordagem, partiu de orientações que aparecem em trabalhos como os de Foley and Van Valin (1984), Comrie (1989), Dik (1978), Duarte (2003) e, obviamente, Givón (2001) e Shopen (2007), autores considerados pela literatura como funcionalistas. Além disso, nosso trabalho dialogou com trabalhos já realizados acerca do estudo da Língua Kaingang.

No capítulo 1, nos detivemos em explicitar termos como tronco linguístico, família, povo (cujo conceito não pode ser definido senão considerando as condições reais de tempo e de lugar), língua e dialeto, elementos esses que foram muito importantes para nortear o leitor sobre a procedência da Língua Kaingang.

No capítulo 2, fizemos um levantamento sobre estudos das línguas indígenas, bem como a produção de autores renomados, desde dicionários a dissertações e teses sobre a Língua Kaingang.

No capítulo 3, elaboramos alguns elementos gerais da gramática Kaingang. Iniciamos com quadros gerais sobre a fonologia do Kaingang, passando por questões relacionadas ao sistema ortográfico segundo Wiesemann (2002). Em seguida, apresentamos os padrões silábicos segundo Cavalcante (1987), tipos de marcadores de aspecto (WIESEMANN, 1980), seguido de trabalhos recentes sobre o sistema pronominal (ABREU, 2009); a marcação de tempo, modo e aspecto (ALMEIDA, 2008); as construções causativas (TABOSA, 2006).

No capítulo 4, versamos sobre assuntos relacionados: i) à Linguística Funcional, ii) ao Funcionalismo X Gerativismo, iii) à Linguística Descritiva e, por fim, iv) à

Linguística Tipológica. Constituindo um embasamento linguístico, cujo amparo foi de fundamental importância sobre as questões teóricas que direcionaram essa pesquisa.

Finalmente, no capítulo 5, nos detivemos apresentar a descrição das orações simples da Língua Kaingang. Baseando-nos em Givón (2001), Duarte (2003), Dryer (2007) e Comrie (1989), pudemos observar a disposição das orações simples em Kaingang.

Um ponto que nos chamou bastante a atenção é que, de acordo com Givón (2001), as orações simples servem como ponto de referência para a descrição gramatical. Isto porque esses elementos compõem o núcleo semântico das orações, definindo seu tipo semântico. Os verbos são caracterizados semanticamente primeiro pela obrigatoriedade de regras semânticas dos participantes no estado ou evento que eles codificam. Além disso, as orações simples são definidas em termos de seus dois modelos de correspondência: um semântico e outro sintático. O primeiro refere-se a um quadro semântico dos papéis dos participantes na estrutura semântica dos estados ou eventos. Enquanto o segundo diz respeito a um quadro sintático de papéis gramaticais na estrutura sintática das orações.

Pudemos notar que participantes em estados ou eventos, em qualquer papel semântico que seja, podem assumir alguma relação gramatical na oração, sendo elas: sujeito, objeto direto, objeto indireto, predicado e advérbio. Além disso, visualizamos verbos, segundo Givón (2001) que possuem um “sujeito expletivo” ou *dummy-subject verbs*. Os verbos nessa classe, codificam estados ou eventos principalmente relacionados a condições naturais ou a fenômenos da natureza, sendo claramente intransitivos, na medida em que não há objeto.

Em relação aos verbos descritivos, além de Givón (2001), baseamo-nos nos estudos de Dryer (2007) que, ao se referir aos predicados não verbais, apresenta três tipos de sentenças dessa natureza: predicados adjetivais, predicados nominais e predicados locativos. De acordo com o autor, algumas línguas são inteiramente desprovidas de cópulas. Nesse sentido, os verbos descritivos se caracterizam como tal porque: i) encontram-se dentro do sintagma verbal, ocupando a posição de verbo, ii) ocorrem com oração com marcador de sujeito (*vỹ*) e iii) seguidos de marcador de aspecto, características estas desempenhadas por verbos não descritivos da língua. Poderão ainda denotar dois tipos de orações: uma que apresenta uma qualidade permanente ou condição e, outra que revela um estado temporário. Isso ainda pelo fato de terem pospostos um marcador de aspecto, cuja indicação poderá ser relacionada aos aspectos: continuativo, estativo e habitual.

Quando tratamos de orações intransitivas, foi interessante destacar que as gramáticas tradicionais geralmente classificam os verbos principais como: transitivos, bitransitivos e intransitivos, sem especificar que os últimos são subdivididos em inergativos e inacusativos.

No tocante às orações transitivas, essas possuindo um objeto são sintaticamente transitivas. E, por fim, quanto às orações bitransitivas (GIVÓN, 2001) ou ditransitivas (DRYER, 2007), correspondem às orações que contenham dois objetos, ou pelo menos dois argumentos que não seja o sujeito.

Esperamos que “As orações verbais simples em kaingang: uma proposta de análise” possam vir a corroborar para com as investigações de outras línguas da família linguística Jê do Tronco Macro-Jê, contribuindo também para a teoria da linguagem em geral.

Gostaríamos de ressaltar ainda que esta dissertação não se trata de um estudo definitivo acerca da Língua Kaingang. Ao contrário, esperamos que tal produção sirva como ponto de partida para pesquisas futuras. Ademais, busquem ampliar o entendimento sobre essa língua indígena, assim como a elaboração de sua gramática, visto que a carência de material didático nas escolas indígenas e de seus professores bilíngues ainda é grande.

REFERÊNCIAS

- ABNT – Associação Brasileira de normas Técnicas (NBR – 10520). *Informação e Documentação – Citações em documentos – Apresentação*. Agosto 2002.
- ABNT – Associação Brasileira de normas Técnicas (NBR – 6023). *Informação e Documentação – Referências – Elaboração*. Agosto 2002.
- ABNT – Associação Brasileira de normas Técnicas (NBR – 14724). *Informação e Documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação*. Abril 2011.
- ABREU, Emília Rezende Rodrigues de. *Descrição do sistema pronominal na estrutura frasal em Kaingang*, 2009. 117f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – UEL – Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR.
- ALMEIDA, Leriana de. *A marcação de (tempo), modo e aspecto na Língua Kaingang: uma proposta de análise*, 2008. 119f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – UEL – Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR.
- ALVAR, Manuel. *Existe el dialecto andaluz?* Biblioteca virtual Miguel de Cervantes, 2006.
- ANDRADE, Tiago Souza Monteiro de. *Um estudo sobre os tempos verbais em narrativas mitológica*, 2009. 61f. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis-SP.
- BAALBACK, Sérgio. O Estado, o povo e a soberania. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=746f>>. Acesso em: 2 jan. 2012.
- CAMACHO, Roberto. A variação lingüística. In: *Subsídios à proposta curricular de Língua Portuguesa para o 1º e 2º graus*. São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 1988. p.29-41.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Problemas de lingüística descritiva*. 20. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.
- _____. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1979.
- _____. *Dicionário de Lingüística e gramática: referente à língua portuguesa*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CAVALCANTE, Maria Porto. *Fonologia e morfologia da Língua Kaingang: o dialeto de São Paulo comparado com o do Paraná*. 1987. Tese (Doutorado). UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas-SP, 1987.
- CHOMSKY, Noam. *Essays on form and interpretation*. New York: North Holland, 1977.

COMRIE, Bernard. *Language universals and linguistic typology*. Oxford: Brasil Backwell, 1989.

COSERIU, Eugênio. *Sentido y tareas de la dialectología*. México: Instituto de Investigaciones Filológicas, 1982.

CROFT, Willian. *Syntactic categories and grammatical relations*. Chicago: Chicago University Press, 1991.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 12. ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Kaingang: questões de língua e identidade. *Liames 2*. Campinas: IEL-Unicamp, 1996. p. 105-128.

_____. *Línguas indígenas*. Disponível em:
<http://www.labeurb.unicamp.br/elb/indigenas/l_indigenas.html>. Acesso em: 28 jun. 2011.

DIK, Simon C. *Functional grammar*. Amsterdam: Holland Publishing Company, 1978.

_____. *The theory of functional grammar*. Dordrecht-Holland: Foris Publications, 1989.

DUARTE, Inês. A família das construções inacusativas. In: MATEUS, Maria Helena M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5.ed. Lisboa: Caminho, 2003.

DUBOIS, Jean. *Dicionário de lingüística*. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 2007. p. 185.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 672.

FERREIRA, Rogério Vicente. *Língua Matis: aspectos descritivos da morfossintaxe*, 2001. 171f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – UNICAMP – Universidade de Campinas, Campinas-SP.

FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à lingüística: I objetos teóricos*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FOLEY, Willian A.; VAN VALIN, Robert D. *Functional syntax and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

GIVÓN, Talmy. *Grammatical Relations: a functionalist perspective*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1997. (Typological studies, v.35).

_____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

_____. *Syntax: an introduction*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 2001. vol.1

_____. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1990. v.2

GLEASON JR., Henry. Allan. *Introdução à linguística descritiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

GREENBERG, J. *Language typology: a historical and analytic overview*. Mouton: The Hague, 1973.

_____. *Universals of language*. 2. ed. Cambridge: MIT Press, 1966.

HALLIDAY, M. A. K. S. *An introduction to functional grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

IHGP (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano). In: CICLO DE DEBATES SOBRE A PARAÍBA NA PARTICIPAÇÃO DOS 500 ANOS DE BRASIL, 1., João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 2000.

LEHMANN, W. P. A structural principle of language and its implications. In: *Language*, 1978.

LEROY, Maurice. *As grandes correntes da lingüística moderna*. São Paulo: Cultrix, 1967.

LEWIS, M. Paul. *Ethnologue: languages of the world*. 16. ed. Dallas: SIL international, 2009.

LYONS, John. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional - USP, 1979.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

NASCENTES, Antenor Veras. *Dicionário de língua portuguesa da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1967.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Texto e Linguagem).

NIMUENDAJÚ, C. *Etnografia e indigenismo: sobre os kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará*. Campinas-SP: UNICAMP, 1993.

PERINI, Mário Alberto. *Princípios de lingüística descritiva: introdução ao pensamento gramatical*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

PERROT, Jean. *A lingüística*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1970.

PEZATTI, Erotilde Goreti (Org.). *Pesquisas em gramática funcional: descrição do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades indígenas*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995. (Série Princípios).

REDAÇÃO Terra: *Município de Tacuru adota Guarani como Língua Oficial*. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/redacao>>. Acesso em: 31 maio 2010.

ROBINS, Robert Henry. *Linguística geral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1981.

RODRIGUES, Ayron Dall'igna. *Originalidade das línguas indígenas brasileiras*, 1999. Disponível em: <<http://orbita.starmedia.com/i.n.d.i.o.s/textos>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

_____. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1994.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Martin Claret, 2001.

SANTOS, Ludoviko Carnasciali dos; ALMEIDA, Liriana de. Classes de palavras em Kaingang: nome. In: ENCONTRO CELSUL – CENTRO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO SUL, 6, 2004. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2004.

SANTOS, Ludoviko Carnasciali dos. *Descrição de aspectos morfossintáticos da Língua Suya da família Jê*. 1997. Tese (Doutorado) – UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC.

SAPIR, Edward. *Language*. Nova York: Harcourt, 1921.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1969.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 33.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SHOPEN, Timothy. *Language typology and syntactic description*. 2.ed. Cambridge University Press, 2007. (vol.1 – Clause Structure).

SILVA, C. R. *História crítica da construção da escrita Kaingang*, 1996. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – UEL – Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR.

SODRÉ, Nelson Werneck. Quem é o povo no Brasil? *Cadernos do Povo Brasileiro*, 2, 2008. (Exemplar 2113).

STRAUSS, Claude Levis. *Tristes tópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SWADESH, M. *Perspectives and problems of Amerindian Comparative Linguistics*, in: WORD, Vol. 10, 1954.

TABOSA, Luciana Pereira. *Construções causativas da Língua Kaingang*, 2006. 104f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – UEL – Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR.

TELLES, Stella; PAULA, Aldir Santos de. (Orgs.). *Topicalizando Macro-Jê*. Recife: Nectar, 2008.

TÖNIES, Ferdinand. *Elementos da teoria geral do estado*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1998, p. 133.

WIESEMANN, Ursula. *Dicionário Kaingang-Português Português-Kaingang*. Brasília: FUNAI / SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTICS, 1971.

_____. Events and non-events in Kaingang dicourse. In: *Wege zur Universalienforschung*. Christian Lehman. Tübingen, 1980. ISBN 3 – 87808 – 145 – 6.

_____. *Dicionário Bilingue Kaingang-Português*. Curitiba: Evangélica Esperança, 2002.

GLOSSÁRIO
KAINGANG – PORTUGUÊS

GLOSSÁRIO

ag = partícula indicadora de plural

ã = dele

ẽmĩ = bolo

ẽkrénh = caçador

ẽgnénh = cozinhar

ẽprã = terra (ind. cir.)

fã = demolir

fe mrũm = veia do coração

férém ke = sentar-se rapidamente

fi = partícula indicadora de feminino

fón = jogar

fynh = cortar

gãm = quebrar vidro

gãr = milho

gĩr = menino

goj = rio

góv = quebrar (singular)

gugóv = quebrar (plural)

han = construir

há = bom (adjetivo)

há = bem (advérbio)

ja = indicador de modo (algo terminado)

jãgtinh = sonhar

jẽ = partícula indicadora de aspecto

jóg = pai

jóvé = copo

jũr = bravo

ĩn = casa

inh = mim

ka = árvore, pau

ka = na direção

ka = dentro de

kã = partícula indicadora de circunstância
kaganh = adoecer
kanhgág = índio
kasor = cachorro
kato tẽ = inimigo
kãgnó = baixada
kãgter = morrer (plural)
kã ka = vento
kãmĩ = dentro
kã ro = para dentro
ki = ao, em
ki = dentro
kokamẽ = paca
kó = comer
kókẽr = fome
kórég = ferido
kutẽ = cair (singular - ocorre em orações inacusativas)
kutẽm = cair (ocorre em orações causativas)
kutyg = anoitecer, escurecer
kyfé = faca
kym = cortar
kỹ = por causa
manỹnỹ = bananas
mág = muitos
mẽg = sentir
mĩg = onça
mora = bola
mré = catar/pegar
mũ = partícula indicadora de aspecto (continuativo)
mỹ = para (posposição)
nhãg ké = socar
nĩ = partícula indicadora de aspecto (estativo)
nũr = dormir

nỹgtĩ = partícula indicadora de aspecto (deitado habitualmente)
nỹ nĩ = partícula indicadora de aspecto (na posição de ser deitado)
pĩgtẽ = correr (plural)
pó = pedra
pranh = morder
pratu = prato
rá tugtó = ler
rará tẽ = lutador
rākétá = ontem
rãmhrãj = areia
rỹ = quente
rỹnh = ferir
si = velho
ta = chuva
tag = este , esta, isto
tãnh = bater até morrer
tá = lá
ti = dele
ti = ele (pronome 3ª pessoa do singular)
tĩ = partícula indicadora de aspecto (habitual)
tĩg = ir
tĩg há nĩnh = conhecer
tĩr = rolar
téj = alto
tóg = marcador de sujeito (m.s.)
tu = carregar
tỹ = com (indicador circunstância)
tỹ = partícula indicadora de existência
ũ = de alguém (pronome indefinido)
ũn gré = homem
vã = carregar
vãnh = mato
var = cair (plural)

vēnh = livro

vēnh génh = juntar-se para brigar, fazer guerra

vēnh kaga = doente

vēnhkanhrān = professor

vēnhvā = correr

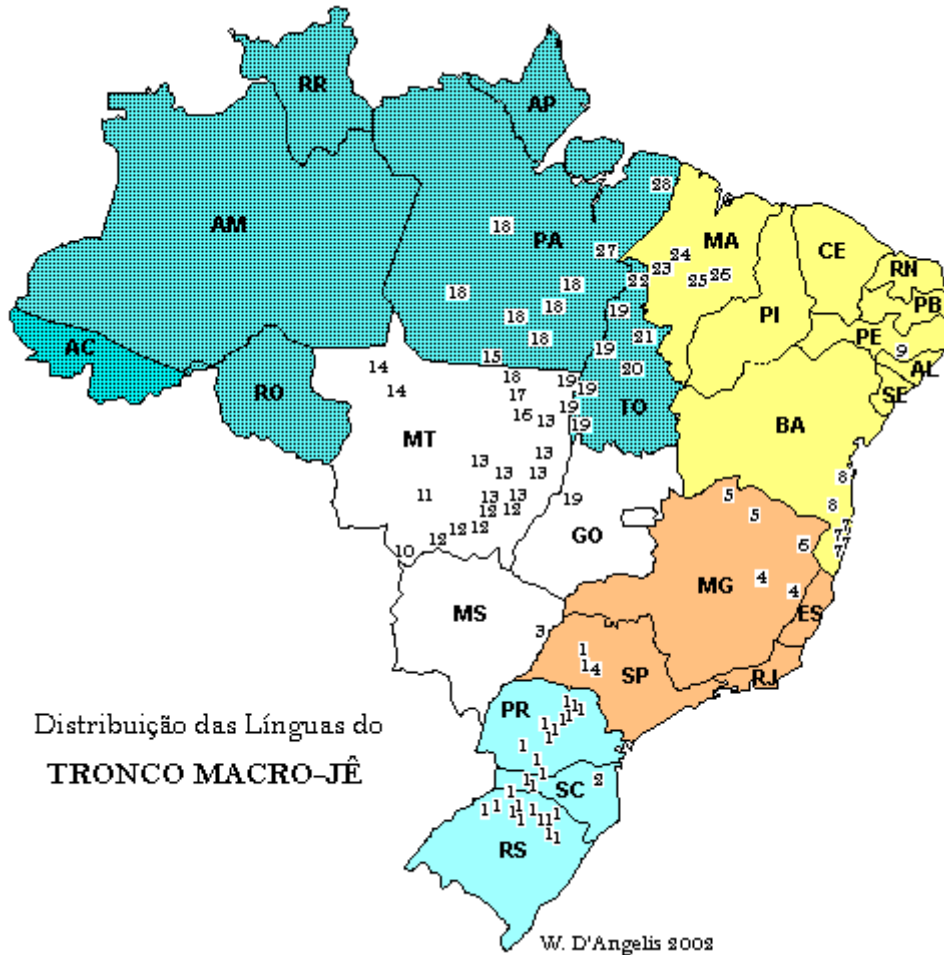
vi = falar

vỹ = partícula indicadora de sujeito

ANEXOS

ANEXO A

Mapa da distribuição das Línguas do Tronco Macro-Jê
 Mapa da Distribuição das Línguas do TRONCO MACRO-JÊ (Brasil)



- | | |
|------------------------------|----------------------------------|
| 1. Kaingang (RS, SC, PR, SP) | 15. Panará (PA) |
| 2. Xokleng (SC) | 16. Suyá (MT) |
| 3. Ofaié (MS) | 17. Tapayuna (MT) |
| 4. Krenak (MG, SP) | 18. Kayapó - Mebengokre (PA, MT) |
| 5. Xakriabá (MG) | 19. Karajá (GO, MT, TO) |
| 6. Maxakali (MG) | 20. Xerente (TO) |
| 7. Pataxó (BA) | 21. Krahô (TO) |
| 8. Pataxó Hã-hã-hãe (BA) | 22. Apinayé (TO) |
| 9. Yatê / Fulniô (PE) | 23. Krikati (MA) |
| 10. Guató (MT) | 24. Pukobyé (MA) |
| 11. Umutina / Bororo (MT) | 25. Apaniekra (MA) |
| 12. Bororo (MT) | 26. Rankokamekra (MA) |
| 13. Xavante (MT) | 27. Kreyê (PA) |
| 14. Rikbaktsa (MT) | 28. Parakateyê (PA) |

Fonte: <http://macroje.aokatu.com.br/linguas.html>

ANEXO B
Relação das Terras Indígenas Kaingang

ÁREAS KAINGANG

